

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*  
MESTRADO EM LINGUÍSTICA

VERÔNICA DE FÁTIMA CAMARGO SOARES

**PRESSUPOSIÇÃO: DIFERENTES ABORDAGENS  
TEÓRICAS E SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA O ENSINO DE  
GRADUAÇÃO EM LETRAS**

VITÓRIA  
2012

VERÔNICA DE FÁTIMA CAMARGO SOARES

**PRESSUPOSIÇÃO: DIFERENTES ABORDAGENS  
TEÓRICAS E SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA O ENSINO DE  
GRADUAÇÃO EM LETRAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Linguística, do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Linguística, na linha de pesquisa: Texto e Discurso.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Virgínia Beatriz Baesse Abrahão.

VITÓRIA  
2012

Dedico este trabalho ao meu amado filho Daniel, que por trinta e oito semanas esteve em meu ventre, fazendo de mim a mulher mais plena, agraciada e feliz deste mundo. Filho, apesar do pouco tempo que ficamos juntos, você viverá para sempre em meu coração e em minha lembrança.

Com amor,  
Mamãe

“Aqueles que passam por nós não vão sós, não nos deixam sós. Deixam um pouco de si, levam um pouco de nós.”

Antoine de Saint-Exupéry

Agradeço a Deus pela vida, saúde e realização deste sonho. “Nunca me deixes esquecer que tudo o que tenho, tudo o que sou e o que vier a ser vem de Ti Senhor...”

Meus sinceros agradecimentos também:

à Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Virgínia Abrahão, pela orientação segura, dedicação e incentivo;

ao meu amado esposo Leonardo Henriques Soares, companheiro dedicado e amigo, com quem me sinto honrada em dividir tudo, desde as tristezas e lutas até as maiores alegrias e vitórias.

ao meu pai Dário Camargo e à minha mãe Maria Auxiliadora Azevedo Camargo, pelos anos de dedicação e apoio. Apesar de não terem frequentado as salas de aula por muito tempo, por falta de oportunidade, foram eles os responsáveis pelas maiores lições que já recebi, sempre ensinadas com muita sabedoria, amor e zelo. Recebam não apenas minha gratidão, mas também meu amor e admiração.

ao meu sogro Walter Soares e à minha sogra Célia Tereza Henriques Soares, por todo carinho, apoio e pelas orações. Com amor, compartilho minha vitória com vocês, pois sei o quanto torcem por mim;

aos meus irmãos, cunhadas, cunhados e sobrinhas, por fazerem parte da minha vida e tornarem os meus dias mais alegres;

aos professores que integraram a banca examinadora deste trabalho, pela disponibilidade e pelas contribuições pertinentes;

a todos que, de alguma forma, contribuíram para que esta dissertação fosse defendida.

“À maneira de um iceberg, assim é a linguagem. O que aparece é a parte pequena. A maior parte continua submersa...”

Eni Pulcinelli Orlandi

## RESUMO

Esta pesquisa versa sobre a pressuposição na Linguística Moderna, tema que é palco para estudos sob diferentes óticas, tais como Lógico-Filosófica, Semântica, Pragmática e Discursiva. Percorreremos um caminho teórico que começa em Frege (1978), um dos primeiros a teorizar sobre a questão, cuja perspectiva é logicista, passando por Ducrot (1977; 1981; 1987), nosso teórico de base, autor que mais teorizou sobre pressuposição linguística, cuja perspectiva estruturalista é envolta por questões enunciativas, chegando a um olhar pragmático para a pressuposição, por meio das contribuições teóricas de Austin (1990). Os objetivos centrais deste trabalho são, primeiramente, discutir se tais abordagens sobre a pressuposição são conflitantes ao ponto de comprometerem o seu ensino em nível de graduação em Letras. Para tanto, analisamos se há convergências entre as teorias estudadas que sejam capazes de sustentar uma abordagem sobre a pressuposição como fenômeno linguístico e, depois disso, analisamos as abordagens sobre pressuposição que estão presentes em livros de cunho didático voltados para o ensino de Licenciatura em Letras, com a finalidade de verificar o enfoque teórico-metodológico dado à pressuposição pelos seus autores. Nossa hipótese é que as abordagens teóricas sobre a pressuposição são profundamente divergentes, o que possibilitaria o surgimento de diferentes pressupostos aos enunciados, de acordo com a abordagem adotada, além de tornar fluido o conceito de pressuposição. Para ilustrar a presença dessa temática na formação do graduando em Letras, observamos o tratamento dado à pressuposição em provas do Exame Nacional de Cursos (Provão) e do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), elaboradas pelo MEC, cuja finalidade é testar o conhecimento dos acadêmicos. Chegamos à conclusão de que a pressuposição como fenômeno linguístico necessita de muito mais pesquisas, pois as atuais são insuficientes para sustentar sua aplicação na formação do profissional de Letras.

Palavras-chave: pressuposição; abordagens teóricas; ensino.

## ***ABSTRACT***

This is a research on the presupposition in Modern Linguistics, which serves as a principle for studies under different perspectives, such as Logical-Philosophical, Semanticist, Pragmaticist and Discourse. It goes through a theoretical path that begins in Frege (1982), one of the first scholars to theorize about this issue, whose perspective is logical, and also through Ducrot (1977, 1981, 1987), our theoretical base, the author theorized about linguistic presupposition the most, whose structuralist perspective is focused on enunciatively questions; reaching a pragmaticist look for the presupposition through the theoretical contributions of Austin (1990). The main objectives of this paper are first to discuss whether such approaches on the presupposition are conflicting to the point of compromising the teaching at the undergraduate level in Letters. Therefore, we analyzed whether there are convergences among the theories studied that are able to sustain an approach about the presupposition as a linguistic phenomenon, and after that, by examining the presuppositions which are presented in the textbooks devoted to the teaching of Letters graduation, aiming to verify the theoretical and methodological approach on the subject by the authors' perspective. Our hypothesis is that the theoretical approaches on presupposition are deeply divergent, what would allow the emergence of different meanings to it, according to the selected approach; it would also make fluid the concept of presupposition. In order to illustrate the presence of this theme in the majoring in Letters formation, we observed the treatment given to the presupposition on the "National Examination of Courses" (Provão) and "National Examination of Student Performance" (ENADE), prepared by the MEC, whose purpose is to test the academic knowledge. The conclusion is that presupposition as linguistic phenomenon needs more research due to lack of sufficient evidences to support its application in the training of professionals of Letters currently.

Keywords: presupposition; theoretical approaches; teaching.

# SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>2 CONCEPÇÕES DE PRESSUPOSIÇÃO NA LINGUÍSTICA MODERNA .....</b>	<b>14</b>
2.1 Conceitos de pressuposição .....	14
2.2 Pesquisas em pressuposição.....	18
2.3 Por um olhar discursivo sobre a Pressuposição.....	22
2.4 Breves considerações acerca do objeto de estudo: a pressuposição .....	25
<b>3 PRESSUPOSIÇÃO: TRÊS ABORDAGENS DISTINTAS.....</b>	<b>27</b>
3.1 Pressuposição sob a ótica de Frege (1978).....	28
3.2 Pressuposição sob a ótica de Ducrot (1977, 1981 e 1987).....	29
3.2.1 Críticas de Henry (1992) aos estudos sobre pressuposição de Ducrot.....	37
3.2.2 Considerações de Ducrot acerca das críticas feitas por Henry .....	45
3.3 Contribuições de Austin (1990) para o estudo da pressuposição .....	48
3.3.1 Contribuições de Grice (1975): implicaturas convencionais e conversacionais .....	50
3.3.2 A relação entre pressuposição segundo Ducrot (1977), atos de fala segundo Austin (1990) e implicaturas segundo Grice (1975) .....	54
3.4 Comparativo entre as concepções de Frege, Ducrot e Austin sobre a pressuposição .....	56
<b>4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E ANÁLISE DO CORPUS.....</b>	<b>58</b>
4.1 O tratamento da pressuposição em <i>Semântica</i> , de Ilari e Geraldi (1990) .....	61
4.2 O tratamento da pressuposição em <i>Manual de semântica</i> , de Cançado (2008) ..	66
4.3 O tratamento da pressuposição em <i>Significação e contexto</i> , de Moura (2006) ..	71
4.4 Análise de questões do Provão.....	79
4.5 Considerações sobre a análise do <i>corpus</i> .....	94
<b>5 CONCLUSÃO .....</b>	<b>105</b>
<b>6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>109</b>



## 1 INTRODUÇÃO

Nossa pesquisa versa sobre as diferentes abordagens teóricas sobre a pressuposição, discutidas no âmbito acadêmico dos cursos de Licenciatura Plena e Bacharelado em Língua Portuguesa e Linguística. Por se tratar de um fenômeno complexo, a pressuposição recebe enfoques variados tanto na Filosofia quanto na Linguística, o que faz com que as abordagens sobre esse fenômeno linguístico sejam diferenciadas nos livros direcionados à graduação em Letras. No entanto, em Linguística, desde 1966<sup>1</sup>, a pressuposição tem sido tratada como um acontecimento essencial da linguagem humana, tendo como seu expoente o linguista francês Oswald Ducrot, cuja teoria passou por revisões, no correr do tempo, bem como críticas e questionamentos sobre a sua abrangência, por parte de diferentes teóricos.

Por essa razão, nesta dissertação optamos por conceber o fenômeno da pressuposição pelo enfoque ducrotiano, reformulado a partir das críticas de Henry (1992). Assim, distinguiremos o posto como o conteúdo proferido pelo locutor e o pressuposto como o conteúdo de responsabilidade do enunciador, que é uma voz coletiva. O conteúdo pressuposicional resume-se em informações de conhecimento compartilhado inseridas na enunciação.

Pensando na linguagem como um lugar de intervenção social e ideológica por meio de sujeitos que operam sobre a língua, propomo-nos a estudar a pressuposição, informações que podem ser inferidas a partir das sentenças, com a finalidade de perceber conteúdos implícitos que permeiam e regulam as falas dos indivíduos.

A questão que esse trabalho levanta é se a ausência de abordagens convergentes sobre a pressuposição pode fazer com que esta deixe de ser discutida a contento em nível de graduação, nos cursos de Licenciatura em Língua Portuguesa. Desse modo, se o conceito é instável, como o fenômeno é ensinado aos estudantes de nível superior? Quais as abordagens teóricas sobre a pressuposição que têm sido privilegiadamente contempladas nas discussões acadêmicas e por que razão? As

---

<sup>1</sup> Os artigos publicados por Ducrot em 1966 foram por ele retomados, sem modificações essenciais, em 1981, na composição da obra *Provar e Dizer*.

abordagens mais discutidas sobre a pressuposição são suficientes para fundamentar o estudante de Licenciatura Plena em Língua Portuguesa, de maneira que se construa nele um embasamento teórico suficiente para tratar sobre essa questão linguística na sua atuação no ensino e na pesquisa em linguagem? Afinal, o que há de convergente, dentro das teorias propostas, que sustentaria uma abordagem da pressuposição como fenômeno linguístico?

Essas indagações fomentaram nossa investigação sobre a pressuposição e sua importância para o ensino e a pesquisa em Linguística. Fato curioso, que possivelmente ilustre nosso interesse pelo assunto, ocorreu no decurso das aulas de Semântica do curso de Licenciatura Plena em Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa, ministradas na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), instituição de nossa formação acadêmica. O assunto pressuposição gerou dúvidas e controvérsias, vez que a abordagem escolhida pelos alunos responsáveis pela apresentação de um seminário a respeito do tema não foi capaz de esclarecer tal fenômeno, pois o conteúdo pressuposto, dos enunciados exemplificados na ocasião, foi visto de maneira diferente por diversos acadêmicos. A abordagem foi superficial, baseada apenas no primeiro momento da teoria de Ducrot, cujos pressupostos deveriam resistir às leis da negação, interrogação e encadeamento. A teoria ducrotiana passou por renovações, como veremos no capítulo destinado a esse autor, no entanto, tal alteração teórica não foi destacada, a contento, pelos acadêmicos responsáveis pelo seminário e, assim, muitos dos exemplos tratados não foram resolvidos de modo a diminuir as contradições, sendo passíveis de múltiplas interpretações.

A partir desse fato, ocorrido em 2007, o tema pressuposição gerou uma curiosidade que resultou em um trabalho de monografia e, por fim, tornou-se tema do projeto desta dissertação de mestrado. Nossa hipótese é de que as abordagens sobre pressuposição não são discutidas a contento nos cursos de Licenciatura Plena e em Língua Portuguesa e Bacharelado em Linguística, pois os próprios livros de semântica atuais, destinados ao ensino acadêmico, não apresentam convergência teórica ou exemplos convincentes. Então como aplicar esse conhecimento na educação básica? E esse parece ser um tema importante, pois foi discutido em questões do Exame Nacional de Cursos, antigo Provão, e também foi contemplado

em uma questão discursiva de um dos vestibulares mais concorridos do Brasil, o da UNICAMP, em 2010, conforme esclareceremos mais adiante. Além disso, questionamos se haveria mesmo um consenso teórico em torno da pressuposição, o que possibilitaria uma melhor discussão sobre o tema nas aulas dos cursos de Licenciatura em Língua Portuguesa.

Após pesquisa bibliográfica sobre as teorias relativas à pressuposição, nossa investigação caminhou com o propósito de verificar quais abordagens sobre esse tema são retomadas pelos autores mais conceituados e atuais, que publicaram livros destinados ao ensino e aprendizagem de Semântica nas universidades brasileiras.

A pesquisa linguística voltada para o fenômeno da pressuposição é ampla e relevante, fato comprovável à medida que compreendemos a importância do conhecimento dos conteúdos pressupostos para, entre outras coisas, a compreensão da superfície textual. Os pressupostos, inscritos ou não nos enunciados, são capazes de ativar a memória discursiva, resultando na aceitação dos enunciados pelos locutores, promovendo uma relação entre a enunciação e a realidade. Segundo Mari (último acesso em 09/11/2011)<sup>2</sup>, em seu artigo “Conceitos de pressuposição: histórico”:

A pressuposição é, certamente, um dos conceitos que mais adquiriram prestígio ao longo destas três décadas de história da semântica moderna, conforme constatação que pode ser feita, a partir dos principais autores que discutiram questões sobre a construção de teorias semânticas para as línguas naturais, a partir do estruturalismo. Este prestígio, todavia, tem representado algumas dificuldades para aqueles que pretendem uma abordagem da questão, que seja capaz de ultrapassar uma certa intuição generalizada do seu alcance. Pressuposição é quase sempre referida como um *processo* que permite **deduzir** certos fatos não-explicitados, a partir de outros que são explícitos; ou, então, o *produto* dessa operação. (grifo do autor).

Apesar do prestígio adquirido pelo fenômeno da pressuposição na Semântica moderna, conforme o autor aponta na citação acima, podemos prever que a sua abordagem se torna dificultada e passível de questionamentos, por aqueles professores que pretendem repassar essa discussão para os alunos de Licenciatura em Língua Portuguesa. O que pudemos perceber, com nossos estudos, é que as

---

<sup>2</sup> [http://www.ich.pucminas.br/posletras/SEMANTICA-conceitos\\_de\\_pressuposicao.pdf](http://www.ich.pucminas.br/posletras/SEMANTICA-conceitos_de_pressuposicao.pdf) (acesso em 09/11/2011)

divergências entre as abordagens são teoricamente tão profundas que poderemos apontar diferentes pressupostos aos anunciados, de acordo com a abordagem adotada.

O trabalho está assim organizado: o capítulo dois intitula-se *Concepções de pressuposição na Linguística Moderna*, em que trazemos à tona as diversas concepções sobre pressuposição, de acordo com alguns dicionários da área Linguística, além de levantarmos as pesquisas já existentes sobre a pressuposição. Finalizamos esse capítulo tecendo comentários acerca da pressuposição, sob o ponto de vista semântico da produção de sentido, já que tal perspectiva não foi contemplada nas pesquisas que encontramos sobre esse assunto.

Seguindo, delimitamos nosso caminho teórico, a partir do capítulo três, passando por Frege (1978)<sup>3</sup>, primeiro a teorizar sobre o assunto, para então abordarmos Ducrot (1977; 1981; 1987), já que este é o autor que mais produziu sobre pressuposição linguística. Nosso enfoque recai sobre como a questão da pressuposição é tratada nas diferentes fases da teoria ducrotiana. Seguimos com as críticas de Henry (1992) aos estudos ducrotianos sobre pressuposição, e finalizamos com as considerações de Ducrot acerca das críticas recebidas. Concluimos nosso trajeto teórico com as contribuições de Austin (1990), para quem a pressuposição é uma condição de emprego do enunciado, enfoque pragmático.

No capítulo quatro desta dissertação, cuidamos de traçar nossa metodologia de pesquisa, apresentando o *corpus* e explicitando os critérios de análise. Como nosso objeto de pesquisa são as abordagens sobre a pressuposição presentes nos livros utilizados como apoio teórico para as aulas de Semântica, ministradas nas universidades de nosso país, os livros que compõem nosso *corpus* de análise são três: *Semântica*, de Ilari e Geraldi (1990), *Manual de Semântica*, de Cançado (2008) e, por fim, *Significação e contexto*, de Moura (2006).

Para comprovar a importância dos estudos sobre pressuposição, mostramos a recorrência do assunto nas provas destinadas à avaliação dos estudantes de

---

<sup>3</sup> Texto original publicado em 1892.

Licenciatura Plena em Língua Portuguesa (Letras), Provão/ENADE, elaboradas pelo Ministério de Educação e Cultura de nosso país (MEC). Nesse momento do trabalho, analisamos todas as avaliações destinadas aos cursos de Letras, de 1998 a 2011, sendo que até 2003 a avaliação era denominada Exame Nacional de Cursos (ou Provão) e, a partir de 2004 passou a chamar-se Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE). Descobrimos que o tema pressuposição foi abordado somente nas avaliações do Provão, nos anos de 1999, 2000 (com duas questões sobre o tema) e 2001. Curiosamente esse tema não aparece em nenhuma das avaliações do ENADE, aplicadas aos cursos de Letras. Em seguida, apresentamos conclusões parciais das análises, as quais evidenciam a dispersão teórica da pressuposição como objeto de estudo da Linguística.

Em um último momento, esboçamos nossas considerações finais sobre o tema desta dissertação, em que traçamos críticas ao trato com a pressuposição na Linguística, tomando por base Henry (1992), na crítica que faz a Ducrot, bem como pensando a questão a partir de uma perspectiva discursiva da linguagem, focando a pressuposição e a produção do sentido. Nesta parte final, pensamos nas dificuldades para lidar com esse fenômeno linguístico nas aulas de Semântica devido aos problemas presentes nas teorias, bem como à falta de consistência no trato com o tema nas abordagens linguísticas existentes.

Desejamos, assim, problematizar um dos fenômenos mais estudados pela Linguística moderna, ao lançarmos um olhar para a formação dos professores de Língua Portuguesa, na medida em que a pressuposição ganha um foco para além de um corpo teórico fechado, para servir de suporte na discussão sobre a estruturação da linguagem. Partindo da questão de saber se existe uma abordagem teórica da pressuposição que garanta a sua discussão em níveis distintos, acabamos por reconhecer a complexidade da linguagem, alimentada pelo fenômeno da pressuposição de modo tangencial, mas nem por isso captável em todas as suas artimanhas pelas teorias existentes. Desse modo, mais uma vez reforçamos a importância do fenômeno e das pesquisas na área a partir de olhares teóricos diversos.

## 2 CONCEPÇÕES DE PRESSUPOSIÇÃO NA LINGUÍSTICA MODERNA

“Chega mais perto e contempla as palavras.  
 Cada uma  
 tem mil faces secretas sob a face neutra  
 e te pergunta, sem interesse pela resposta,  
 pobre ou terrível que lhe deres:  
 Trouxeste a chave?”  
 Carlos Drummond de Andrade

Neste capítulo, primeiramente focalizaremos nosso olhar para a conceituação da pressuposição, de acordo com alguns dicionários de termos linguísticos, com o objetivo de mostrar a fluidez desse conceito, fato que corrobora para as diferentes abordagens existentes sobre o fenômeno. Num segundo momento, exploraremos algumas das pesquisas e trabalhos já existentes sobre a pressuposição, para esclarecer o estado de nosso objeto de estudo dentro da Ciência Linguística. Finalizaremos o capítulo com reflexões acerca da pressuposição sob a ótica semanticista da produção de sentido.

Conceituar a pressuposição não é uma tarefa fácil, como perceberemos no estudo dos diferentes autores citados nesta dissertação. Dicionários, artigos e obras inteiras contemplam essa temática que, de acordo com a visão adotada, recebe enfoques e até mesmo conceitos diferentes (e até controversos). Mostraremos, ainda que resumidamente, como a pressuposição é definida nos textos de autores renomados e faremos uso do convite outrora feito por Drummond: “Chega mais perto e contempla as palavras”...

### 2.1 Conceitos de pressuposição

A literatura que trata da pressuposição é diversificada, pois esse conceito transita por diferentes campos do saber, variando de acordo com o olhar teórico destinado a esse fenômeno. Para começar a observar as variações no trato com o tema, separamos alguns conceitos retirados de Dicionários de Linguística, por ser essa a nossa área de estudos.

Também vale ressaltar que nem sempre é fácil distinguir as diferenças entre os conceitos de pressuposição, pressuposto, posto, subentendido e implícito, pois essas palavras podem aparecer nas abordagens, sem que se estabeleça um campo claro de diferenciação entre elas, que podem ser tomadas umas pelas outras. A própria teoria ducrotiana, por exemplo, a partir de 1977<sup>4</sup> passa a não estabelecer uma diferenciação categórica entre o conteúdo pressuposto e o conteúdo subentendido de um enunciado, admitindo a existência de “pressupostos subentendidos”.

Jota (1981, p.269) traz um conceito confuso para pressuposto: “Elemento cuja presença, *numa relação de pressuposição*, é pressuposta pelo outro [...]” (grifos do autor). O autor cita como exemplo a questão da sílaba em português, cuja presença de uma consoante pressupõe a presença de uma vogal. Esse conceito ainda conta com o termo *pressuponente*, que seria o elemento gerador de pressuposição. O exemplo citado nesse caso é o das orações subordinadas: a oração principal é o pressuposto da oração subordinada, que é o *pressuponente*. Este conceito é baseado em um momento da teoria de Ducrot, em 1977, que busca relações lógicas entre os termos da língua, como a noção de encadeamento daquilo que é posto e daquilo que é pressuposto em um enunciado.

Uma concepção pragmática sobre a pressuposição é observável em Crystal (1988, p.209), que coloca o fenômeno como “[...] uma condição que deve ser satisfeita para que se obtenha um determinado estado de coisas, ou então (em relação à língua) o que o falante assume ao dizer uma determinada sentença, em oposição ao que ele realmente afirma”. Assim, a pressuposição pode ser entendida como uma condição que deve ser satisfeita para que o enunciado seja aceitável, ou então, como aquilo que o falante assume ao dizer uma determinada sentença, ou seja, uma informação não contestável e que se supõe ser de conhecimento público. Esses conceitos baseiam-se nos estudos dos filósofos de Oxford, que assumiam a pressuposição como condição de emprego dos enunciados.

---

<sup>4</sup> A data refere-se à tradução para o português. O texto original foi publicado em 1972.

O Dicionário de termos linguísticos, organizado por Xavier e Mateus (1990, p.294), cuida de diferir a pressuposição pragmática da pressuposição semântica. A primeira é definida como uma informação compartilhada pelo locutor e pelo alocutário. Além disso, a pressuposição pragmática é “[...] o conjunto de condições que têm de ser satisfeitas para que o acto de fala seja apropriado às circunstâncias, ou para que seja bem sucedido”. A pressuposição semântica, por sua vez, está relacionada ao sentido estabelecido entre o que se diz em um enunciado e o que esse mesmo enunciado deixa dizer. É uma relação de sentido que não pode ser contestada, pois o pressuposto de um enunciado continua evidente mesmo após a negação da sentença.

Ainda tomamos o conceito de pressuposição de acordo com Dubois et al (2001, p.484), para os quais “chama-se relação de pressuposição a relação entre duas grandezas (duas unidades linguísticas) tais que a presença de uma delas na cadeia é a condição necessária para a presença da outra [...]”. De acordo com os autores, essa relação pode ser unilateral, caso uma das grandezas seja a condição da outra, mas não vice-versa; ou recíproca, para o caso de uma grandeza que é condição de outra e vice-versa. O exemplo dado para a relação unilateral da pressuposição é a questão do determinante, que sempre acarreta a presença de um substantivo, cujo contrário não é verdade. Este conceito assemelha-se com o proposto por Jota (1981), sendo baseado nos primeiros momentos da teoria ducrotiana.

Seguimos com Trask (2004, p.237-238), que descreve a pressuposição como “um tipo particular de inferência”, ou seja, a pressuposição deve ser algo verdadeiro para que o enunciado seja plausível de se dizer. O texto traz o exemplo “A mulher de João gerencia uma boutique”, afirmando que a primeira sentença pressupõe a segunda: João é casado. Se essa premissa for falsa, então todo o enunciado não será nem verdadeiro nem falso, sendo carente de valor de verdade. Essa versão nos permite concluir que o fenômeno da pressuposição está no âmbito da semântica-pragmática, como o próprio Ducrot coloca, ao defender a associação entre sintaxe, semântica e pragmática, para análise de dados linguísticos.

Por fim, citamos a pressuposição de acordo com o Dicionário de análise do discurso, de Charaudeau e Maingueneau (2004, p.403-405), que expõe algumas



controvérsias decorrentes dos diferentes estudos acerca dessa questão linguística. Os autores começam por mencionar a teoria ducrotiana, para a qual a pressuposição é o *ato de pressupor* e, os pressupostos, *tipos particulares de conteúdos inscritos nos enunciados*. O texto segue mostrando características dos pressupostos, que podem ser informações, que correspondem à realidade e são partilhadas entre os participantes do discurso que, em contrapartida, utilizam esses dados para propagar informações novas, ou seja, os *postos*. Os autores ainda afirmam que essas diferentes características foram e ainda são alvos de muitos debates, pois os pressupostos podem ser “manipulados” de diversas formas e terem diferentes comportamentos. Segundo Zuber (1972), citado pelos autores do dicionário em questão, os pressupostos são inúmeros e se subdividem em numerosas classes, de acordo com a natureza do conteúdo pressuposto, que pode ser existencial, factivo/contrafactivo, pragmático etc. Todavia, há um consenso a respeito da pressuposição, segundo Charaudeau e Maingueneau (2004, p.405): “os pressupostos têm sempre, diferentemente dos subentendidos, um *marcador* no enunciado, o que lhes confere uma relativa independência em relação ao contexto” (grifo dos autores).

Após essa breve exposição sobre os conceitos de pressuposição admitidos por alguns dos Dicionários de Linguística e um Dicionário de Análise do Discurso, podemos concluir que seu conceito é instável e por vezes, controverso. O entendimento sobre as diferentes abordagens teóricas sobre a pressuposição torna-se válido para a compreensão da conceituação do fenômeno que, dependendo da filiação teórica, pode apresentar variações. Neste trabalho, chegamos a um conceito de pressuposição após compreendermos os avanços da teoria ducrotiana, principalmente depois das críticas feitas por Henry, em 1992.

Ducrot, em 1977, defendia a pressuposição como um tipo de implícito que pode tanto estar inscrito na língua, relacionando-se ao enunciado, quanto pode estar subentendido, relacionando-se ao discurso. Nessa fase de sua teoria, os pressupostos são tomados como informações que estão fora de discussão, pois não podem ser rejeitados, mas, ao contrário, devem ser preservados na enunciação. O locutor poderia, assim, agir sobre o interlocutor sem se comprometer, sem expor o dito à contestação. Esse momento teórico da pressuposição foi contestado por

Henry (1992), que não admite os pressupostos como incontestáveis, pois não vê ligação entre os conteúdos pressupostos com o locutor, mas, ao contrário, defende um *desdobramento do sujeito da enunciação*:

[...] seria preciso conceber um processo de *desdobramento do sujeito da enunciação*, um desses sujeitos sendo identificado ao locutor e considerado como responsável pelos conteúdos formulados, o outro, o duplo do primeiro, não sendo mais identificado ao locutor e tomando, por esse fato, o estatuto de sujeito universal. (HENRY, 1992, p. 76, grifo do autor)

Ducrot (1987)<sup>5</sup>, após as críticas de Henry, passa a enquadrar a questão da pressuposição dentro da polifonia, admitindo a não unicidade do sujeito da enunciação. O autor faz diferença entre *locutor*, que é responsável pelo posto, e *enunciador*, espécie de voz coletiva que é responsável pelo pressuposto. Nesta dissertação, optamos por conceber o fenômeno da pressuposição por este enfoque ducrotiano, reformulado a partir das críticas de Henry. Assim, distinguiremos o posto como o conteúdo proferido pelo locutor e o pressuposto como o conteúdo de responsabilidade do enunciador, que é uma voz coletiva. O conteúdo pressuposicional resume-se em informações de conhecimento compartilhado inseridas na enunciação.

Após verificarmos o campo das conceituações, preocupamo-nos em saber qual o estado da pressuposição nas pesquisas em Linguística, buscando o que há de atual sobre o tema, como veremos a seguir.

## 2.2 Pesquisas em pressuposição

Em um primeiro momento, não conseguimos avançar muito no levantamento de pesquisas sobre a pressuposição, o que nos fez acreditar que eram poucas as pesquisas existentes sobre o assunto. No entanto, com um pouco mais de afinco nas buscas, nossos olhos se depararam com uma gama de trabalhos já realizados sobre pressuposição no meio acadêmico e, fato curioso, quase todos eles utilizaram como referencial teórico os estudos de Ducrot. Sem dúvidas, este foi o autor que mais abordou o tema em Linguística e, talvez por essa razão, sua teoria tenha sido

---

<sup>5</sup> A data refere-se à tradução para o português. O texto original foi publicado em 1984.

reformulada tantas vezes. É bom frisar que a teoria ducrotiana busca articular uma perspectiva estruturalista, de base saussuriana, com uma perspectiva enunciativa, de inspiração benvenistiana.

Ainda que nosso desejo fosse conhecer todas as pesquisas desenvolvidas sobre o tema por nós eleito, isso se tornou impossível, devido à quantidade encontrada. No entanto, não encontramos nenhuma pesquisa sobre o assunto específico da nossa pesquisa, a saber, análise do estatuto das abordagens sobre pressuposição em livros utilizados nos cursos de graduação de Letras. Queremos destacar alguns trabalhos que nos chamaram a atenção e nos ajudaram a compreender melhor a pressuposição, como a tese de Fernandes (1997), *Pressuposição, Argumentação e Ideologia*, que analisa, com base em Ducrot, os conteúdos pressupostos no desvelamento da ideologia subjacente em textos publicitários. O pressuposto é definido como o conteúdo que constitui um enunciado, fundamentado na ideia de pressuposição inscrita na língua. A tese defende que os conteúdos pressupostos delineiam e orientam as possibilidades argumentativas do discurso, funcionando também como ponto de partida do processo argumentativo, capaz de ajudar a ancorar o enunciado na situação comunicativa e no contexto social, histórico e ideológico em que ocorre a interlocução, como coloca a autora.

A dissertação escrita por Souza (2000), cujo título é *A Pressuposição Linguística na Estrutura da Língua Portuguesa*, propõe um enfoque estritamente linguístico da pressuposição, aproximando-se da abordagem empreendida pelos estudiosos lógicos da linguagem, nas relações de valores de verdade entre as sentenças. O autor faz uma incursão no campo da lógica, abordando estudiosos como Frege, Russel e Strawson, para, num momento seguinte, desenvolver o tema no âmbito da Linguística, enfatizando as duas principais abordagens sobre pressuposição: a semanticista, fundamentada nos autores lógicos já citados, e a pragmaticista, cujo principal nome é Ducrot, que defendeu a pressuposição como ato de fala, no primeiro momento de sua teoria, em conformidade com os filósofos de Oxford. A pesquisa em questão busca ressaltar, em textos escritos, elementos introdutórios de pressuposição, reveladores da necessidade de se interpretar os enunciados de uma língua em vários níveis.

Também vale ressaltar os estudos de Bezerra (2004), *Pressuposição Linguística: Uma das Bússulas Argumentativas do Texto Jornalístico*; e de Nascimento & Silva (2004), *A Pressuposição: Um Recurso Polifônico na Carta Pessoal*. Esses artigos podem ser encontrados no livro *Argumentação na Língua: da Pressuposição aos Topoi*, organizado por Silva e Espíndula (2004). Esses trabalhos foram desenvolvidos no LASPRAT – Laboratório Semântico-Pragmático de Textos (UFPB), então coordenado pela professora Lucienne Espíndula, que utiliza como base teórica os postulados de Ducrot e Anscombe sobre a teoria da argumentação, a qual aborda questões linguísticas como a pressuposição, os operadores argumentativos, a polifonia e a teoria dos topoi. O objetivo do LASPRAT, de acordo com Espíndula, é montar um quadro do funcionamento discursivo-argumentativo dos elementos linguísticos na língua em uso, de acordo com a descrição da estrutura argumentativa em gêneros escritos e falados.

No livro *Na Interface Semântica/ Pragmática* encontramos um capítulo denominado *Pressuposições: Indo Além do Problema da Projeção*, escrito por Goldnadel (2002), cujo objetivo, como frisa o autor, é identificar certos tipos de enunciados que merecem atenção, por sugerirem a existência de mecanismos de produção de sentido em linguagem natural, que desafiam as teorias pragmáticas e, em especial, a teoria griciana elaborada para lidar com o problema da projeção de pressuposições. O texto faz um brevíssimo (utilizando o termo empregado pelo próprio autor) histórico sobre a questão da pressuposição, passando principalmente pela lógica e pela pragmática, mostrando pontos conflitantes na teoria griciana, no que diz respeito à pressuposição como geradora da implicatura de relação.

O artigo *A Estratégia de Nominalização: Pressuposição, Memória Discursiva e Argumentação*, de Olímpio (2006), contribuiu para compor nosso pensamento acerca deste tema essencial para a compreensão da linguagem humana que é a pressuposição. Nesse texto, cujo quadro teórico é composto pela Linguística Interacional (Mondada e Dubois; Koch e Marcuschi) associada à Semântica Argumentativa de Ducrot, a noção de pressuposição serve de apoio para explicar o fenômeno da nominalização como estratégia discursiva dependente da memória discursiva dos interlocutores.

Outros textos foram encontrados com a ajuda dos sites de busca, tal como *A Pressuposição no jogo polifônico e argumentativo do discurso político*, de Guerra (1999), que analisa o texto *Trabalho e Seriedade*, publicado no jornal A Folha de São Paulo, cujo tema é de ordem política. Os dados mostram que a linguagem política é argumentativa, já que o locutor busca valorizar a vida pública e seus respectivos procedimentos, como coloca a autora. Essa pesquisa possui orientação teórica na Semântica Argumentativa de Ducrot (1987), no que diz respeito ao fenômeno da polifonia ligada à pressuposição, que, por sua vez, é entendida como um ato de fala, que pode aparecer no nível do enunciado e até mesmo sob a forma de subentendido.

Outros artigos podem ser citados, mesmo que sinteticamente, pois estão disponíveis nos diversos sites de buscas na internet: *Modalidade, pré-construção e pressuposição: a propósito de Campos*, de Moreno (2004)<sup>6</sup>, com base semântico/pragmática; *O Pressuposto nos Enunciados Interrogativos de Entrevistas da Mídia Impressa*, de Cabral (2003)<sup>7</sup>, de base estruturalista/argumentativa; *Por uma Abordagem Cognitiva da Pressuposição: Modelos Cognitivos Idealizados e Propagandas*, de Ferriguetti (2008)<sup>8</sup>, de base cognitivista; *Topoi e Pressuposição*, de Moura (2000)<sup>9</sup>, de base pragmática. Como percebemos, é possível encontrar abordagens para o fenômeno da pressuposição sob diversas perspectivas, dentre elas as de base semântico/pragmática, estruturalista/argumentativa e cognitivista, além de trabalhos voltados para a lógica clássica (filosófica). Todavia, as abordagens focadas na teoria ducrotiana são as mais recorrentes.

Encontramos também um trabalho cujo enfoque está voltado para a abordagem discursiva do fenômeno da pressuposição, o artigo *Teorias Semânticas e a Implicação na Língua(gem)*, de Moraes (2009). Nesse texto, a autora faz uma revisão sobre a teoria de ducrotiana acerca da pressuposição, bem como das

---

<sup>6</sup> [http://www.clunl.edu.pt/resources/docs/grupos/gramatica/cadernos/lercamos\\_moreno.pdf](http://www.clunl.edu.pt/resources/docs/grupos/gramatica/cadernos/lercamos_moreno.pdf) (acesso em 09/11/2011)

<sup>7</sup> <http://www.gel.org.br/estudoslinguisticos/volumes/32/htm/comunica/cc004.htm> (acesso em 09/11/2011)

<sup>8</sup> <http://www.linguistica.ufes.br/sites/www.linguistica.ufes.br/files/Karentotal.pdf> (acesso em 09/11/2011)

<sup>9</sup> [http://www.gelne.ufc.br/revista\\_ano2\\_no2\\_06.pdf](http://www.gelne.ufc.br/revista_ano2_no2_06.pdf) (acesso em 09/11/2011)

críticas de Henry a Ducrot, que deram origem a uma concepção mais discursiva do fenômeno.

Após observarmos a problemática da conceituação da pressuposição e verificarmos as pesquisas já existentes sobre o assunto, seguiremos nosso trabalho explorando a parte teórica do fenômeno. Estudiosos como Koch (2002) e Mari (último acesso em 09/11/2011), cuidaram de traçar um percurso histórico para a pressuposição, mostrando as contradições existentes entre as teorias propostas sobre o fenômeno. Enfocaremos brevemente as abordagens dos dois autores, a fim de melhor situarmos o fenômeno.

### **2.3 Por um olhar discursivo sobre a Pressuposição**

Antes de seguirmos nosso estudo contemplando os teóricos considerados referência na pesquisa acerca da pressuposição, discutiremos um pouco esse fenômeno linguístico sob o ponto de vista da produção de sentidos que ele gera.

Ao observarmos paralelamente dois textos que traçam um percurso histórico da pressuposição, dos autores Koch (2002) e Mari<sup>10</sup>, nos surpreendemos com o fato de que, dentre uma gama de estudiosos, apenas quatro teóricos foram citados em consenso pelos dois autores, a saber: Frege (1892), Strawson (1952), Fillmore (1970) e Ducrot (1977). Além desses Mari cita: Sellars (1954), Katz e Postal (1966), Keenan, E.(1971). Já Koch, além dos quatro autores comuns cita: Russell (1905), Collingwood (1940), Austin (1962), Stalnaker (1973), Lakoff (1971), Kiparsky e Kiparsky (1970), Karttunen (1973), Thomason (1974).<sup>11</sup> Esse fato nos levou a pensar sobre quão diferentes são as abordagens teóricas acerca da pressuposição pois, até mesmo para se traçar um caminho histórico sobre esse assunto, há diferentes possibilidades que conduzem a olhares e perspectivas teóricas diversificadas.

---

<sup>10</sup> [http://www.ich.pucminas.br/posletras/SEMANTICA-conceitos\\_de\\_pressuposicao.pdf](http://www.ich.pucminas.br/posletras/SEMANTICA-conceitos_de_pressuposicao.pdf) (acesso em 09/11/2011)

<sup>11</sup> Conferir referências bibliográficas nos referidos artigos.

A pressuposição, sob a perspectiva da produção de sentido, é vista a partir do momento histórico da sua produção, circulação e consumo. Tendo como suporte a linguagem, essa perspectiva tende a conceber o *sujeito* como uma condição “na” linguagem, mas também condição “para a” linguagem e até uma condição “da” linguagem, na medida em que o sujeito só existe em linguagem, depende dela para se erigir como tal, mas joga com o sistema linguístico em função de condições históricas determinadas e a partir dos lugares sociais nos quais a linguagem existe como condição. Ou seja, para a perspectiva da produção de sentido *sujeito*, *história* e *sistema linguístico* possuem uma relação intrinsecamente constituída; não existe um sem o outro.

A noção de produção de sentido está associada à fluidez do sentido, às inúmeras interpretações possíveis dos enunciados. Nessas condições, o sentido não é visto como um produto, como algo pronto, mas como uma produção em que se mesclam fatores como sujeito, história e sistema linguístico, cujo entrecruzamento acontece de maneira circunstancial e coopera para o surgimento de sentidos sempre novos. Nessa perspectiva, as palavras não significam em si, mas nas relações entre os homens e a história.

*A perspectiva da produção de sentido é lugar de interseção entre a lingüística e as demais ciências do homem. Isto porque parte do princípio de que a linguagem não é simples instrumento de comunicação ou do pensamento individual; ela participa e até determina a constituição dos sujeitos (ABRAHÃO, 2002, p. 223-224).*

A perspectiva da produção de sentido propõe que o dado linguístico não seja visto separadamente em relação à história e ao sujeito, já que o sistema linguístico não assegura em si a significação. Todavia, defende a ideia de aberturas e rearranjos que rearticulam uma parcela do sentido em função de um sujeito produtor, capaz de atuar sobre e pela linguagem. O objeto é constituído em linguagem, segundo condições históricas vivenciadas pelo sujeito, e a linguagem não se configura como algo pronto, dado, mas se reconstrói constantemente no interior das relações, pois “[...] promover significados em linguagem é significar as relações, os homens, sua história e desejos (ABRAHÃO, 2002, p. 221)”.

Esse olhar para a linguagem, de um ponto de vista discursivo, pode ser bem compreendido em Mari (2008), que trata da tríade Sistema linguístico – Sujeito – História, enfatizando como o sentido se constrói por meio dessas dimensões interligadas, permitindo a emergência do sujeito no discurso. A noção de linguagem apresentada na obra é fundamentalmente saussureana: a linguagem como representação, não como instrumento, pois ela participa da instrução do homem. Através da representação podemos estabelecer múltiplas relações, como nomear, simular, persuadir etc.

Sob essa perspectiva, o sistema linguístico é determinista e está acima da vontade do sujeito, sendo “[...] a lei que se sobrepõe ao desejo dos falantes” (MARI, 2008, p.20). O sujeito não é um indivíduo, mas o lugar por onde passa o sentido, “[...] uma força constitutiva dos discursos: o sujeito ultrapassa o locutor, mas está nele contido com certeza” (MARI, 2008, p.35). A história está intimamente ligada à ideologia, às relações sociais e às condições de produção. Essas dimensões se imbricam para a ocorrência da produção de sentido nas práticas da linguagem: “[...] assim, mesmo que venhamos a destacar um desses lugares, é preciso deixar claro que só podemos pensar uma dimensão global da produção do sentido, em consideração à confluência dessas três dimensões” (MARI, 2008, p. 34).

Ante essa breve discussão a respeito das questões de sentido, sujeito, linguagem e história, todas sob a ótica discursiva, propomo-nos pensar a pressuposição também a partir desse olhar, tomando por base Henry (1992), que critica a teoria de Ducrot sobre a pressuposição por acreditar que tal fenômeno só pode ser abordado na relação entre enunciados e, portanto, no interior de uma formação discursiva específica, ou seja, só pode ser, de fato, abordado pelas teorias sobre o discurso. Entretanto, sob esse enfoque, a pressuposição ganha uma abrangência tal que ela passa a ser vista não mais como um fenômeno da linguagem, mas como uma condição para a mesma e, nesse sentido, prescinde de ser estudada como fato argumentativo, já que esse autor demonstra que por essa via muitas lacunas são deixadas.

Se, sob o viés da produção de sentido, se crê num sujeito que intervém no sistema linguístico, segundo condições históricas específicas, a fim de propor significados



sempre novos, também a pressuposição pode ser vista como um processo de produção de sentidos, ou seja, uma estratégia de estrangulamento do código, tendo em vista uma direção específica, ainda que seus efeitos não sejam conscientemente demarcados. Desse modo, como fato de discurso a pressuposição pode fazer emergir os sujeitos através das suas relações com o sistema linguístico, ainda que essa emersão seja peremptória e calcada em condições históricas específicas.

#### **2.4 Breves considerações acerca do objeto de estudo: a pressuposição**

O sistema linguístico, quando avaliado separadamente, pode não representar todas as suas possibilidades de sentido que emergem a partir do intercruzamento das dimensões da língua (enquanto sistema), da história e do sujeito. Rejeitar a presença do sujeito e de suas formações ideológicas parece restringir o alcance dos níveis de sentido possíveis na interação por meio da língua, o que pode causar “problemas” no uso da linguagem.

No caso da pressuposição, observada apenas como fator linguístico, inscrito no sistema, a confusão é ainda mais acentuada. Deduzir apenas um único conteúdo pressuposto nem sempre é possível, principalmente, quando a pressuposição não está marcada linguisticamente, o que o próprio Ducrot já considerou possível:

[...] A pressuposição teria, então, um estatuto excepcional entre os atos ilocutórios: seria o único a ter um elo necessário na sintaxe do enunciado. É isto o que me leva, agora, a renunciar à forma de oposição estabelecida antes entre pressuposição e subentendido. No que diz respeito à pressuposição, é preciso dar-lhe o estatuto geral do ilocutório. Ela pode ser marcada no enunciado [...] mas pode também não aparecer senão numa interpretação fundada nas condições de enunciação. Isto permite reconhecer como pressuposto um grande número de indicações [...] (DUCROT, 1987, p.86).

Diante de um fenômeno da linguagem que admite possibilidades diferentes de compreensão e cujo autor mais relevante, Ducrot, não concluiu acerca de sua definição (parece ainda existir uma confusão entre as definições de pressuposição e subentendido), somos instigados a observar as diferentes abordagens sobre a pressuposição difundidas no meio acadêmico e se essas abordagens são suficientes para a formação do profissional da área de Letras.

Para além da questão do ensino, a própria noção de pressuposição parece transitar por terrenos nada sólidos, sendo campo para pesquisas e novas descobertas na área da Linguística. O próprio Henry (1992) discute a questão da Linguística como ciência, propondo que as divergências teóricas nos levam “[...] a não mais nos limitarmos ao terreno específico da lingüística, para explorarmos os contornos, aquilo que do externo da lingüística opera nas teorias lingüísticas de maneira tão determinante (HENRY, 1992, p.113)”.

No próximo capítulo faremos algumas reflexões teóricas acerca da pressuposição no âmbito da Linguística e, para tanto, selecionamos três autores com visões distintas para tal questão. Nosso objetivo não é fazer um levantamento histórico dos autores, que já produziram acerca da pressuposição e, por essa razão, selecionamos os três que, ao nosso modo de ver, são fundamentais para compreensão do fenômeno.

### 3 PRESSUPOSIÇÃO: TRÊS ABORDAGENS DISTINTAS

“Todo ponto de vista é a vista de um ponto. Para entender como alguém lê,  
é necessário saber como são seus olhos e qual é sua visão de mundo.”  
Leonardo Boff

Pensar sobre o que há por detrás das palavras é um exercício para construção de um saber crítico e ampliação do conhecimento de mundo. Muitos teóricos de base linguística e filosófica colaboraram com estudos acerca da pressuposição, que ainda é palco para divergências e olhares por vezes contraditórios. Estudar questões implícitas à linguagem é um desafio que nos instiga, pois entendemos que muitas descobertas ainda podem acontecer no âmbito daquilo que está submerso à linguagem.

Neste capítulo, refletiremos sobre a pressuposição embasados pelas teorias propostas por Frege (1978), pioneiro no trato com a pressuposição, e Ducrot (1977; 1981; 1987), estudioso que mais pesquisou o fenômeno. Após, abordaremos Henry (1992) que, apesar de não propor uma nova teoria acerca da pressuposição, contribui com questionamentos e críticas à teoria de Ducrot. Por fim, abordaremos a pressuposição de acordo com o enfoque pragmático de Austin (1990).

A princípio, quando pretendíamos traçar um percurso histórico para a pressuposição, pensávamos em abordar a visão teórica dos autores citados em consenso por Koch (2002) e Mari (último acesso em 09/11/2011). Todavia, como apenas quatro autores passaram por esse crivo, decidimos delimitar o estudo do assunto de acordo com Frege, “o precursor”, e Ducrot, que é consenso entre os que pretendem traçar um histórico, já que produziu muito acerca da pressuposição, e Austin, por conta do enfoque pragmático dado à pressuposição. Henry dialogou com Ducrot e externou indagações que consideramos fundamentais para a ampliação do conhecimento da pressuposição. Também tínhamos conosco questionamentos sobre a pressuposição e encontramos em Henry um caminho para discutirmos a conceituação do fenômeno e seu ensino em nível acadêmico, por meio deste trabalho de dissertação.

### 3.1 Pressuposição sob a ótica de Frege (1978)

Um dos primeiros trabalhos acerca da pressuposição, intitulado *Sobre o sentido e a referência*, foi escrito por Frege, em 1892. Esse artigo coloca em discussão a distinção entre *posto*, aquilo que se afirma sobre algo, e *pressuposto*, nomes próprios (simples ou compostos) utilizados para fazer a referência. Assim, para Frege, a pressuposição está relacionada à questão da referência como existência no mundo, condicionada ao valor de verdade das proposições, pois “se algo é asserido, pressupõe-se obviamente que os nomes próprios usados, simples ou compostos, têm referência” (FREGE, 1978, p.75).

Em seu artigo, Frege utiliza o exemplo já bastante conhecido, “*Aquele que descobriu que a órbita dos planetas é elíptica morreu na miséria*”, para elucidar aquilo que é pressuposto (Aquele que descobriu que a órbita dos planetas é elíptica) daquilo que é posto (morreu na miséria). O pressuposto é, portanto, uma informação compartilhada que pode ser substituída por um nome, no caso Kepler, e que possui denotação, existência. É por essa razão que, nos estudos fregianos, tal fenômeno ficou conhecido por *pressuposição existencial*.

Frege ainda propõe os critérios de negação e de interrogação para atestar a veracidade do enunciado, já que a verdade do pressuposto de existência torna-se condição necessária para que o enunciado seja verdadeiro, embora não seja uma condição necessária para que ele tenha valor lógico. Em síntese, se o pressuposto não tiver valor de verdade o enunciado será falso, porém, aceitável do ponto de vista lógico. O exemplo citado por Frege, mesmo ao ser transformado em um enunciado negativo ou em um enunciado interrogativo, não altera o pressuposto de que alguém descobriu que a órbita dos planetas é elíptica.

Que o nome “Kepler” designa algo é uma pressuposição tanto da asserção “Kepler morreu na miséria”, quanto da asserção contrária. As linguagens tem o defeito de originar expressões que, por sua forma gramatical, parecem destinadas a designar um objeto, mas que em casos especiais não o realizam, pois para isso se requer a verdade de uma sentença. Assim, depende da verdade da sentença “houve alguém que descobriu a forma elíptica das órbitas planetárias” se a sentença “quem descobriu a forma elíptica das órbitas planetárias” realmente designa um objeto ou se apenas parece designá-lo, embora, na verdade, careça de referência. (FREGE, 1978, p.75 e 76)

A respeito do trabalho de Frege podemos concluir que referente é o próprio objeto ou ser no mundo, que pode ser colocado, em um enunciado, de diferentes formas, ou seja, com sentidos diferentes, porém com o mesmo valor de verdade. Tanto a expressão *aquela que descobriu que a órbita dos planetas é elíptica* quanto o nome *Kepler* designam o mesmo ser, ou seja, possuem o mesmo valor de verdade e podem ser empregados indistintamente com o conteúdo posto *morreu na miséria*.

### **3.2 Pressuposição sob a ótica de Ducrot (1977, 1981 e 1987)**

Ducrot é o autor que mais investigou o fenômeno da pressuposição em Linguística, fato comprovado pelas variadas versões de sua teoria. É um estudioso estruturalista, mas que leva em consideração o componente enunciativo, ou seja, faz um diálogo com a pragmática em dado momento de seus estudos 1977. Defende algo como um estruturalismo do discurso, pois não busca um significado em si, mas a relação entre significados, propondo a inter-relação entre a Semântica e a Pragmática, para a produção de sentido dos enunciados. Por essa razão, podemos dizer que o autor segue uma linha teórica semântico-pragmática.

A função primeira da língua, segundo Ducrot, não é descrever a realidade nem informar: é argumentar. Quando alguém diz algo como *João é inteligente*, não é a descrição da inteligência de João que pretende fazer, nem uma informação sobre a inteligência de João que pretende passar, mas, antes, é um ponto de vista que pretende defender.

Precisamos considerar que Ducrot não vê a língua como um código fechado, como um instrumento de comunicação apenas, mas como um instrumento de ação e interação entre interlocutores. Segundo o autor, a língua não pode ser comparada a um código tal como pretendia Saussure, com significante e significado, pois ela não admitiria o subtendido ou o implícito: tudo deveria estar explícito no enunciado, o que não é possível. A função primordial da língua é a argumentação, e não simplesmente o ato de comunicar informações, pois ela comporta na sintaxe e no léxico todo um conjunto de convenções e leis que possibilitam um “jogo”, um “confronto” entre interlocutores:

[...] A língua, então, não é mais apenas o lugar onde os indivíduos se encontram; ela impõe também, a esse encontro, formas bem determinadas. Não é mais somente uma condição de vida social, mas um modo de vida social. Ela perde sua inocência. Deixar-se-á, portanto, de definir a língua, à moda de Saussure, como um código, isto é, como um instrumento de comunicação. Mas ela é considerada como um jogo, ou melhor, como o estabelecimento das regras de um jogo, e de um jogo que se confunde amplamente com a existência cotidiana (DUCROT, 1977, p. 12).

Quanto aos conceitos linguísticos básicos, Ducrot não diferencia língua de linguagem, mas distingue frase, enunciado e enunciação. A frase é uma construção teórica, organizada pela gramática, ao contrário do enunciado, que é a ocorrência empírica da frase, num dado momento histórico, que não se repete. A enunciação, por sua vez, é tratada como uma atitude, por parte de um locutor, para produzir um enunciado em um determinado contexto, como um acontecimento histórico.

[...] A realização de um enunciado é de fato um acontecimento histórico: é dado existência a alguma coisa que não existia antes de se falar e que não existirá mais depois. É esta aparição momentânea que chamo “enunciação”. (DUCROT, 1987, p.168).

A cronologia dos estudos ducrotianos é muito relevante, pois nos permite uma análise mais cuidada sobre a pressuposição, que é tratada de maneira diferente em cada uma das fases da obra de Ducrot. É nosso propósito explicitar cada um desses momentos, a fim de compreendermos melhor a sua teoria acerca desse fenômeno da linguagem.

Ducrot (1981) conceitua a pressuposição como condição de emprego dos enunciados, baseando-se nos estudos de alguns filósofos analíticos de Oxford (Frege, Russell, Strawson, Austin etc), para os quais existem certas condições que devem ser satisfeitas (pressupostos), para que um enunciado tenha valor lógico. Caso os pressupostos sejam falsos, o enunciado não seria considerado nem verdadeiro nem falso, podendo ser empregado como uma brincadeira, uma forma de humor. Ducrot retém desses filósofos a ideia de que a função primeira da linguagem é a argumentação, pois toma os estudos sobre os atos ilocucionais de Austin e acrescenta o valor jurídico, as condições impostas ao interlocutor para que a conversação prossiga. Desde esses primeiros trabalhos acerca da pressuposição, Ducrot já buscava uma lógica dentro da própria linguagem, influenciado por

Saussure, ao contrário dos filósofos de Oxford, que buscavam na língua uma função referencial e lógica.

Em 1977, Ducrot passa a considerar as pressuposições como parte integrante do sentido, não aceitando que todo implícito pertença à enunciação e reconhecendo as pressuposições como implícitos inscritos na língua. Passa, então, a separar os explícitos (referentes ao enunciado) dos implícitos que, por sua vez, podem estar tanto no enunciado (as pressuposições), quanto na enunciação (os subentendidos).

[...] nosso objetivo, ao contrário, é fazer aparecer a pressuposição como um ato de fala particular, e os pressupostos como os conteúdos semânticos visados por esse ato. Teríamos mostrado assim que a introdução do implícito entre o locutor e o destinatário representa um dos tipos de relações humanas cuja possibilidade está inscrita na língua (da mesma forma que a ordem, a promessa... etc). O que reteríamos então da filosofia analítica inglesa seria sobretudo uma concepção de conjunto, a idéia de que a língua constitui algo assim como um gênero teatral particular, que oferece ao sujeito falante um certo número de empregos institucionais estereotipados (ordenar, afirmar, prometer... etc.). Mas, em lugar de considerar os pressupostos como condições a preencher para que esses papéis possam ser representados, gostaríamos de fazer da pressuposição em si mesma um papel – talvez o mais permanente – na grande comédia da fala (DUCROT, 1977, p.59).

Para Ducrot (1977), a pressuposição é um ato ilocutório tanto como a promessa, a afirmação, a interrogação ou a ordem, pois ela modifica as relações intersubjetivas dos interlocutores, cria obrigações, instaura um quadro possível para a conversação, atribui papéis. Assim, a pressuposição transforma a situação jurídica dos interlocutores, vez que define um quadro possível para o diálogo, determinando os seus limites.

Nessa linha de interpretação, a negação de um pressuposto pode ser compreendida como uma afronta, vez que a conservação dos pressupostos torna-se condição para que o diálogo prossiga. Caso o pressuposto seja contestado, o diálogo oferecido pelo locutor é interrompido e o interlocutor pode criar e oferecer novos pressupostos, em um jogo discursivo entre interlocutores, que está previsto na língua.

[...] a língua comporta, de forma irreduzível, todo um catálogo de relações inter-humanas, toda uma panóplia de papéis que o locutor pode escolher para si mesmo e impor ao destinatário [...] para as quais a língua oferece não apenas a ocasião e o meio, mas também o quadro institucional, a regra. A língua, então, não é mais apenas o lugar onde os indivíduos se

encontram; ela impõe também, a esse encontro, formas bem determinadas. Não é mais somente uma condição de vida social, mas um modo de vida social. (DUCROT, 1977, p. 12)

Se tomarmos como exemplo “Pedro parou de fumar”, podemos afirmar que o que está posto é que Pedro não fuma mais, interrompeu, portanto, seu hábito. O que está pressuposto é algo que, apesar de não declarado, é colocado como um conhecimento já partilhado: Pedro fumava antes. Não importa se o pressuposto é ou não conhecido pelo interlocutor, o locutor o coloca na hipótese de que seu interlocutor já o soubesse, sem que esteja propenso a questionamentos. O exemplo também esclarece o motivo de o pressuposto não ser contestado: se o interlocutor dissesse que Pedro nunca havia fumado na vida, a conversação seria interrompida, sem condições de se desenrolar dentro do enquadre proposto pelo locutor.

Ainda em 1977, Ducrot faz uma série de modificações em sua teoria acerca da pressuposição, passando a admitir que o ato ilocutório possa nascer da enunciação. Ducrot renuncia à oposição outrora feita entre pressuposto e subentendido, admitindo que a pressuposição pode tanto ser marcada no enunciado quanto pode ser fruto de uma interpretação fundada nas condições de enunciação. A partir desse momento, a pressuposição passa a ser definida pela lei do encadeamento, em que o discurso só pode ser encadeado sobre o posto, o pressuposto não entra em discussão, pois precisa ser conservado.

Apesar de renunciar à divisão entre pressuposto e subentendido, Ducrot continua entendendo a pressuposição como um ato ilocutório, que impõe regras para o discurso posterior. Todavia, passa a admitir atos ilocutórios da enunciação, ou seja, os subentendidos. Ducrot é levado a procurar a pressuposição fora do enunciado, em interpretações relacionadas às condições de produção.

Dessa forma, Ducrot (1987) mostra exemplos em que a pressuposição depende do contexto de enunciação, como em “Fui à Alemanha com Pedro”. Os pressupostos podem ser tanto “Fui à Alemanha” quanto “Viajei com Pedro”, pois nenhum desses elementos se mantém necessariamente pela negação ou interrogação. A frase “Não fui à Alemanha” pode ser utilizada tanto em contextos em que o locutor anuncia que não foi à Alemanha (enquanto Pedro foi), quanto em contextos nos quais anuncia



que, quando foi à Alemanha, não viajou com Pedro. Os enunciados que seguirão ao exemplo dado serão variados de acordo com o tipo de enfoque conferido, em conformidade com o pressuposto escolhido no momento do diálogo, seguindo a lei do encadeamento.

Quanto ao subentendido, que anteriormente era o contrário da pressuposição, agora passa a ser o que designa os efeitos de sentido derivados da enunciação, e passa a agrupar os pressupostos que não estão inscritos na língua, assim como os pedidos e outros atos ilocucionários. Em síntese, a pressuposição passa a ser considerada também como um tipo de subentendido.

Em seu artigo publicado em 1978<sup>12</sup>, Ducrot revisa suas noções de pressupostos e subentendidos, quando afirma que abandona, desloca a oposição que fazia entre essas duas noções, fato que ele define como uma autocrítica. O autor aproveita para elucidar algumas convenções terminológicas, como a diferença entre significação, descrição semântica de uma frase, e sentido, descrição semântica de um enunciado que, por sua vez, seria uma ocorrência empírica da frase. A partir daí, Ducrot se propõe a discutir questões sobre sua teoria, como, por exemplo, se todos os pressupostos que aparecem no sentido do enunciado já estariam previstos na significação da frase.

Ao refletir sobre o assunto, Ducrot admitiu ser necessário um reexame das diferenças entre atos ilocutórios e atos perlocutórios. Ilocutório seria o ato que impõe ao outro aceitar uma regra do jogo linguístico, como a promessa, a interrogação, a ordem etc. Já o perlocutório está ligado à interpretação, um ato que não visa a um aspecto jurídico sobre o interlocutor, tal como o ato de consolar, por exemplo. Todavia, Ducrot defende ser possível realizar qualquer ato ilocutório de maneira indireta, pois o valor ilocucionário de um enunciado pode não estar marcado na frase. Admite, assim, pressuposições subentendidas, da mesma maneira que existem os pedidos subentendidos.

---

<sup>12</sup> Artigo resultado de uma Conferência feita em Lyon em 1977 (DUCROT, 1981, p. 31, nota 1)

Quanto às regras de interrogação e negação para se descobrir os pressupostos, Ducrot esclarece que só podem ser aplicadas às frases e não aos enunciados, e que nem todas as frases podem ser negadas ou interrogadas. Assim, propõe substituir essas regras pela lei do encadeamento, vez que o discurso só pode ser encadeado sobre o posto, o pressuposto não entra em discussão. Os pressupostos, por serem informações que precisam ser conservadas, dispensam argumentação.

Em 1980<sup>13</sup>, Ducrot introduz a pressuposição no quadro da polifonia, vez que insere na enunciação os subentendidos, os atos ilocucionários derivados e os pressupostos dependentes do contexto. Essa redefinição da pressuposição favorece as pesquisas sobre argumentação, principalmente no que tange aos procedimentos persuasivos tais como implicitar ou explicitar, praticar atos ilocucionais para atingir fins perlocucionais, e argumentar, em sentido estrito.

Numa perspectiva linguística, Ducrot traz o dialogismo de Bakhtin para a teoria polifônica, quando discute a unicidade do sujeito e mostra que a pressuposição aborda pelo menos dois pontos de vista em um enunciado, já que o autor não se expressa de maneira direta, mas faz aparecer diferentes personagens linguísticos em um mesmo enunciado. A polifonia é a base utilizada pelo autor para mostrar como um locutor pode fazer uso desses personagens, dessas diferentes vozes, para consolidar seu discurso.

Nessa fase de sua teoria, Ducrot diferencia locutor de enunciador, frisando que o primeiro é o ser responsável pelo enunciado, enquanto o segundo é o ser que se expressa através da enunciação. O locutor é o responsável por criar e manipular os enunciados, é uma imagem, uma representação discursiva, a quem são remetidas as marcas de subjetividade contidas no enunciado, enquanto os enunciadores são os pontos de vista expressos. O sujeito empírico seria, então, o autor, o produtor, o ser no mundo, que, para Ducrot, não é o foco dos estudos linguísticos.

[...] Direi que o enunciador está para o locutor assim como a personagem está para o autor [...] De uma maneira análoga, o locutor, responsável pelo enunciado, dá existência, através deste, a enunciadores de quem ele organiza os pontos de vista e as atitudes (DUCROT, 1987, p. 192 - 193).

---

<sup>13</sup> Segundo KOCH, 2002, p.68

Ducrot não trabalha com o sujeito histórico, mas apenas com o locutor, pois se atém ao nível linguístico em sua teoria, descartando a ideologia. O autor também dispensa a ideia do referente, do ser no mundo, já que sua teoria não é de base referencialista, mas estruturalista, preocupada com a argumentação como estratégia enunciativa.

Já que o locutor (ser do discurso) foi distinguido do sujeito falante (ser empírico), proporei ainda distinguir, no próprio interior da noção de locutor, “o locutor enquanto tal” (por abreviação “L”) e o locutor enquanto ser no mundo (“λ”). L é o responsável pela enunciação, considerado unicamente enquanto tendo esta propriedade. λ é uma pessoa “completa”, que possui, entre outras propriedades, a de ser a origem do enunciado – o que não impede que L e λ sejam seres de discurso, constituídos no sentido do enunciado, e cujo estatuto metodológico é, pois, totalmente diferente daquele do sujeito falante (este último deve-se a uma representação “externa” da fala, estranha àquela que é veiculada pelo enunciado) (DUCROT, 1987, p. 187-188).

As pesquisas mais recentes de Ducrot contam com parceiros como Jean-Claude Ascombre e Marion Carel e ocupam-se com a argumentação linguística no campo da semântica, através da chamada Teoria da Argumentação na língua. Ducrot permanece com sua base estruturalista, saussuriana, que privilegia as relações existentes na língua, como se observa nos estudos acerca do encadeamento argumentativo, em que o significado de um enunciado depende de suas possibilidades de associação com outros enunciados.

Essa noção de encadeamento argumentativo baseia-se na relação sequencial causa/consequência, argumento/conclusão, presentes em dois enunciados articuladas por um conector. A partir daí é desenvolvida a ideia de *topos* (lugar comum argumentativo), em que o sentido é construído na passagem do argumento para a conclusão, sendo que a argumentação é vista como a produção de um enunciado *A* para justificar um enunciado *B*, sendo que *A* é argumento para *B*. Nesse exemplo, *A* indica um fato da realidade que pode ser verdadeiro ou falso, independente da conclusão *B*. Ducrot procura, assim, manter a tese de que a argumentação está inscrita na língua.

Na década de noventa, Ducrot e Carel criam uma nova versão para a teoria da argumentação, incluindo estudos acerca dos Blocos Semânticos, em que os enunciados não têm significado em si, mas nas relações, no uso, no contexto. A

situação de um discurso pode justificar conclusões diferentes para um mesmo enunciado, como se observa nos exemplos: 1) Estou cansada. Não vou sair. 2) Estou cansada. Vou sair. Há interpretações possíveis: em 1, o cansaço pode ser de origem física, enquanto em 2 o cansaço pode ser de origem emocional, por exemplo.

Como nosso objetivo maior é focar a obra de Ducrot acerca da pressuposição sob a ótica da argumentação, pois é essa a abordagem mais encontrada nos livros de Semântica voltados para os cursos de graduação em Letras, focalizamos mais as primeiras fases da obra de Ducrot, cujo fenômeno da pressuposição ganha maior evidência, não nos detendo muito nas concepções de *topoi* e blocos semânticos. Entretanto, cuidamos de esclarecer esses momentos da teoria para a compreensão do fenômeno da pressuposição em um quadro mais geral, dentro da perspectiva ducrotiana.

Por fim, após essa breve caminhada pelos diferentes momentos da obra de Ducrot, de 1981<sup>14</sup> [1966] a 2008, cabe ressaltar, mais uma vez, a relevância de seus estudos e salientar os limites de cada uma de suas fases. Para tanto, utilizaremos o esboço feito por Flores & Teixeira (2005, p. 64), que resumem os distintos períodos da teoria ducrotiana da seguinte forma:

- a) A teoria clássica da argumentação cuja interlocução é com as teorias lógico-referencialistas: são representativos dessa fase os trabalhos relativos à pressuposição e aos atos de linguagem.
- b) A teoria da argumentação na língua, aí compreendidos os trabalhos sobre as palavras que organizam o enunciado e a teoria polifônica.
- c) A teoria dos *topoi* argumentativos, na qual se mantém a tese da argumentação na língua, mas a partir da introdução da noção de *topos* (princípio comum argumentativo).
- d) A nova versão da teoria da argumentação na língua na qual se incluem as concepções de *modificadores realizantes/desrealizantes* e a *teoria dos blocos semânticos*. (FLORES; TEIXEIRA, 2005, p.64)

Tornaremos a mencionar Ducrot e sua teoria no capítulo destinado ao estudo da pressuposição sob uma ótica discursiva, no qual Henry (1992) será o protagonista, tendo em vista sua obra “Ferramenta Imperfeita”, em que o autor faz críticas a Ducrot, que, por sua vez, ganha um espaço no final da obra para se pronunciar.

---

<sup>14</sup> Em 1966 Ducrot escreveu um artigo que foi publicado na obra *Provar e dizer: lógicas e leis argumentativas*, traduzida para o português em 1981.

Esse embate entre os estudiosos citados é relevante para o avanço dos estudos linguísticos, principalmente no que diz respeito ao fenômeno da pressuposição, que é tema para diferentes concepções teóricas.

### **3.2.1 Críticas de Henry aos estudos sobre pressuposição de Ducrot**

Henry (1992) discute a questão da pressuposição, ressaltando suas dificuldades teóricas e práticas que, para ele, giram em torno de duas questões-chave: a semântica e a enunciação. Henry argumenta que o fenômeno da pressuposição é revelador de lacunas existentes na configuração do objeto de conhecimento da Linguística, haja vista alguns conceitos atribuídos à ciência da linguagem dentro de determinados enfoques teóricos como o Estruturalismo e o Gerativismo, que admitem a separação entre língua e discurso. Não há uma tentativa de um novo constructo teórico; ao contrário, Henry confronta os trabalhos já existentes sobre o assunto e caminha para a desconstrução da própria noção de pressuposição.

O estudo em questão nos conduz a refletir sobre a necessidade de se caminhar pelos contornos da Linguística, observando que a linguagem articula a realidade psicossocial dentro de um cenário interacional, por meio de seus mecanismos de comunicação. Portanto, não há como separar essas realidades, pois “[...] do humano, tudo aquilo que não é de ordem do psicológico, é social e reciprocamente” (HENRY, 1992, p.114). Em síntese, a Linguística é tomada como parte integrante do campo da complementaridade, haja vista que a Sociologia e a Psicologia estão inseridas em seu contexto, como assevera o autor.

Como a linguagem é inerente ao homem, ela ocupa um lugar de destaque no campo da complementaridade, visto que “[...] assegura a articulação do psicológico com o social, principalmente em torno da noção de comunicação [...]” (HENRY 1992, p.115). Todavia, justamente por ser da ordem do humano, a linguagem poderia reduzir-se a uma realidade psicológica e/ou social, fato que excluiria a Linguística do campo da ciência. Henry observa que a Linguística rompe com o campo da complementaridade justamente ao ser contestada ou ameaçada de ser encoberta

pela Psicologia ou Sociologia, o que abre espaço para uma possível “psicologia social da linguagem”, como sugere o autor.

Henry deixa transparecer em seus textos a influência recebida pelas ideias marxistas acerca da construção de sentido, enquanto derivado das relações de poder e das lutas de classe, como se observa na diferenciação que o autor faz entre 1) objeto de conhecimento e 2) objeto real de uma ciência: o primeiro é construído nas relações de produção de conhecimento, inserido na história e constituído no confronto das teorias e práticas que o caracterizam. É por essa razão que o autor contesta a prática dos linguistas, para evidenciar e esclarecer as questões pertinentes à materialidade da língua.

Essa notória influência marxista na obra de Henry também se evidencia na abordagem sobre a “objetividade” e a “verdade científica”. O autor questiona diversas concepções de sujeito, baseado na noção de história e no conceito de “luta de classes”, sendo que esse princípio opõe a posição do “sujeito da ciência” à posição de um “sujeito universal”, afirmando que aquele é “[...] um sujeito histórico, assujeitado à divisão de classes [...]” (HENRY, 1992, p.128)

A contribuição decisiva de Marx para a teoria do processo de produção do conhecimento científico deve-se à relação que ele estabelece entre a forma-sujeito do político e a forma-sujeito do conhecimento específico. No campo da complementaridade, essas duas formas-sujeito estão separadas na neutralidade da Ciência; Marx estabelece o princípio da subordinação da segunda à primeira e, ao mesmo tempo, o processo de produção do conhecimento científico cai no campo da luta de classes (HENRY, 1992, p. 127-128).

Henry (1994) discute os limites da concepção de história para as ciências humanas e sociais, considerada um espaço para a articulação e a complementaridade das disciplinas e suas metodologias. A história representaria uma espécie de contexto para as outras ciências e não teria um objeto próprio de estudo. Henry afirma que poderia ter sido necessária a adoção dessa posição por parte das ciências humanas e sociais, para que seus diversos terrenos e objetos de estudo fossem preservados e, assim, não pudesse ruir o caráter científico das disciplinas envolvidas. Segundo o autor, a ciência não se apropria de um objeto propriamente, mas de uma contradição, e a própria Linguística tem essa ilusão de que estuda um objeto específico, ideologicamente marcado, pois se ensina a partir da contradição.

[...] Nas ciências humanas e sociais há uma tendência manifesta a negar a existência de toda dimensão própria à história e a considerar que ela é apenas o resultado da combinação e da articulação de processos ou de mecanismos de natureza econômica, sociológica, psicossociológica ou psicológica que a análise científica traria de cada uma dessas disciplinas e de sua metodologia [...] (HENRY, 1994, p.30).

O autor propõe que a Linguística, ao romper, ao menos em parte, com o historicismo da gramática histórica e da filosofia, construa seu domínio no campo da complementaridade, ao considerar que a dimensão histórica, tal qual a luta de classes de Marx, na Linguística “[...] supõe uma transformação da relação entre a forma-sujeito da ciência e a forma-sujeito realizada no campo da complementaridade da realidade psicológica e da realidade social [...]” (HENRY, 1992, p. 136). O formalismo empírico e os postulados acerca das descrições formais da língua dificultam esse rompimento com o historicismo, vez que insistem na separação do objeto real – objeto de conhecimento.

Outro ponto ponderado por Henry é a questão do sentido, que está envolta em várias dificuldades teóricas, como a problemática da pressuposição, por exemplo, que “[...] demonstra de maneira sintomática a impossibilidade de se construir uma sintaxe eliminando toda referência ao sentido [...]” (HENRY, 1992, p.136). Essa discussão traz à tona a questão do sujeito que, na perspectiva discursiva, está imerso na história e na ideologia, sendo capaz de se apropriar do conhecimento e reagir sobre ele, por meio da linguagem. Esse, inclusive, é um dos pontos mais discutidos por Henry sobre a teoria de Ducrot, já que este não considera a ideologia nem o sujeito como categoria de análise da linguagem, apenas admite a figura de um locutor, na esfera Linguística, que cria e manipula os enunciados, totalmente dominado por uma superestrutura da língua. Ducrot propõe, então, que um único sujeito é capaz de pôr e pressupor ao mesmo tempo, desconsiderando a questão da carência de referente.

Efetivamente, a categoria de “sujeito da ciência” ou de “sujeito do conhecimento” é uma categoria genérica constitutiva das ideologias teóricas nas quais e pelas quais, na prática científica, é produzida a evidência da verdade e da objetividade científicas como tais, através da determinação do tipo de provas admitidas, das formas de exposição e de argumentação consideradas como rigorosas etc... Querer transformar por ela mesma a forma-sujeito da ciência, constitutiva das ideologias teóricas nas quais e sob as quais se realiza a prática científica dos linguistas, não

tem estritamente nenhum sentido: não se modificam por elas mesmas as condições de produção da evidência mesmo sendo científica (HENRY, 1992, p. 137).

Ainda salientando a questão do sujeito, Henry, com respaldo na Psicanálise, discute que a linguagem é algo que escapa à determinação das relações de produção, pois teria relativamente uma autonomia em relação à superestrutura, pois não retira o sujeito, como uma simples ilusão, tal qual Ducrot em sua teoria. O sujeito, dentro da perspectiva cartesiana, é questionado, já que o inconsciente é o objeto da Psicanálise enquanto ciência, e não o sujeito, como observa Henry.

Pela linguagem, a consciência individual participa de algo que não é individual, algo que não é um simples “contexto” mas é constitutivo da própria consciência: sem linguagem não há consciência. E como a linguagem tem uma história própria, há formas históricas da consciência. Há então uma “psicologia dos povos” que não é a simples soma ou combinação das psicologias dos indivíduos que compõem esses povos. (HENRY, 1994, p.33).

Uma das bases do raciocínio de Henry é, por conseguinte, uma crítica do autor a Ducrot, já que este defende o fato de se supor uma teoria linguística “[...] que desse conta, por seus próprios meios, do todo da linguagem pela língua.” (HENRY, 1992, p.196), o que propõe um sujeito inscrito na língua, sendo suporte, por exemplo, para a pressuposição. Ducrot mostra-se mais estruturalista que o próprio Saussure, na medida em que vê a língua como instituição social, e as significações literais como conhecimentos previamente compartilhados socialmente, e não considera a ação individual, ao contrário do próprio Saussure no conceito de *parole*.

[...] a existência da questão da pressuposição na linguística supõe o “sujeito universal” ao qual, por essa mesma questão, acha-se identificado o “sujeito falante” considerado enquanto sujeito da língua. Sem essa identificação, a questão da pressuposição simplesmente não se configura (HENRY, 1992, p.197).

Henry afirma que a questão da pressuposição surge com Frege, em 1892, para quem a linguagem ordinária teria um “defeito”, que atrapalha o conhecimento, a verdade em relação ao referente, dado que através da sintaxe é possível “[...] falar muito seriamente e muito logicamente de coisas que não existem no sentido forte, mas apenas, se é possível dizer assim, verbalmente ou no pensamento” (HENRY, 1992, p.13). Ainda sobre a obra de Frege, o autor conclui que “[...] basta ter uma boa linguagem para que não seja mais possível dizer algo ou escrever algo que não seja



bem pensado e, portanto, suscetível de ser reconhecido como verdadeiro ou falso” (HENRY, 1992, p.62). Há, então, a proposta de se distinguir do signo além do sentido e a referência, a representação, que seria a “[...] forma subjetiva individual da significação” (HENRY, 1992, p.65).

Dos trabalhos linguísticos sobre a pressuposição, Henry distingue duas importantes correntes, sendo a primeira de cunho estruturalista, representada por Ducrot, e a segunda de cunho transformacionalista, representada por Harris e Chomsky. As duas correntes se diferenciam pelo lugar atribuído à teoria da gramática.

[...] De acordo com a fórmula de Chomsky, é a própria linguagem que é criadora e não o sujeito que dela se utiliza. É portanto também a concepção da língua como ferramenta ou instrumento que se acha afastada. Entretanto [...], através da noção de pressuposição, é ainda a subjetividade que, sob diversas modalidades, acha-se reintroduzida nessa teoria da gramática (HENRY 1992, p.39).

Para Chomsky, haveria a possibilidade de separação entre os componentes sintático e semântico, este último com finalidade interpretativa. Atribui, então, uma maior importância para o nível sintático dentro da gramática proposta que engloba também outros diversos componentes, tais como o fonológico e o semântico. No entanto, ao propor uma diferença entre “sistema semântico” e “sistema de crenças e conhecimentos”, “[...] Chomsky reconhece implicitamente que sua concepção de gramática abre lugar para um externo à língua na linguagem” (HENRY, 1992, p.50). Henry, por sua vez, mostra-se contrário a essa concepção de “sujeito universal”, que é “[...] fonte de comportamento, de conduta, de escolha, de decisões, tendo opiniões, convicções, etc...” (HENRY, 1992, p.52). Em artigo publicado em 1984, Henry já discutia essa questão:

[...] Hoje, mesmo, pode-se mostrar que o biologismo de Chomsky, assim como suas referências à “psicologia científica” são pouco consequentes e são impróprias para fundar qualquer proposta de lingüística. No fim das contas, longe de sujeitar efetivamente a lingüística à psicologia ou à neurobiologia, como outros tentaram sujeitá-la à sociologia ou à antropologia, essas referências se inscrevem em uma tentativa para dar à autonomia da lingüística, enquanto ciência, uma legitimidade epistemológica (HENRY, 1994, p.38-39).

Segundo Henry, a introdução da pressuposição na teoria gramatical, por parte de Ducrot, serviu para confrontar a noção de Chomsky de se separar semântica e

sintaxe. O autor cita Lakoff, que propôs uma noção de “[...] gramaticalidade relativa como substituta da noção de gramaticalidade elaborada por Chomsky em *Aspects* (HENRY, 1992, p.52-53). No exemplo mencionado por Henry (1992), “O cachorro acha que o gato é mau”, há o pressuposto de que os cachorros possam pensar, o que do ponto de vista da teoria da gramática seria uma declaração agramatical. Todavia, dentro da noção de gramaticalidade proposta por Lakoff, a declaração seria gramatical, pois essa noção está “[...] assujeitada à subjetividade individual, dependendo de crenças, opiniões, convicções, conhecimentos, etc... que cada um partilha ou não.” (HENRY, 1992, p.53).

A outra corrente sobre pressuposição abordada por Henry é a de cunho estruturalista, basicamente representada por Ducrot, para quem a pressuposição, a princípio, seria “[...] as representações necessárias ao ouvinte para que o enunciado integre-se a uma comunicação normal” (HENRY, 1992, p.61). Posteriormente, o trabalho de Ducrot parece caminhar para uma nova definição que, segundo Henry, abandona a ideia de pressuposição como condição de emprego dos enunciados para transformá-los em elementos do seu conteúdo, afirmando que a negação, a interrogação e o encadeamento são formas reveladoras dos pressupostos inscritos na língua.

Henry observa que as posições de Ducrot e Frege acerca da pressuposição são radicalmente diferentes do ponto de vista teórico. O autor afirma que Ducrot faz uso da noção de “condição de verdade” proposta por Frege, porém, de maneira equivocada. Enquanto Frege defende o uso lógico da linguagem, com base na verdade da referência para a busca do conhecimento, Ducrot acredita na lógica da linguagem, em que a verdade dos pressupostos é condição para a significação de uma sentença. Ducrot, portanto, baseia-se mais no sentido técnico da noção de pressuposição em Frege, fato que o levou a duvidar da relação entre pressuposição e referência.

[...] Frege não procura, como o pretende abusivamente Ducrot, a lógica na linguagem, ele quer apenas definir *um* uso lógico da linguagem (lógico significando aqui adequado para o conhecimento e para a ciência). Ducrot, ao contrário, procura na linguagem *uma* lógica que seria ao mesmo tempo uma semântica: o empreendimento pressupõe que uma tal lógica exista, o que não nos parece evidente. (HENRY, 1992, p.69-70, grifos do autor)

Posteriormente, em 1977, o próprio Ducrot reformula sua teoria, admitindo que as relações sintáticas, como as regras da negação, interrogação e encadeamento de enunciados, não são suficientes para evidenciar os pressupostos. A partir daí, assume a ideia da existência de uma lógica na língua, sendo que o elo entre a lógica e a linguagem seria de natureza discursiva. Dessa maneira, Ducrot passa a crer que a pressuposição faz aparecer, no interior da língua, uma gama de dispositivos capazes de regular o diálogo dos indivíduos. A pressuposição seria, então, um valor jurídico dado ao locutor em relação ao alocutário, e a língua comportaria no léxico e na sintaxe, todo um código de relações inter-humanas.

Henry considera que a questão fregiana é ainda atual, sendo apenas reformulada, não se tratando mais “[...] das relações entre o conhecimento e a ilusão na linguagem, mas daquelas entre a semântica e a sintaxe na gramática, entre a língua e o discurso na linguagem” (HENRY,1992, p.14). Henry ainda esclarece que toda essa ambiguidade a respeito da linguagem já era preocupação de Saussure, tais como “[...] as oposições da língua e da fala, do coletivo e do individual, do social e do psicológico, do essencial e do acessório, do homogêneo e do heterogêneo, do todo unificado e do diverso etc...” (HENRY,1992, p.15).

Ducrot defende que a pressuposição é de natureza linguística e não discursiva, ao contrário de Henry, que propõe outras duas questões em relação à pressuposição, sendo a primeira a relação entre objeto real e objeto de conhecimento, e a segunda as modalidades de intervenção da linguagem no processo de produção-reprodução de conhecimentos (reformulação da questão de Frege). A falta de uma “teoria do sujeito” ou “teoria do sentido” é a principal razão para Henry confrontar os trabalhos já existentes sobre o fenômeno da pressuposição.

[...] Em Ducrot, a noção de pressuposição permite desenvolver uma crítica da redução da língua a um código, um instrumento da comunicação ou do pensamento. Todavia, essa crítica está estreitamente ligada à questão da pressuposição cujos limites ela assume. Ela não impede uma volta a um certo funcionalismo na medida em que a base da pressuposição seria a existência na língua de qualquer coisa que tornaria possível uma modalidade de inserção dos conteúdos sob a forma de implícito literal cuja necessidade é justificada pelas considerações de natureza psicossociológica (HENRY, 1992, p.103).

A hipótese de Ducrot, “[...] segundo a qual a discursividade só interviria na passagem, nas situações de emprego, da significação para o sentido e de forma alguma no processo de produção e de reprodução das próprias significações” (HENRY, 1992, p.82), é refutada por Henry por ser um raciocínio submetido à lei da ideologia, no sentido de Althusser, que determina que considerar a sociedade ou o homem como sujeito representa apenas duas faces de uma única e mesma operação, “[...] que a ideologia jurídica é a instância dominante da ideologia no mundo de produção capitalista.” (HENRY, 1992, p.93).

Outro dardo lançado sobre Ducrot é acerca dos níveis de significação de um enunciado, divididos em nível literal, dicionarizado, e nível não-literal, situacional. O posto e o pressuposto fariam parte do sentido literal, de natureza linguística, em oposição ao subentendido e à conclusão, que pertenceriam ao sentido não-literal, haja vista sua natureza discursiva. Henry, por sua vez, questiona essa definição asseverando que a noção de significação literal proposta por Ducrot encerra em si uma formalização da intuição linguística, pois permite que a língua tenha uma significação fora do contexto. Assim, seria possível admitir a estabilidade da língua, ligada diretamente à intuição do falante, fundada sobre uma semântica que existe em detrimento da situação enunciativa.

A discussão continua na medida em que caminha para a noção de componente linguístico (que atribui uma significação ao enunciado independentemente do contexto) e a noção de componente retórico (que atribui um significado específico de acordo com o contexto do enunciado). A discursividade passa a intervir somente nas condições de emprego dos enunciados, e nunca das relações de produção e reprodução das significações. Ducrot, inclusive, admite a língua como um jogo que regula as falas dos indivíduos, por meio de regras impostas, que se confundem com a própria existência humana. Essa concepção de língua distancia-se daquela proposta por Saussure, vista como um código.

Henry conclui que Ducrot fundamentou-se na noção de Atos de linguagem, iniciado por Austin e sistematizada por Searle, em que uma sentença teria o valor de realizar a ação nela proferida. A sociedade teria, então, o poder de atribuir aos atos

ilocucionários o valor ilocucionário. Henry discorda dessa concepção, ao defender que a definição de ato jurídico só tem a função de apagar a subjetividade ligada à ação, pois não se julgam as intenções. Segundo o autor, Ducrot vai mais a fundo no conceito de língua como instituição do que o próprio Saussure, vez que confere ao Estado ou à sociedade o poder de atribuir uma significação literal às palavras. Segundo Henry, o Estado não é a sociedade e a língua não é superestrutura, e é essa autonomia relativa que ela possui que garante a possibilidade de uma ilusão de subjetividade e de uma intervenção dos aparelhos ideológicos do Estado sobre ela. É essa autonomia que produz o efeito sujeito.

Para Ducrot o pressuposto é tributário da significação e não do discurso, sendo esta atribuída juridicamente pelo Estado. Isto é negado veementemente por Henry, além disso, ele afirma que os atos ilocucionários estão em estreita dependência da intencionalidade e, portanto, se ligam à subjetividade. Sendo o pressuposto um ato ilocucionário ele está mais relacionado ao discurso que à significação literal. Toda a discussão de Henry acerca da pressuposição é um confronto direto com a teoria ducrotiana, que parece ruir diante das suas críticas acerca das teorias sobre a pressuposição, apresentadas por Ducrot em 1977.

### **3.2.2 Considerações de Ducrot acerca das críticas feitas por Henry**

Ducrot recebe de Henry (1992) um espaço no final de sua obra para se pronunciar a respeito das críticas feitas à sua teoria. Nele, Ducrot procura reafirmar seus pontos de vista em relação à teoria da pressuposição, à medida que considera o nível do significado, mas não isoladamente, pois, dessa maneira, a linguagem se tornaria incompreensível. Afirma que esse seria um nível ideal da linguagem, e não um nível real, ou seja, não se trata do “sentido literal”. Admite, então, que o significado é objeto de conhecimento e não objeto real.

Ducrot também admite ter se equivocado ao tratar a pressuposição no nível do enunciado e o subentendido no nível da enunciação, porém, a pressuposição

permanece como uma condição pressuposta pelo locutor. Também esclarece que as regras para se descortinar o pressuposto, tais como a intercalação, a interrogação e a negação, não podem ser aplicadas em todas as frases, pois algumas já estão intercaladas ou já possuem uma negação em seu interior.

Afirma, ainda, que a frase pode ser tratada como um enunciado, pois é um ato jurídico, utilizada por um locutor que conhece a língua e a utiliza em diversas situações prototípicas, tais como a ironia, a ordem, o lamento etc., aos quais ele chama de leis do discurso.

[...] É claro que não posso mais manter a oposição pressuposto/subentendido tal qual como foi apresentada em *Dire et ne pas dire* e em diversos artigos anteriores (e as críticas de Paul Henry ajudaram-me muito a tomar consciência dessa questão). Pois essa oposição levava-me a definir a pressuposição por seu vínculo com o enunciado, enquanto acabo de caracterizá-la unicamente no nível da enunciação – mantendo ao mesmo tempo que ela pode estar, como a maior parte dos atos de fala (afirmação, ordem, interrogação, justificação, lamento...) marcada no enunciado, e que, por este fato, constitui não apenas um uso, mas uma função da língua (DUCROT apud HENRY, 1992, p.230).

A partir dessas condições, Ducrot percebe a pressuposição não como ato, mas como valor ilocucionário, que faz parte de um conhecimento jurídico e que surge no enunciado sem estar marcado na enunciação. É nesse sentido que defende o autor como sujeito da enunciação, como aquele que não está consciente do sentido que a frase terá, ao ser proferida, mas está consciente do seu significado e das suas possibilidades de uso. O significado, então, não escaparia ao locutor, dentro dessas situações juridicamente marcadas.

Após essas considerações, Ducrot tece comentários sobre a questão da lógica na língua, ressaltando que são relações de encadeamento lógico que geram as pressuposições. Ele assegura que o termo “lógica do discurso”, condenado por Henry, é apenas uma terminologia, que faz referência à articulação interna do discurso, responsável pela jurisdição da linguagem.

Após várias reformulações, Ducrot confere à pressuposição um novo conceito: um ato de linguagem, conceito esse muito diferente daquela defendida no desenrolar de seu percurso teórico:

[...] parece-me impossível (agora) opor os conceitos de subentendido e de pressuposição, pois eles respondem a questões diferentes. Ao falar de pressuposição, caracterizamos um ato de linguagem (realizado na enunciação e, eventualmente, marcado no enunciado). Ao falarmos de subentendido, caracterizamos um processo interpretativo, isto é, o processo ao termo do qual uma enunciação pôde receber uma certa interpretação (DUCROT apud HENRY, 1992, p. 231)

Depois desse confronto de ideias entre os dois estudiosos citados, consideramos que a pressuposição ainda é passível de muitas pesquisas, principalmente no campo da semântica, haja vista os diversos conceitos de língua, linguagem, sujeito e discurso, que conferem um olhar mais específico para tal fenômeno. Embora sejam muitos e variados os estudos já propostos, fica evidente que o campo de pesquisa ainda é propício a novas descobertas acerca da pressuposição que, certamente, tem uma grande importância na formação de leitores mais críticos, capazes de ultrapassar os níveis mais rasos e interpretativos para adentrar nos discursos sem a limitação daquilo que é apenas aparente na linguagem.

Segundo Ducrot (1977) a pressuposição é um ato de linguagem particular, e os pressupostos são os seus conteúdos semânticos. O autor a considera como um ato ilocucional, pois o ato de pressupor determina as possibilidades de fala do interlocutor. Nesse contexto comunicativo, a pressuposição pode ser utilizada como um instrumento interessante, capaz de influenciar ou persuadir os participantes do discurso. Portanto, a pressuposição é um ato ilocucional que pode servir para fins perlocucionais.

Estudioso de base estruturalista, Ducrot (1977) trabalha a pressuposição no nível linguístico e admite que é o locutor quem cria, quem manipula os enunciados quando assume papéis na “comédia da fala”. Ele busca na filosofia analítica de Oxford a idéia que a função primordial da linguagem é a argumentação, através dos atos de fala. Entretanto, defende que a argumentação está inserida na língua, pois as palavras apontam para a enunciação. Ou seja, sua preocupação concentra-se no que está inscrito na língua, não nas ideologias que a circundam, já que prioriza o contexto linguístico (e não o pragmático). Na pragmática, o que é estratégico são as condições, o extra-linguístico, ao contrário de sua concepção, em que a linguagem é que cria o contexto, sendo o enunciado sempre estratégico.

Esta fase da teoria ducrotiana foi alvo de críticas por parte de Henry (1992), conforme anteriormente exposto, que considerou “frouxa” a noção de pressuposição centrada naquilo que o locutor enuncia e não naquilo que o ouvinte admite. Henry (1992) considera que a pressuposição depende mais das condições de emprego dos enunciados (do nível discursivo) do que daquilo que está inscrito linguisticamente.

### **3.3 Contribuições de Austin (1990) para o estudo da pressuposição**

A importância da linguagem é inquestionável, já que foi necessária a criação de uma ciência que se prestasse a investigá-la. É possível pensar na linguagem como um lugar onde se manifestam as diferentes línguas naturais que se modificam constantemente, já que não são estanques, mas vivas. Ao prosseguir com os estudos sobre a linguagem, pesquisadores começaram a observar melhor as condições que governam a sua utilização, tecendo contrapontos entre estrutura e uso. E assim deu-se início à Pragmática, que, segundo Fiorin (2007), procura descobrir os vários princípios que governam os diferentes sentidos dados pelo uso da linguagem.

Atualmente, os linguistas também se preocupam com a função social da linguagem, levando em consideração que a língua é uma atividade social e histórica, realizada por sujeitos racionais, que são capazes de avaliar, julgar, criticar, emitir juízos de valor etc. Segundo Koch (2002), a interação verbal por meio da língua é caracterizada pela argumentatividade, já que toda ação verbal é dotada de intencionalidade e a todo discurso subjaz uma ideologia.

Apresentaremos neste item a teoria proposta por Austin (1990), filósofo de Oxford, que concentra seu trabalho no campo pragmático e considera a pressuposição como condição de emprego, ou seja, um ato que se realiza e se produz como parte integrante do sentido. Ainda no campo da pragmática, perpassaremos pelas implicaturas convencionais e conversacionais propostas por Grice (1975), já que, para Austin, há uma relação estreita entre a pressuposição e as implicaturas conversacionais.



Austin (1990) considera a pressuposição como uma condição de emprego do próprio enunciado, vez que transfere a análise de uma sentença e de seus constituintes para as condições de uso dessa sentença.

Os filósofos analíticos de Oxford, principalmente Austin, dedicaram-se ao estudo daquilo que se faz quando se fala, ou seja, dos atos de linguagem. Eles postularam sobre os atos locucionários, ilocucionários e perlocucionários. Ao realizarmos um ato locucionário equivale dizer que proferimos determinada sentença com determinado sentido e referência, ou seja, perpassamos o campo da significação. Já os atos ilocucionários, são utilizados para informar, ordenar, prevenir, avisar, comprometer-se etc., pois são proferimentos que têm um certo peso convencional e encerram a “força” com que os enunciados são produzidos. Os atos perlocucionários, por sua vez, são aqueles produzidos porque dizemos algo, tais como convencer, persuadir, impedir, surpreender ou confundir. Esses atos dizem respeito aos efeitos visados pelo uso da linguagem.

Um dos famosos exemplos de Austin (1990) é a oração “Todos os filhos de João são calvos”, que pressupõe que João tenha filhos. Se João não tem filhos, qualquer afirmação a propósito deles é nula por falta de referente - é o caso da pressuposição. O que pressupõe a existência do referente é o fato de se falar dele, de o nomear. A enunciação baseia-se sempre em determinados pressupostos, que nunca são afetados pela interrogação ou negação do enunciado.

Esse filósofo defende a ideia de que não apenas os enunciados assertivos possuem pressupostos, generalizando esse fenômeno para os demais atos de linguagem, tais como a interrogação, a ameaça, a ordem etc. Segundo o autor, a asserção é “(...) um ato de linguagem entre vários outros” (Koch, 2002, p. 50). Esses atos, por sua vez, precisam preencher certas condições de felicidade (exigências subjetivas e objetivas) para serem realizados, caso contrário, serão impedidos de atingirem seus objetivos.

As exigências subjetivas estão relacionadas às condições de sinceridade, e são constituídas por um conjunto de sentimentos, desejos e intenções, necessários para que o ato seja considerado sério. Já as exigências objetivas são aquelas

indispensáveis para a realização do ato, que só ocorrem em situações particulares, tais como as declarações “Eu vos declaro marido e mulher”, “Declaro aberta a sessão” e “Eu te batizo em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo”.

Austin busca compreender a íntima relação entre estes aspectos da pressuposição e as formas de infelicidade dos performativos. Se as condições de felicidade não forem satisfeitas, o proferimento será vazio. Para que exista valor de verdade nos enunciados, é necessário que o interlocutor reconheça no locutor competência e honestidade, para que ocorra o enquadramento do discurso. Devemos levar em consideração a situação em que se faz o proferimento, isto é, o ato de fala em sua totalidade, para que possamos perceber o paralelismo que há entre a declaração e o proferimento performativo, que emerge progressivamente da lógica. Exemplo: “*Eu vos declaro marido e mulher*”, é uma declaração que se encerra num determinado contexto, para que seja possível assimilar o proferimento supostamente constativo ao performativo.

Por fim, concluímos que para Austin (1990) dizer é fazer, ou seja, realizamos algo quando proferimos determinadas sentenças em determinados contextos particulares. A linguagem pode se tornar uma ação, desde que sejam atendidas algumas condições para a sua realização. Essas condições são consideradas pressuposições, já que, sem a ocorrência delas o ato de dizer será infeliz ou nulo.

### **3.3.1 Contribuições de Grice (1975): implicaturas convencionais e conversacionais**

O estudo da Pragmática ressalta a importância da relação entre o dito, aquilo que efetivamente falamos, e o comunicado por implicação, aquilo que realmente desejamos comunicar. A competência e a cooperação do falante e do interlocutor são condições imprescindíveis para governar uma conversação bem sucedida. Grice (1975) teorizou sobre o dito e o implicado, mostrando que implicatura é um tipo de significado adicional inferido pelo interlocutor, ligado ao significado das expressões, mas não ao valor de verdade das mesmas.

Grice (1975) distingue dois tipos de implicaturas: as conversacionais e as convencionais. As primeiras não dependem do significado convencional das palavras emitidas, mas do esforço para colaborar com o interlocutor. A esse esforço do interlocutor para interpretar o locutor, Grice chama de Princípio da Cooperação. Tal princípio serve de guia para os locutores e interlocutores, a fim de tornar a conversação bem sucedida. Para Grice, a conversação obedece a certas regras lógicas que fazem cumprir tal princípio de cooperação, chamadas de Máximas, que são quatro:

- 1) Máxima da quantidade – que sua contribuição seja tão informativa quanto o requerido para o propósito da conversação; que sua contribuição não seja mais informativa do que o requerido.
- 2) Máxima da qualidade – não diga o que você acredita ser falso; não diga senão aquilo para que você possa fornecer evidência adequada.
- 3) Máxima da Relação – Seja relevante.
- 4) Máxima do Modo – seja claro.

É interessante ressaltar que o mais importante nessas máximas de Grice (1975) é que na medida em que elas são feridas intencionalmente, no diálogo, elas geram implicaturas conversacionais. Assim, a quebra de uma ou várias máximas é que gera implicaturas e possibilita maior observação de contextos compartilhados. A obediência às máximas, a violação de uma em detrimento à outra, a violação aparente ou a violação deliberada também geram implicaturas conversacionais que colaboram, em muito, com a conversação.

O outro tipo de implicatura proposta por Grice (1975) é a convencional, que pode ser equiparada à pressuposição linguística tratada por Ducrot (1977). As implicaturas convencionais se diferem das conversacionais porque não requerem nenhum contexto específico, pois são aderidas às próprias construções linguísticas. Entretanto, como são implicaturas e não implicações lógicas, não exercem nenhuma influência sobre o valor de verdade da oração em que aparecem.

Tomemos como exemplo a seguinte oração: “Verônica conseguiu passar no vestibular”. Este enunciado significa que Verônica passou no vestibular e que isso foi uma tarefa difícil, por alguma razão. A ideia da dificuldade está implícita na

construção linguística (conseguiu + infinitivo – passar –) é uma implicatura convencional. Se trocarmos o primeiro exemplo pela oração “Verônica passou no vestibular”, poderemos observar que o valor de verdade seria o mesmo, apesar de existir, na primeira opção, um significado adicional (implicatura) por conta do verbo conseguir.

A grande diferença entre as pressuposições e as implicaturas convencionais é que as primeiras servem para avaliar o valor de verdade de uma oração, pois, como já mencionado anteriormente, a pressuposição subsiste à negação e à interrogação. Para Grice (1975), as implicaturas convencionais, ao contrário das pressuposições, não são separáveis, porque ao dizer algo com o mesmo valor de verdade, usando uma expressão diferente, a implicatura desaparece, como nos dois exemplos a seguir:

1º) São pobres, mas honrados. (uma condição se opõe à outra)

2º) São pobres e honrados. (não há oposição – a implicatura desaparece)

Através da análise de charges podemos observar que é necessário o conhecimento prévio dos pressupostos, para uma interpretação segura, além da compreensão dos fatores pragmáticos que possibilitam os conhecimentos partilhados, as implicaturas, o contexto, entre outros.



Segundo Austin (1990), a enunciação baseia-se sempre em determinados pressupostos. Como propõe o autor, para que o ato de fala seja considerado sério, é necessário que sejam preenchidas certas condições de felicidade em situações particulares.

Partindo de uma análise dos enunciados acima, temos dois pressupostos bastante nítidos: **“criticam o bolsa família”** e **“Alguém apoia o Sarney.”**

A charge está ligada a um assunto do momento, um fato recente acontecido na sociedade, ou seja, há uma ancoragem pragmática, o que é bem típico do gênero charge. A fala do então Presidente Lula, no primeiro quadrinho, obedece à Máxima da Quantidade, porém, quebra as demais Máximas: da Qualidade (enunciado não verdadeiro, sem evidências), da Relevância (deveria falar sobre o que é o Bolsa Família, os prós e contras etc.), do Modo (O Presidente não foi polido).

A quebra das Máximas cria a seguinte implicatura: o Presidente critica quem critica as suas ações governamentais. Quebra a face positiva de quem faz críticas. No segundo quadrinho, também há uma crítica, mas de modo indireto, através de uma pergunta. Há, portanto, a quebra da Máxima do Modo.

As implicaturas convencionais de Grice (1975), que levam em conta os itens linguísticos, estão estritamente ligada à teoria sobre pressuposição segundo Ducrot (1977), que também afirma que os pressupostos estão inscritos na língua. Já com relação às implicaturas conversacionais, cada vez que uma máxima é quebrada, cria-se implicatura(s).

Sobre as implicaturas propostas por Grice (1975), sejam elas as conversacionais ou convencionais, podemos afirmar que são imprescindíveis para a compreensão daquilo que é efetivamente dito linguisticamente, como também para a compreensão daquilo que é dito através do contexto, das intenções do falante, da comunicação para além das palavras. Já sobre a pressuposição, esta teoria nos permite observá-la de maneira um pouco mais ampliada, entendendo que a ocorrência de tal fenômeno está para além das palavras, da ancoragem linguística, abarcando também questões pragmáticas.

### **3.3.2 A relação entre pressuposição segundo Ducrot (1977), atos de fala segundo Austin (1990) e implicaturas segundo Grice (1975)**

Ducrot (1977) defende que o conteúdo pressuposto faz parte do sentido do enunciado, ou seja, a pressuposição está inscrita na língua. A pressuposição é um ato de linguagem particular, e os pressupostos são os conteúdos semânticos por este visados. Ele a considera como um ato ilocucional, que determina as possibilidades de fala do interlocutor. Por essa razão, a pressuposição pode ser utilizada como um importante instrumento na comunicação, capaz de influenciar ou persuadir os participantes do discurso.

[...] pressupor não é dizer o que o ouvinte sabe ou o que se pensa que ele sabe ou deveria saber, mas situar o diálogo na hipótese de que ele já soubesse; é desempenhar o papel de alguém de quem o ouvinte sabe que... Nossa esperança é portanto que a especificidade do pressuposto em relação ao posto, difícil de ser descrita tanto em termos de condição de emprego como de modalidade afirmadas, se deixe melhor caracterizar em termos de atitude linguística, de jogo de fala. (DUCROT, 1977, p. 77-78).

Já Austin (1990) considera a pressuposição como uma condição de emprego do próprio enunciado, vez que transfere a análise de uma sentença e de seus constituintes para as condições de uso dessa sentença. Propõe que a pressuposição seja uma condição de emprego para a realização de um ato de fala. Segundo Koch, o autor considera que “[...] não só os enunciados assertivos possuem pressupostos, generalizando o fenômeno para outros atos da linguagem, como a interrogação, a ameaça, a ordem, a promessa: dá assim, à asserção o estatuto de um ato de linguagem entre vários outros.” (KOCH, 2002, p.50).

Grice (1975), por sua vez, propõe estudos pragmáticos sobre as implicaturas convencionais, que são comparáveis aos estudos ducrotianos sobre pressuposição linguística, pois os dois fenômenos representam certos significados adicionais que fazem parte do conteúdo expresso na materialidade linguística. Salvas as condições de verdade, que não são violadas pelas pressuposições, as duas teorias parecem se encontrar e complementar.

Apesar das diferenças entre as teorias estudadas, os três autores em questão consideram a importância do fenômeno linguístico pressuposição. Tanto Ducrot quanto Austin, admitem que a pressuposição é um ato ilocucional, ou seja, um ato que de certa forma obriga o interlocutor a interagir na situação de comunicação.

Com isso, concluímos que essa é uma ferramenta estratégica para a argumentação e a utilização da linguagem.

A afirmação de que nenhuma ação verbal está livre de intencionalidades e ideologias deve nos instigar a tecer um olhar diferenciado sobre os diversos discursos que nos cercam a todo instante, sejam eles acadêmicos ou informais, filosóficos ou religiosos, políticos ou jurídicos. Pensar sobre o que há por detrás das palavras é um exercício para a construção de um saber crítico e para a ampliação do nosso conhecimento de mundo.

No jogo interlocutivo/argumentativo a língua estabelece uma infinidade de relações inter-humanas, muitas vezes usadas para demarcar os lugares sociais de cada indivíduo. O discurso precisa enquadrar os interlocutores para convencer, persuadir, emocionar determinar, ordenar etc., pois, como afirma Ducrot, “[...] a língua não é apenas o lugar onde os indivíduos se encontram, mas impõe a esse encontro formas bem determinadas” (Ducrot, 1977).

As duas grandes correntes sobre a pressuposição mencionadas neste capítulo procuram defini-la ou como fator linguístico, defendida por Ducrot, autor de base estruturalista; ou como fator pragmático, defendida por autores pragmaticistas, como Austin e Grice. Ao observar as duas correntes chegamos à conclusão de que as duas teorias se imbricam, pois são indispensáveis na formação do sentido da enunciação. Ducrot (1977) admite precisar dos fatores pragmáticos para analisar esse fenômeno linguístico, assim como Austin (1990) deixa transparecer que a estrutura dos enunciados é fundamental para a realização dos atos de fala. Já Grice (1975) traz as implicaturas convencionais, que parece dão maior consistência à teoria da pressuposição.

### **3.4 Comparativo entre as concepções de Frege, Ducrot e Austin sobre a pressuposição**

Conforme Ilari & Geraldi (1990, p. 63), a diferença entre as três concepções de pressuposição podem ser assim configuradas: para Frege (1978) o fenômeno da



pressuposição baseia-se numa relação de sentido entre orações. Ao considerar que certos enunciados podem se desdobrar em dois enunciados distintos, observa que os desdobramentos possuem uma relação implícita com os enunciados de base, podendo gerar acarretamento e/ou pressuposição. Assim, a pressuposição é trabalhada como *um tipo de relação entre orações*, admitindo que a pressuposição possa ocorrer com ou sem acarretamento. Para Frege, portanto, o conteúdo pressuposto não é tratado nem como estratégia argumentativa e nem como informação compartilhada entre os interlocutores, e sim como condição de verdade dos enunciados na medida em que a pressuposição é identificada nas orações em que tanto a verdade quanto a falsidade da primeira tornam inescapável a verdade da segunda (informação pressuposta). Já no acarretamento, a verdade da primeira oração torna inescapável a verdade da segunda. Trata-se, portanto, de uma abordagem da semântica lógica, preocupada com a relação da linguagem com a realidade.

Sob uma perspectiva da semântica argumentativa, Ducrot (1977) entende a pressuposição como um *mecanismo de atuação no discurso*. O locutor impõe ao seu interlocutor uma informação prévia estabelecendo limites à conversação e direcionando-a. Isso acontece porque a pressuposição não é passível de negação, por isso ela é utilizada para estabelecer verdades não contestáveis sob pena de se bloquear o diálogo. Uma refutação da pressuposição transforma a conversação em uma polêmica.

Sob a perspectiva da pragmática, alicerçados nos pressupostos de Austin (1990), a pressuposição é entendida como *condição de emprego do enunciado*. Desse modo, as informações trocadas entre os interlocutores são de algum modo previamente por eles assumida. Ao proferir determinado enunciado, o locutor confia na verdade desse proferimento e acredita no compartilhamento dessa informação pelo seu interlocutor.

## 4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E ANÁLISE DO *CORPUS*

[...] os limites da minha linguagem são os  
limites do meu mundo.  
Ludwig Wittgenstein

Nosso trabalho iniciou-se com a realização de uma pesquisa bibliográfica, de natureza qualitativa, com a finalidade de se conhecer o fenômeno da pressuposição e suas diferentes perspectivas teóricas, bem como as pesquisas realizadas na área. Após a análise de alguns dicionários específicos da área de Linguística, obtivemos conceitos de pressuposição que apontaram para algumas correntes teóricas, tais como a fregiana, a ducrotiana e a pragmática.

Duas leituras contribuíram para a delimitação de nosso percurso teórico: Mari (último acesso em 09/11/2011) e Koch (2002). Em seu artigo, Mari apresenta rapidamente os conceitos de pressuposição em diversos autores (ou pelo menos o que ele pode inferir de cada uma das abordagens), traçando um histórico para a pressuposição. Koch (2002) também dedica um capítulo de sua obra para o estudo da pressuposição, estabelecendo um percurso histórico diferente do proposto por Mari, fato que nos levou a pensar quão diferentes são as abordagens sobre a pressuposição, pois os teóricos possuem visões diferentes para o mesmo fenômeno linguístico, conforme pode ser demonstrado nas teorias anteriormente apresentadas. Enquanto para a Pragmática a pressuposição é inerente a todo enunciado, para Frege ela depende das condições de verdade dos enunciados e para Ducrot ela depende, sobretudo, de fatores linguísticos.

Após o reconhecimento das discussões teóricas acerca da pressuposição, serão justamente essas diferenças de abordagens que analisaremos no *corpus* selecionado, que se constituirá de livros de semântica utilizados nos cursos de graduação em Letras e Linguística no país. Segundo nosso entendimento, essas diferenças de abordagens geram divergências na própria concepção de pressuposição. Portanto, ao analisar o *corpus* tentaremos responder às seguintes questões:

- Se o conceito de pressuposição é instável, como o fenômeno é ensinado aos estudantes de nível superior?

- Quais as abordagens teóricas sobre a pressuposição que têm sido privilegiadamente contempladas nas discussões acadêmicas e por que razão?
- As abordagens mais discutidas sobre a pressuposição são suficientes para fundamentar o estudante de Licenciatura Plena em Língua Portuguesa, de maneira que se construa nele um embasamento teórico suficiente para tratar sobre essa questão linguística na sua atuação no ensino e na pesquisa em linguagem?
- Afinal, o que há de convergente, dentro das teorias propostas, que sustentaria uma abordagem da pressuposição como fenômeno linguístico?

Selecionamos três obras de cunho didático, portanto, próprias para o ensino nos cursos de graduação em Letras e Linguística, a saber: *Semântica*, de Ilari e Geraldi (1990), que trabalha a pressuposição sob o ponto de vista de Frege (1978), assumindo um ponto de vista lógico-semântico; *Manual de semântica*, de Cançado (2008), que aborda a pressuposição sob um ponto de vista que ela denomina semântico-pragmático; *Significação e contexto*, de Moura (2006), que perpassa estudos linguísticos da pressuposição, reconfigurando-os sob o ponto de vista da Pragmática. As três obras foram as escolhidas partindo-se dos seguintes critérios: a) são escassos os manuais de semântica produzidos no Brasil que tratam da pressuposição; b) são três obras consideradas de cunho didático pelos autores; c) possuem abordagens semânticas diferenciadas.

Os passos da análise foram os seguintes: inicialmente analisamos as obras em questão, logo após realizamos uma apresentação sucinta do conteúdo sobre pressuposição em cada um dos livros selecionados, apresentado e analisando os exemplos por eles trabalhados. A seguir, realizamos uma análise crítica das abordagens encontradas e logo depois uma identificação de seus pressupostos teóricos com aqueles por nós estudados. Nossa intenção era de pensar sobre a seguinte questão: a abordagem realizada pelos autores é suficiente para que os alunos respondessem satisfatoriamente as questões do ENADE sobre pressuposição? Com base no conteúdo proposto pelos livros, o aluno de graduação em Letras se sentiria apto para trabalhar o tema pressuposição na escola básica?

Ao analisarmos os livros de semântica selecionados como *corpus*, pensaremos sobre as consequências das abordagens ali presentes para o ensino de pressuposição nos cursos de Licenciatura em Letras e Linguística no país. Para observar essas consequências buscamos em provas do ENADE – Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (antigo Provão) a presença de questões que abordam a pressuposição, contrapondo-as com as abordagens presentes nas obras analisadas, a fim de discutirmos se são suficientes tais abordagens para a compreensão do fenômeno. Pensamos que esse é o único modo de avaliarmos, na prática, as consequências e as possibilidades das abordagens sobre a pressuposição nos cursos de graduação em Letras.

Como o ENADE surgiu para substituir o antigo Provão, utilizamos as provas de Letras do modelo antigo disponíveis no site do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) <sup>15</sup>, correspondentes aos anos de 1998 a 2002. Com a reformulação, o Ministério de Educação define anualmente quais cursos serão contemplados, a partir das áreas propostas pela Comissão de Avaliação do Ensino Superior. O curso de Letras foi contemplado nos anos de 2005 e 2008 e, por essa razão, fizemos tal recorte no *corpus*. É bom frisar que encontramos questões que utilizam os termos pressupostos / pressuposição, direta ou indiretamente, em todas as provas aplicadas. De 1998 a 2011 (treze anos), foram aplicadas nove provas para os cursos de Letras, pelos sistemas Provão e ENADE. Dessas, somente três provas (1999, 2000 e 2001) trataram da pressuposição como fenômeno linguístico próprio do componente semântico, a saber, uma questão na avaliação de 1999, duas questões na avaliação de 2000 e uma questão na avaliação de 2001, totalizando quatro questões sobre a pressuposição, as quais foram por nós analisadas.

Por vezes o conceito se apresentava de modo muito abrangente, por isso a questão não foi considerada para análise, tal como no exame de 1998, que apresenta como resposta válida a seguinte:

---

<sup>15</sup> <http://www.inep.gov.br/superior/enade/2009/provas.htm>

“(C) em I o provérbio perde sua forma fixa, o que lhe altera a eficácia discursiva; em II, a variação na forma da narrativa associa ao humor a crítica a discursos baseados no pressuposto de que a modificação da linguagem, por si só, elimina preconceitos.”

A análise das questões ocorreu após a sua apresentação. Buscamos identificar a sua coerência interna, bem como identificar a abordagem teórica assumida em cada uma delas. Além disso, buscamos perceber se as abordagens encontradas nos Manuais de Semântica analisados eram suficientes para possibilitar ao estudante de Letras as respostas às questões propostas pelo ENADE sobre pressuposição.

Por fim, concluímos nosso trabalho avaliando o ensino da pressuposição no ensino de graduação, e suas consequências para a prática do professor licenciado em Letras. Esperamos, desse modo, contribuir com as discussões acerca desse campo de estudos tão prestigiado pela Semântica moderna, mas que representa uma enorme dificuldade para aqueles que pretendem abordá-lo, tendo em vista uma certa “intuição generalizada do seu alcance”, como afirma Mari (último acesso em 09/11/2011).

#### **4.1 O tratamento da pressuposição em *Semântica*, de Ilari e Geraldi (1990)<sup>16</sup>**

A obra *Semântica*, de Ilari e Geraldi, possui uma abordagem didática sobre os fenômenos semânticos, fato que facilita a iniciação dos estudantes nesse assunto. Apesar de dispensar o capítulo comumente chamado de introdução, inicia-se com um capítulo que discorre sobre “Os limites moveáveis da semântica”, cujos domínios de investigação nem sempre são claros o suficiente para resultar em análises precisas, como o campo da ciência almeja:

A palavra ciência evoca domínios de investigação claramente definidos, a respeito dos quais os cientistas aperfeiçoaram métodos de análise unanimemente aceitos e elaboraram conhecimentos coerentemente articulados e fiéis aos fatos. Ao contrário disso, a semântica é um domínio de investigação de limites moveáveis [...] (ILARI; GERALDI, 1990, p. 06).

---

<sup>16</sup> Sua primeira edição é do ano de 1987 e a modificação ocorrida desde então foi somente da capa. Utilizamos a quarta edição, de 1990.

O uso de muitos exemplos para cada tópico discutido revela o cuidado dos autores em contribuir, ao máximo, com os leitores, para a compreensão da Semântica. Talvez por essa razão a obra seja tão prestigiada pelos programas dessa disciplina nas diversas universidades do nosso país, conseguindo inúmeras reedições desde 1987 (1ª edição). Contudo, trata-se de um livro da 'Série Princípios' que, por isso, possui um formato menor, o que faz com que os temas sejam explorados em um espaço bastante reduzido de páginas, de modo muito inicial. No caso desse livro, os autores optaram por acionar reflexões a partir de dados linguísticos, não se fixando na explanação dos conceitos, o que os possibilitou abordar vários dos temas relacionados à Semântica. Nossa atenção, entretanto, recai para a parte do livro cujo subtítulo é Pressuposição, tema da nossa pesquisa.

As páginas destinadas ao estudo da pressuposição em Ilari e Geraldi (1990) são poucas, apenas cinco: da 59 à 63. Apresentando a pressuposição como mais uma possibilidade de “relação de sentido que se pode estabelecer entre orações” (ILARI; GERALDI, 1990, p. 59), eles passam a discutir diversos exemplos em que os enunciados contêm duas frases a eles associadas.

Os autores começam a sua exposição a partir da teoria dos exponíveis, em que certos enunciados possuem dois ou mais “juízos” que podem ser explicitados. A seguir, passam a expor a teoria de Frege sobre pressuposição a qual embasará a posição dos autores. Segundo eles, Frege, em 1978, numa linha de reflexão que lembra a teoria dos exponíveis, observou que “[...] uma frase pressupõe outra toda vez que tanto a verdade como a falsidade da primeira acarretam a verdade da segunda” (Ilari;Geraldj, 1990, p. 61). Esse é o conceito de pressuposição assumido pelos autores.

Ilari & Geraldi seguem a explanação sobre o assunto, ainda baseados em Frege, afirmando que nem sempre que um conteúdo se desdobra há pressuposição. Eles diferenciam da seguinte forma: quando a verdade da primeira oração acarreta na verdade da segunda oração, temos um tipo comum de acarretamento, sem pressuposição. Mas, quando tanto a verdade como a falsidade da primeira tornam inescapável a verdade da segunda, temos um caso mais complexo de

acarretamento, com pressuposição. Dois dos exemplos trabalhados são os seguintes:

(55) João continua a trabalhar no banco.

a. João trabalhava no banco (num tempo anterior à enunciação).

b. João trabalha no banco (no tempo da enunciação). (Ilari; Geraldi, 1990, p.60)

Nesse exemplo (55), tanto a verdade quanto a falsidade (João não continua a trabalhar no banco) da sentença tornam inescapável a verdade de “a.” (João trabalhava no banco), que é o conteúdo pressuposto. Os autores também exemplificam um caso de desdobramento sem a presença de pressuposição:

(60) Pedro certificou-se de que havia fechado a porta.

(60) a. Pedro havia fechado a porta. (Ilari; Geraldi, 1990, p.61)

A afirmação de (60), acarreta a verdade de (60)a., mas a negação de (60) – Pedro não certificou-se de que havia fechado a porta – torna possível a falsidade de (60)a. - Pedro havia fechado a porta. Segundo os autores, esse é um caso de acarretamento e não de pressuposição.

Como se pode observar, a exposição sobre o fenômeno da pressuposição em Ilari e Geraldi possui um cunho estritamente semântico que a observa como um tipo de relação entre orações.

Norteados por esse enfoque mais logicista e filosófico, os autores apontam algumas expressões introdutoras de pressuposição, o que contribui para esclarecer melhor o fenômeno. Também aí alguns exemplos são apresentados.

Os autores se mantêm na exposição teórica acerca da pressuposição, exclusivamente na perspectiva de Frege. Limitam-se, ao final da exposição sobre o assunto, a dizer que existem outros dois enfoques para o fenômeno: a pressuposição como “condição de emprego da oração que a pressupõe” e a pressuposição como “mecanismo de atuação no discurso”. Quanto ao primeiro enfoque, os autores não esclarecem de que se trata de uma perspectiva pragmática

limitando-se a reconhecer que esta seria uma informação compartilhada entre os interlocutores. Já no segundo enfoque, reconhecem que se trata da perspectiva de Ducrot, assumindo a pressuposição como um jogo argumentativo entre os participantes do discurso, funcionando como um regulador necessário para que a conversação aconteça. No entanto, por privilegiarem a abordagem fregiana, essas questões argumentativas não ganham realce dentro da abordagem realizada.

Vários outros exemplos são fornecidos e o de número 56, citado na página 60, chamou nossa atenção:

(56) A empregada só lavou a louça.

a. A empregada lavou a louça.

b. A empregada não fez outros serviços (por exemplo, enxugar a louça, varrer a cozinha etc.).

Estabelecendo como critério de identificação de pressuposição a negação e a interrogação, afirmando que estas não afetam o conteúdo pressuposto, os autores concluem que o pressuposto dessa frase encontra-se em (56)a. e não em (56)b. A intuição do falante tende a ler nesse enunciado (56) um pressuposto que corresponderia à frase (56)b., ou seja, o advérbio “só” atua como elemento inaugurador da pressuposição de que 'a empregada não teria feito outra coisa'. Afinal, isso não está dito, sendo, portanto, um implícito ancorado num elemento introdutor de pressuposição, o advérbio 'só'. Trata-se de um enunciado que foge ao critério estabelecido, conforme aponta Henry (1992), quando critica Ducrot por deixar de lado a subjetividade na interpretação dos conteúdos pressupostos.

Essa abordagem da pressuposição foi trabalhada por Ducrot em 1977, na segunda fase de sua teoria, quando o autor considerou o pressuposto como parte integrante do sentido e como implícitos inscritos na língua, não pertencentes à enunciação. Nesse momento, o autor admitia os critérios da negação, interrogação e encadeamento dos enunciados para explicitar o conteúdo pressuposto na oração.

Henry (1992) observa que as posições de Ducrot (1977) e Frege (1978) acerca da pressuposição são radicalmente diferentes do ponto de vista teórico, já que Ducrot



faz uso da noção de “condição de verdade” de Frege, segundo Henry, equivocadamente. Frege propõe o uso lógico da língua, baseado na verdade da referência para a busca do conhecimento, ao contrário de Ducrot, que não se importa com a referência no mundo, apenas utiliza as condições de verdade de maneira técnica, como condição para a significação de uma sentença. O que acontece na abordagem de Ilari e Galdi (1990) é que, ao assumirem a abordagem de Frege limitam-se à relação semântica entre as orações numa linha puramente referencial o que os faz identificar na frase (56), o pressuposto a partir da seguinte reflexão (56) não pode ser verdadeira nem falsa, se (56)a não for verdadeira. Isso os impossibilita considerar (56)b como uma pressuposição de (56).

Baseados em Henry (1992), podemos afirmar que sob esta perspectiva a língua parece ser reduzida a um código, a um mero instrumento de comunicação ou de pensamento, sem que seja levado em consideração o componente discursivo, como se a pressuposição fosse apenas de natureza referencial. Desse modo, quanto ao exemplo (56), do ponto de vista do aluno que tende a colocar essas frases em situações enunciativas corriqueiras, para ele seria complicado compreender a pressuposição a partir da lógica apresentada pelos autores.

Ao pensarmos nesse exemplo uma questão se levanta: se é possível depreender mais de um pressuposto de cada enunciado. Parece-nos que dependendo do ponto de vista teórico adotado o pressuposto do exemplo (56) poderia ser (56)a (Frege) ou (56)b (Ducrot). Ducrot consideraria (56)a como conteúdo posto. Já segundo uma perspectiva pragmática, para quem a pressuposição é uma condição de emprego da oração, o pressuposto pode ser derivado da intuição do ouvinte ou de sua memória discursiva, como parece ocorrer nesse exemplo, quando consideramos a frase (56)b, vez que esta é uma informação de algum modo conhecida previamente pelo interlocutor.

Desse ponto de vista, a pressuposição aparece como um dado irrefutável em Ilari e Galdi (1990), contudo, para os leitores, há dificuldade, apenas com a leitura dessa obra, em identificar com certeza os pressupostos nas frases e em identificar os pressupostos nas frases por eles apresentadas. Além disso, não há clareza, para o leitor, se a pressuposição é um fenômeno linguístico ou referencial.

Ao trabalhar a questão das expressões introdutoras de pressuposição, limitando-se à abordagem puramente referencial, expõem um exemplo cujo pressuposto afirmado é totalmente questionável, como vemos a seguir:

(64) Pedro gosta principalmente de mulheres.

Pressuposto: Pedro gosta de mulheres.

Ora, parece evidente que o falante possa depreender outro pressuposto para esse enunciado: “Pedro gosta também de outras coisas que não mulheres”. O que seriam essas coisas fica no âmbito do subentendido. O pressuposto considerado pelos autores soa à intuição do falante como um conteúdo posto.

Diante do exposto, é notório que para o estudante de Letras a abordagem acerca da pressuposição presente na obra de Ilari e Geraldi não é suficiente para a compreensão do fenômeno, haja vista que problemas como a diferenciação entre pressuposição, acarretamento e subentendido não ficam claros, além de alguns exemplos serem pouco elucidativos. Sendo assim, os estudantes provavelmente teriam dificuldades também na resolução de questões relacionadas à pressuposição presentes no ENADE e o professor de Letras tenderia a não assumir a pressuposição como elemento a ser trabalhado nas aulas de língua materna, tendo em vista que a abordagem realizada não assume a argumentação como uma condição essencial da linguagem.

#### **4.2 O tratamento da pressuposição em *Manual de semântica*, de Cançado (2008)**

Assim como *Semântica*, de Ilari e Geraldi (1990), *Manual de Semântica*, de Márcia Cançado (2008), é um livro destinado ao ensino de Semântica em nível de graduação, que já se encontra em sua segunda edição. Em entrevista por correio eletrônico, a própria autora afirma que esse livro é resultado das suas aulas de semântica no Bacharelado em Linguística da UFMG. A obra traz uma visão horizontal, panorâmica, sobre as diferentes abordagens teóricas acerca dos fenômenos semânticos, tratados, quase sempre, sob um olhar formalista.

Nosso interesse está direcionado para o capítulo 2, cujo título é *Implicações*, mais precisamente para o conteúdo *Pressuposição*, compreendido entre as páginas 32 a 40. Cançado (2008) revela, logo no início do capítulo, que para tratar da noção de pressuposição seguiu uma linha mais tradicional da abordagem referencial, apoiada em Frege, e focalizou a atenção somente “nas chamadas pressuposições lógicas ou semânticas” (CANÇADO, 2008, p.32). Contudo, a autora baseia-se numa abordagem pragmática para elucidar os seus exemplos, admitindo a pressuposição como conhecimento compartilhado. Ela se justifica por sua opção pragmática ao dizer “[...] proponho que as pressuposições também tenham algumas características pragmáticas e, por isso, vou assumi-las como sendo uma noção semântico-pragmática.” (CANÇADO, 2008, p.32). Com essa postura, a autora está assumindo que as condições de verdade dos enunciados (Frege) dependerão do contexto comunicativo.

Apesar de Cançado considerar sua postura “semântico-pragmática”, a obra em questão trabalha a pressuposição somente por meio de sentenças previamente pensadas, sugeridas nos exemplos e nos exercícios, não chegando a pensar essas sentenças em contextos comunicativos específicos. Assim, o estudo do fenômeno não é ampliado para os textos de grande circulação social, tais como os que estão veiculados em jornais, propagandas ou, até mesmo, para as diversas interações cotidianas, nos quais os pressupostos possuem um papel marcadamente enunciativo.

Cançado define pressuposição como “[...] um conhecimento compartilhado por falante/ouvinte, prévio à sentença proferida, ainda que seja desencadeado a partir desta; envolve um tipo de conhecimento semântico, mas também exige um conhecimento pragmático” (CANÇADO, 2008, p.33). Esse conceito vem da filosofia analítica (Austin, Strawson e Searle) e evidencia que a abordagem adotada pela autora faz uma junção da teoria fregeana com a pragmática.

Na obra, há uma breve exposição da teoria de Frege (1982) antes da análise de exemplos que revelam o conteúdo pressuposto das sentenças a partir do teste da afirmação, negação, interrogação e antecipação de uma condicional à sentença. Ela trabalha exaustivamente a técnica do desdobramento das sentenças para a

identificação dos pressupostos, denominando o conjunto de “famílias de sentenças”, o que lembra a teoria dos exponíveis na qual Frege se baseou ao constatar que a negação não afeta o pressuposto. Mantendo uma linha lógico-semântica, preocupase em estabelecer diferenças e correlações entre a pressuposição e o acarretamento, como observamos nos exemplos e nos exercícios propostos ao final do capítulo.

Firmando-se ainda numa perspectiva principalmente semântica, a autora admite que é possível que o conteúdo pressuposto seja desvelado também por meio de alguns elementos linguísticos, como orações subordinadas temporais e comparativas, verbos factivos e expressões que denotam mudança de estado, como exposto nas páginas 37 e 38 da obra. Sem considerar as diferentes propostas na literatura sobre o conjunto dessas expressões que ativam os pressupostos, a autora limita-se a reconhecê-las como desencadeadoras da relação de pressuposição.

Ora, se a pressuposição é assim definida pela autora: “A sentença (a) pressupõe a sentença (b), se, e somente se, a sentença (a), assim como também os outros membros da família da sentença (a) tomarem a sentença (b) como verdade.” (CANÇADO, 2008, p.34). Então, para se estabelecer a existência de uma relação de pressuposição, primeiramente há que se explicitar a família da sentença e verificar se se toma a pressuposição como uma condição de verdade a partir de um conhecimento previamente compartilhado. Perguntaríamos em que medida as pressuposições são introduzidas pelas expressões desencadeadoras ou se já estavam na sentença anteriormente. Essa relação não é explicitada na obra em análise e é decorrente da observação de sentenças isoladas, já que as expressões que ativam os pressupostos possuem um papel determinante na recuperação dos mesmos, dado um certo contexto.

Ao analisar os exemplos levantados, novamente a autora coloca em risco o ponto de vista pragmático que ela afirma assumir. Podemos observar essa situação em um dos exemplos mencionados, na página 32 da obra em questão:

*a – José emprestou o carro dele para Pedro.*

Segundo Cançado, ao se aplicar os testes de negação, interrogação e encadeamento de uma condicional, respectivamente, temos:

a' – Não é verdade que José emprestou o carro dele para Pedro.

a'' – José emprestou o carro dele para Pedro?

a''' – Se José emprestou o carro dele para Pedro, Pedro deve estar contente.

Segundo a autora, o pressuposto presente nestas sentenças, ou seja, aquilo que permanece inalterado em todas elas, é o fato de *o carro pertencer a José*. No entanto, se considerarmos uma situação de uso ao ser enunciada, a sentença poderia ter o intuito de divulgar que José comprou um carro ou que José é uma pessoa desprendida, que não se importa de emprestar seus pertences. Nessas situações colocadas, o pressuposto se mistura ao implícito, evidenciando que não é possível desconsiderar o fator pragmático, o extralinguístico, quando se pretende buscar os pressupostos de um enunciado, como o próprio Ducrot (1987) afirmou quando reformulou sua teoria, pois a pressuposição pode tanto estar marcada no enunciado como também pode ser inferida dele.

Passo agora a uma outra motivação sobre a qual disse há pouco que estava na origem da “concepção antiga”. Tratava-se do fato de que o pressuposto era descoberto pelos critérios de negação e interrogação, e que esses critérios só podem afetar as frases e não os enunciados. Ora, resulta que fui, cada vez mais, levado, não a recusar os critérios, mas a constatar que têm uma aplicabilidade relativamente restrita (poucas frases podem ser negadas ou interrogadas). (DUCROT, 1987, p.37)

Em uma sentença como “A rainha do Brasil é louca” há um pressuposto evidente de que existe uma rainha no Brasil. Através da interrogação e da negação, esse pressuposto é mantido, no entanto é do conhecimento coletivo que o Brasil não possui uma rainha. Então, só nos restaria tentar inferir as intenções do locutor ao proferir tal sentença, por meio do contexto comunicativo. Assumindo um ponto de vista pragmático, Cançado não poderia desconsiderar os pressupostos pragmáticos. O que percebemos, no entanto, é que para ela a pressuposição é exclusivamente semântica e dependente de fatores linguísticos.

Outro exemplo que analisaremos, citado por Cançado na página 37, é o caso da subordinada temporal:

a – *Eu já dirigia automóveis, quando você aprendeu a andar de velocípede.*

Segundo a autora, ao submetermos essas orações ao teste da negação, interrogação e encadeamento de uma condicional, respectivamente, descobriremos um único pressuposto:

*a' – Eu ainda não dirigia automóveis, quando você aprendeu a andar de velocípede.*

*a'' – Eu já dirigia automóveis, quando você aprendeu a andar de velocípede?*

*a''' – Se eu já dirigia automóveis, quando você aprendeu a andar de velocípede, ...*

*Pressuposto deduzido pela autora: Você aprendeu a andar de velocípede.*

No entanto, parece evidente que o pressuposto dessa frase em questão é que o enunciador dirige automóveis há muito tempo e por isso dirige muito bem. Mas esse pressuposto é inferido a partir da lembrança de situações enunciativas comuns a esse tipo de enunciado, pois se trata de uma frase clichê. É possível depreender, ainda, um outro pressuposto mais direto, a partir do teste proposto, como por exemplo que “Eu dirijo automóveis”. Entretanto, a autora não abre margem para outros pressupostos inferíveis a partir de seu exemplo, o que pode causar grande confusão em seus leitores. O que parece óbvio é que observar o pressuposto em orações destituídas de seus contextos semântico-pragmáticos pode ocasionar contrapontos, principalmente quando se privilegia apenas uma interpretação específica.

Parece ter constituído uma preocupação da autora fixar para o estudante de Letras uma técnica para o desvelamento das pressuposições. No entanto, os exercícios apresentados no final do capítulo revelam uma necessidade de fixar ao aluno as diferenças entre e/ou pressuposição. Para responder o exercício, o aluno terá que realizar o desdobramento das sentenças, o que pode levá-lo a algumas dúvidas, na medida em que a sua tendência será pensar o enunciado a partir de condições de enunciação específicas. O que pode ser observado no exercício a seguir:

24) a: Eu já falava inglês, francês e grego, quando você aprendeu a falar inglês.

b: Você aprendeu a falar inglês.

Segundo a resposta proposta pela autora, na chave de correção, a sentença (a) acarreta a sentença (b), porque a informação de (b) está contida em (a). Diz ainda

que a sentença (a) pressupõe a sentença (b), porque a família de (a) toma (b) como verdade, conforme mostra os testes negação, interrogação e acarretamento de uma condicional:

a' – Eu ainda não falava inglês, francês e grego, quando você aprendeu a falar inglês.

a'' – Eu já falava inglês, francês e grego, quando você aprendeu a falar inglês.

a''' – Se eu já falava inglês, francês e grego, quando você aprendeu a falar inglês,...

A intuição linguística de um estudante de Letras o fará questionar o pressuposto encontrado, pois o que parece é que “você aprendeu a falar inglês” já está posto na sentença. Os pressupostos inferíveis podem ser outros, como “eu falo inglês, francês e grego”, ou “eu falo muitos idiomas”, “eu falo mais idiomas que você”, ou ainda “você fala inglês a muito mais tempo do que eu”. A resposta estaria na dependência do contexto de interação.

Por fim, entendemos que, apesar de a autora estabelecer critérios para fixar para o leitor uma estratégia para identificar os pressupostos, numa concepção bastante didática, não é possível admitir que o conteúdo pressuposto seja desvelado apenas por meio de alguns elementos linguísticos ou pelo encadeamento de orações. Na medida em que a autora não assume a pressuposição como um mecanismo de atuação do discurso – limita-se a uma breve exposição sobre essa possibilidade, na página 36 – priorizando uma concepção semântica desencadeada a partir de elementos linguísticos bem como por acarretamento, o seu ponto de vista pragmático ficou bastante prejudicado. Isso limitaria ao estudante uma perspectiva da pressuposição. Desse modo, baseados nessa abordagem, o estudante de Letras e Linguística só conseguiria êxito no ENADE, se as questões que tratam da pressuposição se restringissem à diferenciação entre pressuposição e acarretamento depreendidas nos desdobramentos das “famílias de sentença”, como propõe a autora. Além disso, esse tipo de conhecimento não chegaria à escola básica ampliando as condições de leitura dos estudantes.

#### **4.3 O tratamento da pressuposição em *Significação e contexto*, de Moura (2006)**

*Significação e contexto*, de Moura (2006), é uma obra introdutória sobre questões linguísticas que estão nos entremeios da Semântica e da Pragmática, como é o caso da pressuposição, tema para discussão do primeiro capítulo do livro, das páginas 11 a 52. O segundo (e último) capítulo da obra, das páginas 59 a 95, cuida de assuntos que dizem respeito ao contexto, como podemos observar nos títulos dos subcapítulos, “sentido e significado”, “intenção e mundos possíveis”, “semântica e pragmática”, “semântica dinâmica e a anáfora”, “referência e contexto”, “indeterminação semântica e contexto”, “os limites da semântica e da pragmática”, “construindo contextos” e “pressuposição: revendo os limites da semântica e da pragmática”.

Como o próprio autor afirma, o livro “[...] é uma obra didática, que visa a expor conceitos básicos de semântica e pragmática.” (MOURA, 2006, p.09). Por ser uma obra de cunho didático, optamos por abordá-la quanto ao seu desenvolvimento em relação à pressuposição, observando como esse fenômeno é tratado em suas páginas e sob quais perspectivas teóricas. Um diferencial dessa obra em relação às outras já discutidas é que o autor se propôs a fazer um estudo mais detalhado do fenômeno, explorando alguns caminhos teóricos possíveis para a compreensão do tema em questão.

Moura almeja que sua obra sirva como uma “boa ferramenta” (2006, p.9) para alunos e professores de semântica e de pragmática. De fato, a abordagem do autor para o fenômeno da pressuposição é, além de didática, abrangente, vez que retoma os principais teóricos sobre o assunto, aprofundando questões como “posto e pressuposto”, “pressuposto e acarretamento”, “expressões que ativam pressupostos”, “pressuposição e contexto”, “descrições definidas e pressuposição”, “definindo um contexto para a pressuposição” e “pressuposto ou implicatura?”, títulos dos subcapítulos da primeira parte do livro. Além de falar especificamente sobre a pressuposição, Moura também retoma o assunto no último capítulo, finalizando a obra com uma discussão que envolve a pressuposição e os limites da semântica e da pragmática.



Já nas primeiras páginas da obra em questão, o conteúdo posto é diferenciado do conteúdo pressuposto, com base em Ducrot (1987), como afirma Moura, sendo o primeiro designado como uma informação dada na sentença, ou seja, o sentido literal expresso por ela; em contrapartida, o segundo é definido como “informações que podem ser inferidas da enunciação dessas sentenças” (MOURA, 2006, p. 13). O autor levanta a discussão do valor de verdade do pressuposto, que não pode ser rejeitado, caso contrário o posto também não seria aceito pelo interlocutor. Afirma que, no caso de um pressuposto tido como falso, uma primeira solução seria considerar a sentença como uma implicatura, que ele define como “um tipo de inferência pragmática baseada não no sentido literal das palavras, mas naquilo que o locutor pretendeu transmitir ao interlocutor” (MOURA, 2006, p.13).

Algumas sentenças são mencionadas para exemplificar a questão e, dentre elas, citamos a seguinte: “O rei do Brasil é maluco.” Segundo Moura, para aceitar o que está posto, ou seja, o que está afirmado literalmente, é necessário aceitar como verdadeiro o conteúdo pressuposto: “existe um rei no Brasil”. Como no Brasil não há rei, para que a sentença seja passível de entendimento, poderíamos “apelar” para uma implicatura, como propõe o autor, entendendo que “rei” pode ser uma menção ao (à) presidente da república. Outra solução proposta pelo autor é “[...] fazer uso da **intenção** (...) da expressão 'rei do Brasil', de modo a aplicá-la a um outro período de tempo em que de fato havia um rei do Brasil (por exemplo, na segunda metade do século XIX)” (MOURA, 2006, p.14, grifo do autor).

Essas conceituações parecem pautadas nos primeiros estudos ducrotianos (1981), que seguiam a linha de pensamento dos filósofos analíticos de Oxford (Russell, Austin, Searle etc.), cuja pressuposição era definida como condição de emprego dos enunciados. É nessa fase da teoria que, caso os pressupostos fossem falsos, o enunciado não seria considerado “sério”, ou seja, poderia ser empregado com uma função humorística, por exemplo, através de implicaturas.

A noção de acarretamento também é explorada na obra, cujo conceito dado é “se uma proposição *a* implica uma proposição *b*, isso significa que se *a* é verdadeira,

então *b* é necessariamente verdadeira” (MOURA, 2006, p.15). A partir daí, o autor discorre sobre a diferença entre o que ele chama de “inferência por acarretamento” e “inferência por pressuposição”, através de exemplos. A diferença entre pressuposição e acarretamento é descrita por meio do tipo de relação estabelecida entre duas proposições: se for uma relação de condição, será um caso de acarretamento, pois “a relação de acarretamento entre duas proposições *a* e *b* só pode ser definida a partir da verdade de *a*, mas não a partir da falsidade de *a*” (MOURA, 2006, p.15-16); já no caso da pressuposição, “a negação do posto não afeta a necessidade de aceitarmos como verdadeiro o pressuposto” (MOURA, 2006, p. 16).

Dentre as sentenças citadas pelo autor, nas páginas 15 e 16, destacamos duas que diferenciam pressuposto de acarretamento:

- a) João tem um gato siamês em casa.
- a') João tem um bicho de estimação em casa.
- b) Foi o João que quebrou o vaso.
- b') O vaso está quebrado.

No caso de se aceitar que a sentença (a) é verdadeira, por acarretamento aceita-se a verdade de (a'), já que gato siamês faz parte do grupo dos bichos de estimação. Agora, se negarmos (a), “João não tem um gato siamês em casa”, o acarretamento expresso em (a') não é mais necessariamente verdadeiro. Em suma, a relação de acarretamento entre duas sentenças depende da verdade da primeira. Com a pressuposição é diferente, mesmo se negarmos a primeira sentença (o posto), a segunda (o pressuposto) permanecerá verdadeira. Isso ocorre com a sentença (b), que mesmo negada “Não foi o João que quebrou o vaso”, o pressuposto expresso em (b') permanece verdadeiro.

A pressuposição é assumida como um conhecimento compartilhado pelos interlocutores, sendo um tipo de inferência realizada a partir de uma sentença em que é possível apresentar uma informação como já conhecida pelos participantes do

discurso. Esse modo de olhar para a pressuposição parece pautado em Ducrot (1987):

Se o posto é o que afirmo, enquanto locutor, se o subentendido é o que deixo meu ouvinte concluir, o pressuposto é o que apresento como pertencendo ao domínio comum das duas personagens do diálogo, como o objeto de uma cumplicidade fundamental que liga entre si os participantes do ato de comunicação. Em relação ao sistema dos pronomes poder-se-ia dizer que o pressuposto é apresentado como pertencendo ao “nós”, enquanto o posto é reivindicado pelo “eu”, e o subentendido é repassado ao “tu”. (Ducrot, 1987, p. 20).

Contudo, para Ducrot diferentemente do que concebe a perspectiva Pragmática, a pressuposição é um mecanismo de atuação no discurso. O locutor a utiliza para impor o enfoque a ser desenvolvido na conversação, estabelecendo limites ao discurso. Enquanto para Moura, que assume o ponto de vista da Pragmática, a pressuposição é um fenômeno que depende do contexto, o qual pode ampliar a informação compartilhada, bloqueá-la e até cancelá-la. Desse modo, o jogo dinâmico que o contexto propicia é que estabelecerá os limites e os impasses da conversação. Por isso, o autor reserva exclusivamente um capítulo para trabalhar a noção de contexto, já que ela atua de modo dinâmico em relação aos implícitos.

Em entrevista concedida à Revista Virtual de Estudos da Linguagem<sup>17</sup>, Moura afirmou:

[...] No meu livro Significação e contexto, defendi que devemos reservar para a pragmática o estudo dos conteúdos informativos e inferenciais que dependam estritamente da intenção do falante, ou seja, que envolvam uma suposição sobre o que está representado, sob a forma de linguagem, na mente do falante. O meu interesse era evitar que a linha divisória fosse traçada pelo contexto, o que dá a fórmula, que eu queria evitar, semântica + contexto = pragmática. (MOURA, 2007, p.01)

O autor defende que as informações pressupostas são de conhecimento comum, compartilhadas pelos participantes do discurso, e “[...] não dependem em nada de inferências sobre a mente do interlocutor” (Moura, 2007, p.01). Uma sentença expressa faz com que o interlocutor busque na memória uma série de outras

---

<sup>17</sup> [http://www.revel.inf.br/site2007/\\_pdf/8/entrevistas/revel\\_8\\_entrevista\\_heronides\\_moura.pdf](http://www.revel.inf.br/site2007/_pdf/8/entrevistas/revel_8_entrevista_heronides_moura.pdf) (último acesso em 13/12/2011)

sentenças correlacionadas que, mesmo não expressas, são codificadas linguisticamente.

[...] o que é preciso é ampliar as condições de verdade de uma sentença de modo a abarcar informações contextuais transparentes para os interlocutores. O uso dessas informações contextuais pode ser regular e sistemático, e totalmente independente de suposições sobre o que se passa na mente dos falantes, limiar a partir do qual entraríamos na seara da pragmática. (MOURA, 2007, p.02)

Segundo o autor, as “informações contextuais” são conhecidas pelos interlocutores, que podem utilizá-las de maneira regular e sistemática, pois são consideradas verdadeiras e já conhecidas. Nesse momento, é possível colocar a pressuposição nos caminhos da Pragmática, prezando pelo contexto e pela atuação dos interlocutores na enunciação.

Moura (2006) faz ainda um estudo panorâmico sobre as expressões ativadoras de pressupostos, ou seja, certas palavras que indicam a presença da pressuposição nas sentenças. Ele começa pelas “descrições definidas”, sintagmas nominais que fazem referência a um ser no mundo. Um dos exemplos mencionados é “João viu o *homem com duas cabeças*”, que pressupõe “Existe um homem com duas cabeças”. Segundo o autor, esse seria um “pressuposto de existência” (p.18).

Os “verbos factivos” também desencadeiam pressupostos, vez que “introduzem orações subordinadas, que representam um fato que é pressuposto” (MOURA, 2006, p.19). É dada como exemplo a seguinte sentença: “João *lamentou* ter bebido muito”, cujo pressuposto “João bebeu muito” é factual. O autor ressalta também a existência de dois tipos de verbos factivos: “aqueles que são epistêmicos (compreender, saber, reconhecer, descobrir etc.) e aqueles que indicam sensações ou emoções (sentir (transitivo), lamentar, arrepender-se, alegrar-se)” (MOURA, 2006, p.19).

Segundo o autor, também desencadeiam pressupostos os “verbos implicativos”, como *conseguir* e *esquecer*; os “verbos de mudança de estado”, como *deixar* e *começar*; os “iterativos”, que pressupõem que a ação verbal já havia acontecido (*de novo* e *retornou*, por exemplo); as “expressões temporais”, como *depois* e *antes*; e

as “sentenças clivadas”, que são divididas em duas orações com o intuito de enfatizar uma informação expressa pela segunda oração, que é o pressuposto, como ocorre em “*Não foi João que beijou Maria*”, cujo pressuposto é “*Alguém beijou Maria*”.

Moura traz à tona a pertinente indagação se os pressupostos são introduzidos por certas expressões linguísticas ou se fazem parte do conhecimento compartilhado pelos participantes do discurso. O próprio autor desata essa dúvida afirmando que “as pressuposições funcionam no fluxo conversacional” (2006, p.21-22) e que as expressões desencadeadoras de pressupostos apenas ativam os mesmos, recuperando-os, pois já fazem parte do conhecimento compartilhado pelos interlocutores.

Sobre a questão do contexto, Moura cita um exemplo pertinente: “Eu não me arrependerei de ter votado em FHC”. Diante dessa sentença, o pressuposto mais aparente seria de que o locutor votou em FHC, mas, se analisada dentro de um contexto específico, pode indicar exatamente o contrário. O autor levanta a seguinte situação: suponhamos que um locutor A diga ao seu interlocutor B (que se trata de um militante de esquerda convicto) que se arrependeu de votar em FHC e ouve como resposta “Eu não me arrependerei de ter votado em FHC”. O locutor A tenderá a deduzir que o seu interlocutor B afirmou tal sentença, porque não votou em FHC. Esse exemplo revela a preocupação do autor, ao finalizar o capítulo um, dedicado ao estudo da pressuposição, da seguinte maneira: “A conclusão a que pudemos chegar, nesse capítulo, foi que a pressuposição é um fenômeno dependente do contexto, definido como conhecimento compartilhado entre os interlocutores” (Moura, 2006, p.58).

O último capítulo da obra, dedicado ao estudo do contexto, retoma a questão da pressuposição, ao propor uma revisão entre os limites da semântica e da pragmática. Parece ficar claro que o fenômeno pode ser analisado pelas duas óticas, pois contempla desde a atribuição de crenças aos interlocutores à referência ao contexto.

O que esse fenômeno ilustra é que, desde que o uso lingüístico envolva a atribuição de crenças aos interlocutores (como no caso da negação metalingüística e das implicaturas, por exemplo), estamos no campo da pragmática. Mas a referência ao contexto (especialmente aquele organizado no conhecimento compartilhado) pode receber um tratamento semântico, como o caso da pressuposição parece mostrar. (MOURA, 2006, p. 102)

Na medida em que o autor situa a pressuposição no componente semântico e não no componente pragmático, ele entende “que o conteúdo semântico de um enunciado corresponde à forma que ele afeta o contexto em que foi produzido” (MOURA, 2006, p.95). Assim, o autor delimita o papel do pressuposto na comunicação, dizendo que não se trata de inferências assumidas a partir de atribuição de crenças, o que seria do âmbito da Pragmática. Segundo ele, o conceito de “pressuposição pragmática” abarca fenômenos muito mais gerais da comunicação, por exemplo, as condições para realização de uma ordem, as quais se ligam diretamente ao conteúdo proposicional, o que não é o caso dos pressupostos por ele vastamente analisados.

Por esclarecer os diferentes enfoques da pressuposição, entendemos que a obra de Moura é mais abrangente que as demais por nós analisadas, haja vista que garante um suporte teórico mais amplo para que o estudante de Letras embarque no conhecimento acerca do fenômeno. Além disso, os inúmeros exemplos analisados são buscados a partir de contextos em que aparecem ou são colocados em alguns contextos possíveis. Há uma preocupação em não se trabalhar frases destituídas de contexto. Todavia, para um estudante de graduação, a obra em questão poderia também gerar dúvidas, pois pressupõe que o leitor já tenha tido contato com outras leituras sobre semântica e pragmática. Por priorizar questões muito específicas, esse não seria adotado como um livro de base para a disciplina Semântica, num curso de graduação em Letras.

Em relação às questões do ENADE, um aluno que tenha baseado seus estudos sobre pressuposição na obra de Moura teria maior segurança para responder às questões, já que a obra perpassa os campos da semântica e da pragmática, ampliando o olhar do leitor para a pressuposição. Um estudante do curso de Letras teria um embasamento maior para lidar com tal fenômeno, quando estivesse na função de professor, haja vista que muitas dúvidas podem surgir por parte dos

alunos, principalmente os de nível básico de ensino, no momento de aprendizagem sobre pressuposição.

#### **4.4 Análise de questões do Provão**

O Exame Nacional de Cursos (ENC), que era popularmente conhecido como Provão, realizou avaliações anuais dos cursos de graduação do nosso país, as quais ocorreram de 1996 a 2003. O Provão foi assim definido:

[...] é um exame aplicado aos formandos com o objetivo de avaliar os cursos de graduação da Educação Superior, no que tange aos resultados do processo de ensino-aprendizagem. Foi aplicado pela primeira vez em 1996 para os cursos das áreas de Administração, Direito e Engenharia Civil. (<http://www.inep.gov.br/superior/provao/>, acesso em 16/08/2010).

As provas para os cursos de Letras ocorreram durante seis anos, de 1998 a 2003. Dessas, encontramos quatro questões acerca do fenômeno da pressuposição, sendo uma em 1999, duas em 2000 e uma em 2001, apesar de muitas questões utilizarem o termo “pressuposição” com sentido genérico de “ato de pressupor”.

Em 1999, o exame trouxe uma questão que aborda os elementos desencadeadores de pressuposição, marcados linguisticamente. Em 2000, o exame contemplou duas questões sobre o fenômeno, sendo que a primeira aborda a pressuposição expressa por nominalização, relacionada à retomada de enunciados na organização textual. A segunda questão trata a pressuposição sob um aspecto semântico-pragmático, exigindo do estudante um conhecimento que o capacite a diferenciar os seguintes conceitos: conhecimento partilhado, conhecimento pressuposto, “frame” e esquema cognitivo. Por último, em 2001 o exame trouxe uma questão sobre pressuposição sob um viés logicista, abrangendo pressuposição e acarretamento no desdobramento de sentenças.

O Exame Nacional de Cursos (ENADE), também aplicado pelo MEC (Ministério de Educação e Cultura), surgiu em 2004, em substituição ao antigo Provão, cujo intuito é o de avaliar o desempenho dos estudantes dos cursos de ensino superior do país.

O objetivo do Enade é avaliar o desempenho dos estudantes com relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares dos cursos de graduação, o desenvolvimento de competências e habilidades necessárias ao aprofundamento da formação geral e profissional, e o nível de atualização dos estudantes com relação à realidade brasileira e mundial, integrando o Sinaes, juntamente com a avaliação institucional e a avaliação dos cursos de graduação. (<http://portal.inep.gov.br/perguntas-frequentes1>, acesso em 04/04/2012)

A partir do ENADE, nem todos os cursos são avaliados anualmente, as provas são aplicadas aos diversos cursos de graduação, de forma que a cada ano alguns cursos são selecionados para a realização da avaliação, sendo que cada área de conhecimento é avaliada no máximo a cada três anos. Entre os anos de 2004 a 2011, o curso de Letras foi contemplado nos anos de 2005, 2008 e 2011.

Observamos que a pressuposição não é um assunto recorrente nas avaliações propostas pelo ENADE para o curso de Letras, haja vista que em nenhuma das três provas aplicadas, encontramos questões sobre o tema, diferentemente do Provão, em que encontramos quatro questões, em três avaliações.

A estratégia utilizada para a análise das questões do Provão priorizou os seguintes passos:

- 1) Em primeiro lugar apresentamos a questão sobre a pressuposição e a resposta esperada, tecendo comentários;
- 2) Logo depois, identificamos a perspectiva teórica adotada para a resolução da questão, bem como o conceito de pressuposição por ela expresso;
- 3) No terceiro momento indagamos como seria necessário trabalhar o fenômeno da pressuposição no curso de Letras, para que o aluno conseguisse responder à questão proposta;
- 4) Em quarto lugar observamos se a questão está bem formulada de acordo com a perspectiva teórica por ela adotada;
- 5) Por fim, discutimos possíveis incoerências nas respostas divulgadas pelo gabarito oficial.

Transcreveremos as questões das provas que envolvem o tema pressuposição para breve análise, pois admitimos que o Provão/ENADE é um exame que estabelece um tipo de parâmetro para a avaliação da aprendizagem, por parte dos alunos de



graduação, sobre conteúdos pertinentes ao curso de Letras. Só o fato de não aparecerem questões sobre pressuposição no ENADE, já é significativo para a análise aqui proposta, como comentaremos adiante.

**EXAME NACIONAL DE CURSOS (PROVÃO) – LETRAS 1999**

Questão 4: Considere as sequências 1, 2 e 3 e o fenômeno da pressuposição:

1. Marta deixou de fumar / Marta continua fumando
2. Marta começou a trabalhar / Marta passou a trabalhar
3. Lamento que Jorge tenha sido demitido

É correto afirmar que:

- (A) *tenha sido* é o marcador de pressuposição do fragmento 3.
- (B) em 2, o conteúdo pressuposto é introduzido pelo verbo *trabalhar*.
- (C) *lamento* é o marcador de pressuposição do fragmento 3.
- (D) em 1, o conteúdo pressuposto é introduzido pelo verbo *fumar*.
- (E) *demitido* é o marcador de pressuposição do fragmento 3.

De acordo com o gabarito oficial divulgado pelo site do MEC<sup>18</sup>, a resposta correta é a letra C, cujo verbo *lamentar* além de introduzir uma oração subordinada pressupõe que o fato expresso por ela é verdadeiro e de conhecimento compartilhado. A questão proposta trata diretamente do assunto pressuposição, requerendo do estudante de graduação em Letras um conhecimento teórico mais aprofundado.

A estratégia proposta pelo examinador parece ter sido desfocar o olhar do examinando dos verbos desencadeadores de pressuposição presentes em todas as cinco sentenças, quais sejam: *deixar*, *continuar*, *começar*, *passar* e *lamentar*. Nas respostas equivocadas o foco é transferido para outros elementos da sentença, como: *tenha sido*, *trabalhar*, *fumar* e *demitido* que, por não serem verbos factivos, não desencadeiam pressupostos. Isso comprova que todas as sentenças da questão possuem pressupostos nítidos, porém o interesse era simplesmente o reconhecimento dos elementos desencadeadores de pressuposição e não no papel da mesma no discurso.

---

<sup>18</sup> [http://www.inep.gov.br/superior/provao/gab\\_prov\\_pad\\_res/letras.htm](http://www.inep.gov.br/superior/provao/gab_prov_pad_res/letras.htm)

O enfoque dado à pressuposição é meramente formal, no entanto, exigiria do estudante, além de conhecimentos sobre o conceito de pressuposição, estudos sobre detalhes linguísticos que concernem ao fenômeno, inferidos a partir do sentido literal das palavras de uma sentença em relação ao jogo semântico que a pressuposição desencadeia.

Segundo Moura (2006, p.17), existem diferentes propostas na literatura sobre os elementos desencadeadores de pressuposição, ou seja, não há um consenso exato sobre a dimensão desses elementos linguísticos com função de ativar pressupostos. O autor acrescenta ainda que apesar de esses elementos ativarem os pressupostos, estes já fazem parte do conhecimento compartilhado dos interlocutores, ou seja, as pressuposições já se constituíam como proposições aceitas como verdadeiras pelos interlocutores, caso contrário o diálogo estaria interditado de antemão. Para Moura, os pressupostos devem ser reconhecidos no fluxo conversacional. O modo como a questão apresenta a pressuposição denota um trato meramente linguístico do fenômeno que foge a qualquer concepção argumentativa ou pragmática. É como se os verbos por si sós fossem os responsáveis por esse fenômeno argumentativo complexo.

Os três livros anteriormente analisados tratam dos elementos desencadeadores de pressuposição. Ilari e Geraldi (1990) levantam alguns desses elementos de maneira sucinta, com poucos exemplos. Já Cançado (2008), apresenta não só os verbos factivos, como as construções clivadas, alguns tipos de orações subordinadas e as expressões que denotam mudança de estado, trazendo exemplos para cada uma desses elementos. Moura (2006), por sua vez, trabalha as descrições definidas e além dos verbos factivos, os verbos implicativos, de mudança de estado e iterativos, além das expressões temporais e sentenças clivadas. Sobre os verbos factivos, ele afirma que introduzem fatos dados como certos, o que o caso do verbo *lamentar* presente na questão em discussão. O autor comenta ainda o fato de que os verbos factivos que indicam sensações ou emoções, como é o caso de *lamentar*, não só pressupõe que o fato indicado aconteceu, mas também atribui um certo valor para esse fato.

O pressuposto da sentença “Lamento que Jorge tenha sido demitido”, não é levado em questão no momento da resposta, o que abstém o examinador das várias possibilidades de interpretação do pressuposto. Se se considera a pressuposição como conhecimento compartilhado, o pressuposto seria: “Jorge foi demitido”. Porém, se levamos em conta o jogo argumentativo proposto, pode-se inferir que o pressuposto seja: “É ruim que Jorge tenha sido demitido”. Essa segunda possibilidade advém do fato de que os verbos factivos repassam sensações valorativas. Nesse caso, o pressuposto é atribuído ao locutor da frase, expresso na primeira pessoa do verbo.

A informação necessária para que um estudante de Letras respondesse a questão mencionada seria algo muito além de estratégias para identificação dos pressupostos de uma sentença. Além de conhecimento conceitual, o estudante teria que reconhecer que todas as sentenças da questão possuem pressuposição e observar nitidamente os elementos desencadeadores dos pressupostos. Ele teria que compreender que as possibilidades de respostas contrariam a teoria para não se confundir, ao escolher a resposta correta.

Acerca do que se propõe avaliar, a questão é bem formulada, já que faz uso das expressões ativadoras de pressupostos como pré-requisito para a resposta esperada e não adentra os meandros das diversas teorias sobre a pressuposição. Todavia, seria necessária uma abordagem bastante ampla sobre o assunto durante a graduação, para que o estudante tivesse certa tranquilidade para responder corretamente à questão.

No Provão aplicado em 2000, houve duas questões sobre a pressuposição. Transcreveremos e comentaremos, uma por vez, para observarmos a exigência de cada uma delas.

**EXAME NACIONAL DE CURSOS (PROVÃO) – LETRAS 2000**

A formação de um profissional de Letras deve capacitá-lo a abordar o texto em diferentes níveis e a partir de diferentes perspectivas. Por isso, as questões desta prova remetem a textos que se caracterizam por explorar aspectos diversos, relacionados à forma e ao uso que a linguagem adquire em diferentes gêneros e situações.

Instruções: Para responder às questões de números 1, 2, 3 e 4, considere a carta abaixo, de autoria de um estudante de segundo grau, enviada a um especialista em língua portuguesa que assina uma coluna em um órgão da imprensa.

*Belo Apreciável, 26 de outubro de 1999.*

*Ilmo. Senhor,*

*ASSUNTO: Uso de "a gente" como pronome do caso reto eu e nós.*

*Muito timidamente, algumas figuras no cenário da gramática normativa tem se expressado desfavorável ao uso do "a gente" como pronome do caso reto.*

*Os professores concordam que dentro do diálogo entre pessoas é possível exprimir-se sem maiores complicações. No entanto, são visceralmente contra grafar, na redação, estes dois vocábulos. Segundo eles, constitui-se erro mesmo.*

*Assistindo ao Bom Dia São Paulo, 25/10/99, perdi a conta de tantos "a gente" pronunciados no trabalho da repórter. Salvo engano, ela falou umas vinte vezes. (...)*

*Como estudante, estou preocupado. Se os expoentes máximos deixaram-se levar por esta onda antigramatical, não estaríamos caminhando para a deteriorização da gramática normativa? Estaríamos vivendo uma nova contra reforma?*

*Foi através das primeiras aulas de gramática do vestibulando bem como das aulas de gramática do Telecurso 2000, que a incidência tornou-se aparente (os professores comportam-se como verdadeiros gramáticos. Logo após, desandam a destruir o que propuseram).*

*(...) Sua manifestação será uma enorme chance para eu conhecer mais sobre a mobilidade do nosso idioma.*

*Atenciosamente,*

*O.F.*

Questão 2: Que a língua portuguesa não é imutável está apresentado como um fato na expressão:

- (A) estaríamos vivendo uma nova contra reforma? \_ hipótese expressa pelo futuro do pretérito.
- (B) a mobilidade do nosso idioma – pressuposição expressa por nominalização.
- (C) o contexto da matéria está carregado do famoso "a gente" – fato expresso pelo verbo "estar".
- (D) a mobilidade de nosso idioma – pressuposição expressa pelo artigo definido.
- (E) estaríamos vivendo uma nova contra reforma? – discurso indireto expresso pelo futuro.

De acordo com o gabarito oficial<sup>19</sup>, a resposta correta para essa questão é a letra B: a mobilidade do nosso idioma – pressuposição expressa por nominalização. Como afirma Olímpio (2006), “[...] procuramos, na análise da nominalização, relacionar os fenômenos de ‘retomada’ anafórica a enunciados pressupostos na organização interna dos textos, mas não ali presentes como sequências formais” (OLÍMPIO, 2006, p.71). O fato de a língua portuguesa não ser imutável está pressuposto na expressão *a mobilidade do nosso idioma*, como um discurso anterior que participa não da superfície textual, mas da memória discursiva, na forma de um enunciado pressuposto.

Para resolver a questão, o estudante poderia, inicialmente, identificar as respostas incoerentes, a fim de eliminar algumas alternativas (como é o caso das letras “c”, “d” e “e”). Em seguida, ele precisaria atentar para o enunciado da questão, que aponta para o pressuposto de “que a língua portuguesa não é imutável”, não expresso linguisticamente, mas inferível da última frase do texto “a mobilidade do nosso idioma”. Ou seja, o pressuposto não poderia ser encontrado através das estratégias de interrogação ou negação, por exemplo, porque o foco da pressuposição não recai sobre o enunciado, mas sobre a enunciação, o que abrange o locutor, o momento histórico, as condições de enunciação e o interlocutor.

Difícilmente um aluno do curso de graduação em Letras estudaria a pressuposição por nominalização, já que ela faz parte dos avanços dos estudos em Linguística Textual em contato com as reformulações realizadas na teoria de Ducrot, que considera aspectos da polifonia e dos *topoi*. Por essa razão, consideramos que a questão proposta na prova é inadequada para a função que se propõe, a de avaliar o desempenho de estudantes das diferentes fases da formação acadêmica e, por conseguinte, avaliar também os cursos de Letras (licenciatura e bacharelado) do nosso país.

Portanto, as abordagens apresentadas por Ilari e Geraldi (1990) e Cançado (2008) não seriam suficientes para provocar no leitor tal olhar discursivo sobre o fenômeno da pressuposição. Moura (2006) introduz questões pragmáticas que contemplam

---

<sup>19</sup> [http://www.inep.gov.br/superior/provao/gab\\_prov\\_pad\\_res/letras.htm](http://www.inep.gov.br/superior/provao/gab_prov_pad_res/letras.htm)

elementos como referência, memória discursiva e conhecimento compartilhado, ampliando o conhecimento pressuposto para o que está além da superfície textual, contudo não chega a trabalhar a nominalização como estratégia de pressuposição.

A questão exige do estudante um conhecimento sobre pressuposição para além do que está inscrito linguisticamente, seguindo para o campo das inferências. A informação pressuposta aparece como informação dada e, talvez por essa razão, possa passar despercebida pelo leitor mais desatento. Essa informação é puramente contextual, encontrando ressonância numa perspectiva pragmática. Segundo Moura (2006, p.95) “A pragmática, por sua vez, abrange a série de inferências que são assumidas na interação a partir da atribuição de crenças aos interlocutores”.

A próxima questão abarca conhecimentos literários e linguísticos:

### Capítulo XIV \_ A inscrição

Tudo o que contei no fim do outro capítulo foi obra de um instante. O que se lhe seguiu foi ainda mais rápido. Dei um pulo, e antes que ela raspasse o muro, li estes dois nomes, abertos ao prego, e assim dispostos:

**Bento**  
**Capitolina**

Voltei-me para ela; Capitu tinha os olhos no chão. Ergueu-os logo, e ficamos a olhar um para o outro... Confissão de crianças, tu valias bem duas ou três páginas, mas quero ser poupado. Em verdade, não falamos nada; o muro falou por nós. Não nos movemos, as mãos é que se estenderam pouco a pouco, todas quatro, pegando-se, apertando-se, fundindo-se. Não marquei a hora exata daquele gesto. Devia tê-la marcado; sinto a falta de uma nota escrita naquela mesma noite, e que eu poria aqui com os erros de ortografia que trouxesse, mas não traria nenhum, tal era a diferença entre o estudante e o adolescente. Conhecia as regras do escrever, sem suspeitar as do amar; tinha orgias de latim e era virgem de mulheres.

Não soltamos as mãos, nem elas se deixaram cair de cansadas ou de esquecidas. Os olhos fitavam-se e desfitavam-se, e depois de vagarem ao perto, tornavam-se a meter-se uns pelos outros... Padre futuro, estava assim diante dela como de um altar, sendo uma das faces a Epístola e a outra o Evangelho. A boca podia ser o cálix, os lábios a patena. Faltava dizer a missa nova, por um latim que ninguém aprende, e é a língua católica dos homens. Não me tenhas por sacrílego, leitora minha devota; a limpeza da intenção lava o que puder haver menos curial no estilo. Estávamos ali com o céu em nós. As mãos, unindo os nervos, faziam das duas criaturas uma só, mas uma só criatura seráfica. Os olhos continuaram a dizer coisas infinitas, as palavras de boca é que nem tentavam sair, tornavam ao coração caladas como vinham...

Questão 24: No texto acima, "altar", "epístola", "evangelho", "cálix" e "patena" designam componentes de um importante ritual católico, a missa. Assim, do ponto de vista da linguística de texto, esses elementos configuram um exemplo de:

- (A) conhecimento partilhado que confere coesão ao texto.
- (B) conhecimento pressuposto que confere coesão ao texto.
- (C) esquema, ou "frame", que confere coerência e coesão ao texto.
- (D) pressuposto a partir de um esquema cognitivo.
- (E) coesão lexical que não contribui para a coerência.

O gabarito oficial garante que a resposta correta é a letra (C): *esquema, ou "frame", que confere coerência e coesão ao texto*. Essa questão exige do estudante de Letras um conhecimento que o capacite a diferenciar elementos como "conhecimento compartilhado", "pressuposto" e "frame". Apesar de a resposta da

questão não contemplar a questão da pressuposição, podemos perceber que as respostas (A), (B) e (D), que dizem respeito ao fenômeno, opõem-se à resposta “c”, ou seja, o examinador está opondo os conceitos de pressuposição/conhecimento compartilhado com o conceito de “*frame*”, o que nos parece no mínimo curioso. Observamos que a única questão totalmente incompatível seria a alternativa (E).

A questão solicita que o estudante examine as alternativas sob o ponto de vista da Linguística Textual, a qual não lida diretamente com pressuposição e essa parece ser a chave da resposta, aquilo que o aluno de Letras deveria saber. Contudo, consideramos as alternativas (A), (B) e (D), como respostas cabíveis à questão, pois sendo o conhecimento compartilhado “[...] formado por um conjunto de proposições que são aceitas tanto pelo falante quanto pelo ouvinte” (MOURA, 2006, p.17), as palavras “altar”, “epístola”, “evangelho”, “cálice” e “patena” fazem parte de um conhecimento compartilhado entre locutor e interlocutor que confere coesão ao texto. Se a pressuposição é “[...] um fenômeno dependente do contexto, definido como conhecimento compartilhado entre os interlocutores” (MOURA, 2006, p.58), então, ela confere coesão ao texto ao mesmo tempo que ativa esquemas mentais, o que ratifica (B) e (D) como uma resposta possível.

Desse modo, a questão se apresenta como incorreta em seus pressupostos teóricos e passível de anulação. Podemos perceber ainda que a pressuposição é tratada como um fenômeno distante do texto e dos processos cognitivos, processo meramente linguístico-formal. O que esta dissertação pode demonstrar é que tal concepção faz parte dos primórdios dos estudos sobre pressuposição, hoje já pensados não só a partir de questões argumentativas e pragmáticas, como também cognitivas e textuais.

A prova aplicada em 2000 possui, portanto, duas questões sobre pressuposição que contemplam pontos de vista diferenciados: uma que se aplica à anáfora, que considera a pressuposição por nominalização como elemento de retomada textual e outra que vê a pressuposição como assunto distante da linguística do texto. Ora, as posições acerca do fenômeno da pressuposição parecem incoerentes dentro de uma mesma avaliação, apesar de as duas assumirem o ponto de vista da linguística do texto.



A última questão sobre pressuposição que aparece no exame voltado para os cursos de Letras ocorreu na avaliação de 2001, a qual analisaremos a seguir. Como dissemos anteriormente, no Provão 2003 e nas provas do ENADE de 2005, 2008 e 2011 o assunto pressuposição não é retomado, o que parece curioso tendo em vista a importância do mesmo e a sua frequência nos Provões anteriores (1999, 2000 e 2001).

**EXAME NACIONAL DE CURSOS (PROVÃO) – LETRAS 2001****O animal que ri**

O escritor Arthur Koestler, que escreve o verbete "humor" da "Encyclopaedia Britannica", traz outras preciosas indicações. Retomando a discussão sobre a "gramática" do humor, ele afirma que rimos quando percebemos um choque entre dois códigos de regras ou de contextos, todos consistentes, mas excludentes entre si.

Um exemplo: "O masoquista é a pessoa que gosta de um banho frio pelas manhãs e, por isso, toma uma ducha quente". Sei que é um pouco ridículo explicar a piada, mas... Aqui, o fato de o sujeito da anedota ser um masoquista subverte a lógica normal, invertendo-a. Obviamente, a lógica normal não coexiste com seu reverso. Daí a graça da pilhéria. Uma variante no mesmo padrão, mas com dupla inversão é: "O sádico é a pessoa que é gentil com o masoquista". Essa estrutura está presente em todas as piadas. Até no mais infame "trocadilho" que se possa conceber, há um choque entre dois contextos, o do significado da palavra e o de seu som: "A ordem dos tratores não altera o viaduto".

Mas essa "gramática" só dá conta da estrutura intelectual das piadas e há outros aspectos em jogo. Até bebês riem. Há, além do lado intelectual, uma dinâmica emocional no humor. Ele de alguma forma se relaciona com a surpresa.

Questão 23: No texto, o autor afirma: *Até bebês riem*. Com essa frase, expressa duas informações distintas: a) bebês riem; b) todas as pessoas riem. Desse modo, podemos dizer que a frase *Até bebês riem* pressupõe a informação: todas as pessoas riem. Se essa segunda informação é falsa, a frase *Até bebês riem* não faz sentido. Levando em consideração o exposto acima, é verdadeiro afirmar que I pressupõe II, ou seja, a afirmação de I leva a concluir que II é verdadeira em todas as alternativas abaixo, EXCETO em:

- (A) I. A Manuela continua a estudar nesta escola.  
II. A Manuela estudava nesta escola antes.
- (B) I. Pode me dizer se já foi instalado o ar condicionado na sala de reuniões?  
II. Havia planos de instalar um ar condicionado na sala de reuniões.
- (C) I. O Daniel parou de dizer asneiras.  
II. O Daniel costumava dizer asneiras.
- (D) I. O Marcelo é que pichou as paredes da escola.  
II. Alguém pichou as paredes da escola.
- (E) I. As crianças pensavam que o presente estava em cima da mesa.  
II. O presente estava em cima da mesa.

A resposta correta, segundo o gabarito oficial<sup>20</sup>, é a letra (E): a frase I (As crianças pensavam que o presente estava em cima da mesa) não pressupõe a frase II (O presente estava sobre a mesa). Esta questão aborda a pressuposição sob uma perspectiva clássica, que já se encontra em Frege e é retomada pela linguística argumentativa e pela pragmática. A abordagem assemelha-se aos exemplos fornecidos pelos livros de Ilari e Geraldi (1990), Cançado (2008) e Moura (2006), anteriormente analisados. Tais abordagens focalizam o olhar formalista e tradicional para a pressuposição, baseados em questões lógicas e semânticas. Os mesmos autores consideram o fenômeno para além da perspectiva clássica, como Moura (2006) que amplia a discussão da pressuposição para os campos da Pragmática e Cançado (2008) que a aborda sob o ponto de vista por ela denominado “semântico-pragmático”. Todas as três abordagens seriam suficientes para que o estudante solucionasse essa questão do Provão 2001.

Se aplicarmos o teste da negação, interrogação e encadeamento em qualquer das alternativas, exceto a (E), encontraremos o pressuposto por elas expresso. Como exemplo desdobraremos a alternativa (A):

(A) I. A Manuela continua a estudar nesta escola.

II. A Manuela estudava nesta escola antes.

(A') A Manuela não continua a estudar nesta escola.

(A'') A Manuela continua a estudar nesta escola?

(A''') A Manuela continua a estudar nesta escola, apesar de ter sido reprovada.

Em todas elas o pressuposto se mantém: “A Manuela estudava nesta escola antes.”

A questão parece adequada, pois abarca um conhecimento básico acerca da pressuposição, que deve ser de conhecimento de todo aluno do curso de Letras. Conforme discutido anteriormente, essa estratégia pode, porém, ser questionada, pois configura a pressuposição dentro de uma abordagem meramente linguística, resultante da presença, nas sentenças, de elementos desencadeadores de

---

<sup>20</sup> D:\EXAME NACIONAL DE CURSOS\GAB\_2001.mht

pressuposição: letra (A) – verbo factivo: *continuar*, letra (C) – verbo que denota mudança de estado: *parou*, letra (D) – construção de realce: *é que*.

O gabarito oficial do MEC aponta (E) como sendo a resposta correta. Se aplicarmos a esta sentença o teste da negação, interrogação e encadeamento, teríamos o seguinte:

(E) I. As crianças pensavam que o presente estava em cima da mesa.

II. O presente estava em cima da mesa.

(E') As crianças não pensavam que o presente estava em cima da mesa.

(E'') As crianças pensavam que o presente estava em cima da mesa?

(E''') As crianças pensavam que o presente estava em cima da mesa, apesar de não o terem visto.

A partir das sentenças desdobradas não se pode constatar que havia um presente sobre a mesa. Isso se deve ao fato de o verbo *pensar* não ser factivo, não pressupondo a verdade de seus complementos, conforme afirma Cançado (2008, p.37).

Contudo, a alternativa (B) denota os problemas inerentes a essa concepção meramente linguística da pressuposição, já que a ela não se pode aplicar a estratégia de desdobramento das sentenças para a identificação de pressuposição, bem como não se pode reconhecer nela, com precisão, o elemento desencadeador de pressuposição. Esta sentença poderia oferecer dificuldades aos alunos, conforme podemos observar a seguir:

(B) I. Pode me dizer se já foi instalado o ar condicionado na sala de reuniões?

II. Havia planos de instalar um ar condicionado na sala de reuniões.

Como submeter essa sentença ao teste da negação? Não nos parece viável este teste, pois a negação recairia ou sobre a expressão “Pode me dizer”, que é introdutora de interrogação, ou seria necessário substituir “já” por “não”, o que alteraria o valor semântico da sentença. Além disso, a ela não é aplicável uma

oração intercalada ou uma condicional que a anteceda, além de ela se constituir em uma interrogação.

Essa sentença demonstra as dificuldades encontradas pela teoria conforme já mencionado no capítulo três desta dissertação. Contudo, a intuição de qualquer falante não negaria o pressuposto apresentado pela questão, o qual se encontra num nível mais discursivo que literal. O próprio Ducrot (1987) reconsidera a sua concepção de pressuposição por compreendê-la agora a partir do seu valor ilocucionário e não somente como um ato de linguagem. Em Ducrot a frase é entendida como um enunciado que é em si um ato jurídico, pois é proferido por um locutor que domina a língua e o utiliza em situações específicas. O locutor está, portanto, consciente do significado do enunciado e de suas possibilidades de uso dentro de situações juridicamente marcadas, tais como a ironia, a ordem, o lamento, etc.

Ducrot afirma que a pressuposição “aparece como uma tática argumentativa dos interlocutores; ela é relativa à maneira pela qual eles se provocam, e pretendem impor-se uns aos outros, um certo modo de continuar o discurso” (DUCROT, 1987, p. 40-41). A pressuposição estabelece um quadro regulador do discurso, um enfoque, que sugere a aceitação do interlocutor para que a conversação prossiga. O pressuposto pode ser compreendido como uma estratégia linguística para o jogo argumentativo discursivo, indo além de informações óbvias presentes em conjuntos de enunciados.

[...] a distinção das duas noções não impede que haja um ponto comum ao pressuposto e ao subentendido (é esse ponto comum que tento ressaltar, na teoria “antiga”, construindo dois modos de implícito). Deve-se à possibilidade dada ao locutor, nos dois casos, de se retirar, por assim dizer, da fala. Na pressuposição, essa retirada se deve ao fato de que a informação pressuposta é colocada à margem do discurso. O locutor não pode ser atacado por isso, já que o diálogo posterior a ela (quando falo diálogo posterior, falo daquele que é projetado pelo enunciado que contém o pressuposto, isto é, do diálogo “ideal”, oferecido por si mesmo, e não, evidentemente, do diálogo que continua efetivamente na realidade). (DUCROT, 1987, p. 42)

Ducrot (1987) afirma que não há uma distinção rígida entre pressuposto e subentendido, provando com exemplos que os critérios “antigos” não são suficientes para revelar os pressupostos dos enunciados. Assim, o autor salienta um ponto em

comum entre os dois conceitos: a possibilidade de o locutor se retirar da fala para não ser responsabilizado pelas informações implícitas nos enunciados. Essa questão abre margem para uma discussão sobre os pressupostos para além do que está literalmente posto na superfície textual, abrangendo também pressupostos inferíveis, como é o caso da alternativa (B) acima analisada, cuja pressuposição a ela atribuída: “Havia planos de instalar um ar condicionado na sala de reuniões”, parece adequada ao ponto de vista de Ducrot (1987) ainda que não se submeta à estratégia de desdobramento das sentenças.

Portanto, apesar de adequada a questão do Provão 2001 em discussão, nos parece insuficiente do ponto de vista teórico e poderia até ser anulada tendo em vista a problemática presente na alternativa (B). Essa questão nos leva a refletir sobre as possibilidades do ensino da pressuposição nos cursos de graduação em Letras, o que discutiremos a seguir, quando teceremos algumas conclusões referentes às análises realizadas.

#### **4.5 Considerações sobre a análise do *corpus***

O objetivo deste item é retomar pontos levantados pelas análises realizadas a fim de tecer possíveis conclusões. Para tanto discutiremos o fato de a pressuposição não aparecer nas avaliações do ENADE; a qualidade das questões sobre pressuposição no Provão; a frequência da pressuposição nas avaliações do Provão destinadas aos cursos de Letras; as abordagens dos livros de Semântica analisados, observando-os sob o ponto de vista do ensino de graduação em Letras e quais perspectivas teóricas são mais viáveis para serem discutidas em salas de aula, tendo em vista as análises realizadas.

A partir da análise do *corpus* é possível avaliar a importância da pressuposição no ensino de graduação em Letras. Como o fenômeno foi abordado em questões do Provão em três anos subsequentes: 1999, 2000 e 2001, não se pode ignorar a sua importância na formação do graduando em Letras. Contudo, para nossa surpresa, o tema pressuposição não aparece mais nas provas de 2002, 2003, 2005, 2008 e

2011. Por que razão o assunto teria sido preterido das avaliações, sendo anteriormente as questões sobre pressuposição apareciam de modo tão específico?

Conforme pudemos observar, não havia uma única concepção sobre pressuposição nas quatro questões analisadas. A questão de 1999 exigia do aluno conhecimento sobre elementos desencadeadores de pressupostos, dentro de uma abordagem puramente linguística do fenômeno. Na prova de 2000, a primeira questão sobre o tema versa sobre pressuposição por nominalização como elemento anafórico, abordagem própria da linguística do texto. Já a segunda questão de 2000 traz temas como “frame”, “conhecimento partilhado”, “pressuposição e cognição”, exigindo conhecimentos de linguística cognitiva e pragmática. A questão de 2001, por sua vez, está baseada na concepção de pressuposição de Ducrot (1977). Como observamos, nenhum dos livros de semântica analisados contemplariam conhecimentos suficientes para embasar um aluno submetido à avaliação do Provão, em se tratando do tema pressuposição. Provavelmente, as múltiplas possibilidades de abordagens teóricas sobre pressuposição que fizeram com que esse assunto não aparecesse mais nas avaliações para os cursos de Letras, desde 2002.

Ainda sobre as questões analisadas, observamos que o conhecimento exigido por elas é muito amplo, de forma que um curso de Semântica oferecido na graduação em Letras não disporia de tempo suficiente para destrinchar todas as diferentes abordagens acerca da pressuposição, tendo em vista a diversidade de assuntos também relevantes que precisam ser trabalhados dentro da disciplina.

Retomando sumariamente as análises dos livros de semântica, observamos que na abordagem proposta por Ilari e Geraldi (1990), a pressuposição é vista de maneira tradicional, baseada na teoria dos exponíveis de Frege, conforme aponta os autores. Entretanto, a abordagem é tangencial, vez que trata da pressuposição como expressões que nos levam a reconhecer informações distintas numa mesma oração. A negação, a interrogação e o acarretamento são utilizados nos exemplos para detectar os pressupostos dos enunciados, mas questões subjetivas, como o conhecimento compartilhado e a memória discursiva, não são explorados na abordagem em questão.

Na abordagem de Cançado (2008), é possível verificar que a autora expõe a necessidade de um conhecimento pragmático para compreensão da pressuposição, apesar de não explorar esse caminho, mantendo um olhar mais lógico-semântico e utilizando os critérios da negação, interrogação e acarretamento para descoberta dos pressupostos em seus exemplos, assim como fazem Ilari e Geraldi (1990).

Em Moura (2008), é possível encontrar uma abordagem mais pragmática que as outras duas já citadas, já que o autor percorre as teorias fregiana e Ducrotiana, utilizando os critérios da negação, interrogação e encadeamento, mas vai além, explorando as questões intersubjetivas da linguagem, como o conhecimento compartilhado e os elementos extratextuais presentes na enunciação. Nessa abordagem é possível encontrar tópicos que discorrem sobre as expressões ativadoras de pressupostos, como as descrições definidas, os verbos factivos, os verbos implicativos, os verbos de mudança de estado, os interativos, as expressões temporais e as sentenças clivadas.

É claro que, por ser uma obra que trata preferencialmente do fenômeno da pressuposição, a abordagem de Moura (2008) mostra-se mais completa que as demais, pois amplia o debate sobre o assunto, o que não ocorre nos casos de Ilari e Geraldi (1990) e Cançado (2008) que tratam da pressuposição de maneira pontual, pois preocupam-se em abordar outros fenômenos semânticos na mesma obra.

Para garantir uma facilidade no momento de responder a questão proposta pelo Provão 1999, a abordagem de Moura (2006) seria mais interessante, vez que trabalha exatamente a questão dos verbos factivos como introdutores da pressuposição:

Verbos factivos: São verbos que introduzem orações subordinadas que representam um fato que é pressuposto [...] Observe que há dois tipos de verbos factivos. Aqueles que são epistêmicos (compreender, saber, reconhecer, descobrir, etc) e aqueles que indicam sensações ou emoções (sentir (transitivo), lamentar, arrepende-se, alegrar-se). (Moura, 2006, p.19)

Também pelo livro de Cançado (2008) seria possível responder corretamente a questão de 1999. Já as questões do Provão de 2000 não encontram base teórica



em nenhum dos livros de semântica analisados. Quanto a questão de 2001, ela seria muito bem respondida se o aluno de Letras tivesse estudado o tema pelos livros de Cançado (2008) e Moura (2006).

O assunto pressuposição, curiosamente, foi encontrado na prova de vestibular da Unicamp, em 2010, que trouxe uma questão discursiva abordando o fenômeno. O fato de o assunto pressuposição ter sido cobrado em uma recente prova de vestibular de uma universidade de prestígio em nosso país nos leva a refletir sobre a importância do seu ensino, principalmente na formação acadêmica dos licenciados em Letras Português, que possivelmente serão os responsáveis pelo debate sobre pressuposição em outros níveis de aprendizado.

Consideremos, então, a quinta questão do vestibular da Unicamp em 2010:

Questão 5<sup>21</sup>:

---

<sup>21</sup> [http://www.comvest.unicamp.br/vest\\_antiores/2011/download/comentadas/portugues.pdf](http://www.comvest.unicamp.br/vest_antiores/2011/download/comentadas/portugues.pdf) (acesso em 30/11/2011)



## LÍNGUA PORTUGUESA E LITERATURA

2010  
vestibular nacional  
UNICAMP

- a) Qual é o pressuposto da personagem que defende o acordo ortográfico entre os países de língua portuguesa? Por que esse pressuposto é inadequado?
- b) Explique como, na tira ao lado, esse pressuposto é quebrado.

### Resposta Esperada

a) (2 pontos)

O pressuposto é o de que a unificação ortográfica garantiria a unidade linguística. Esse pressuposto é inadequado, uma vez que a língua não é constituída apenas por sua ortografia mas também por aspectos semânticos, sintáticos, morfológicos, fonológicos e discursivos que implicam a relação histórica do falante com a língua que se territorializa em um dado espaço e tempo.

b) (2 pontos)

A quebra se dá na dificuldade de compreensão semântica de itens lexicais usados no português de Portugal como “bicha”, “bica” (que, no português brasileiro, têm significados diferentes) e “peúgas” (que não é usado no português do Brasil); explicita-se nessa quebra uma das várias diferenças entre o português brasileiro e o europeu.

Na tira, percebemos que a personagem defensora do Novo Acordo Ortográfico, ao enunciar “Sabia que acaba de ser assinado o Novo Acordo Ortográfico?”, possibilita ao interlocutor depreender que o posto é a existência de um novo acordo ortográfico, e o pressuposto é a existência de um antigo acordo ortográfico, que foi substituído, o que parece um tipo de conhecimento partilhado entre os participantes do discurso, que pode ser inferido e não pode ser colocado em dúvida sem que haja um embate na comunicação.

[...] pressupor não é dizer o que o ouvinte sabe ou o que se pensa que ele sabe ou deveria saber, mas situar o diálogo na hipótese de que ele já soubesse; é desempenhar o papel de alguém de quem o ouvinte sabe que... Nossa esperança é portanto que a especificidade do pressuposto em relação ao posto, difícil de ser descrita tanto em termos de condição de emprego como de modalidade afirmadas, se deixe melhor caracterizar em termos de atitude linguística, de jogo de fala. (DUCROT, 1977, p. 77-78)

O gabarito oficial, por sua vez, afirma que o pressuposto da personagem defensora do Novo Acordo Ortográfico é o de que a unificação ortográfica garantiria a unidade linguística. Coloca ainda que a quebra desse pressuposto se dá na dificuldade de compreensão semântica de itens lexicais da língua portuguesa europeia. É justamente nessa quebra do pressuposto que se encontra o tom humorístico da tira.

Se aplicarmos os testes de negação e condicional à primeira pergunta da personagem, como faz Cançado (2008) em seus exemplos, poderemos encontrar outros pressupostos:

a – (Você) Sabia que acaba de ser assinado o Novo Acordo Ortográfico?

a' – (Você) Não sabia que acaba de ser assinado o Novo Acordo Ortográfico?

a'' – Se (você) soubesse que acaba de ser assinado o Novo Acordo Ortográfico...

Pressuposto: Há acordos ortográficos anteriores.

A personagem, em um quadrinho posterior, traz a seguinte explicação para o novo acordo: “Estamos falando da unificação do nosso idioma escrito. Da padronização da língua”. Ao submetermos esse enunciado aos testes, teremos:

a – Estamos falando da unificação do nosso idioma escrito?

a' – Não estamos falando da unificação do nosso idioma escrito.

a'' – Se estamos falando da unificação do nosso idioma escrito...

Pressuposto: É possível unificar nosso idioma escrito (Padronizar a língua).

Entendemos que os pressupostos podem escapar das fórmulas de aplicação para descoberta, tais como a negação, a interrogação e o encadeamento, pois nem sempre estão inscritos na língua, conforme o próprio Ducrot (1987) admitiu ao reformular sua teoria. Nesse caso, em concordância com Moura (2006), o diálogo com a pragmática parece ampliar a discussão sobre a pressuposição, abarcando a noção de conhecimento compartilhado.

Nos comentários feitos pela universidade sobre a questão cinco, o que chama a atenção é a afirmação de que houve muitos “equivocos na compreensão do pressuposto”:

## Comentários

A quinta questão explorava o funcionamento semântico da pressuposição, a compreensão da dimensão do alcance do acordo ortográfico, fato político-linguístico importante, e a consideração da existência da variação linguística (tanto no interior de um país, quanto entre diferentes países que falam uma “mesma” língua oficial). Justamente por uma grande parte dos candidatos desconhecer o alcance do acordo – que afeta tão somente as convenções gráficas da língua portuguesa sem impacto nos seus aspectos prosódicos, semânticos, sintáticos e discursivos, que mostram diferenças nos países falantes de português – houve grandes equívocos na compreensão do pressuposto (uma vez que boa parte dos candidatos credita veracidade ao pressuposto expresso pela personagem). A variação linguística e o real impacto do acordo ortográfico eram explorados de forma mais direta no item **b**. Poucos candidatos fizeram a relação entre a diferença no nível semântico e lexical (pois as três palavras eram exemplos de sentidos diferentes e também de palavra inexistente em uma das variedades) com a variação linguística, não generalizando o fato, mas circunscrevendo-o a uma situação específica.

Segundo os comentários, é necessário o conhecimento acerca do fenômeno da pressuposição para a resolução da questão, além da informação acerca de um tema em voga: o novo acordo ortográfico. O pressuposto expresso pela personagem, de que é possível padronizar a língua, é quebrado, provocando humor. Ducrot (1977) esclarece que o pressuposto, visto como condição de emprego, deve ser verdadeiro para que o enunciado seja considerado normal.

[...] Claro que qualquer enunciado é suscetível de ser empregado em quaisquer condições: simplesmente, seu emprego terá, segundo as condições, este ou aquele caráter (será humorístico, poético, científico, didático... etc.). Assim, a tese que apresenta os pressupostos como condições de emprego pode – e esta é a sua forma mais corrente – fazer alusão ao emprego lógico. Diremos, então, que os pressupostos de um enunciado devem ser verdadeiros para que este possa pretender ter um valor lógico qualquer (verdade ou falsidade) [...] Em compensação, quando os pressupostos são falsos, o enunciado não pode ser considerado nem verdadeiro nem falso, e, se pode ainda ser empregado, só o é de um modo não sério, como brincadeira ou exemplo didático. (DUCROT, 1977, p. 35-36)

O fato de alunos considerarem verdadeiro o pressuposto expresso na tira dificultou o entendimento da questão, já que a tira satiriza a proposta da unificação da Língua Portuguesa. Como pudemos observar também nas charges do capítulo quatro, a quebra da veracidade dos pressupostos é um recurso constantemente utilizado nos textos de humor.

A Universidade de Campinas também divulgou dois tipos de respostas para a questão cinco do vestibular de 2010: um exemplo considerado “acima da média” e outro considerado “abaixo da média”:

### Exemplo Acima da Média

a) O pressuposto da personagem é de que, com o Acordo Ortográfico, a língua portuguesa seria padronizada em todo o mundo. Esse pressuposto é inadequado porque o acordo pode apenas unificar a ortografia, sem contudo, acabar com as diferentes variantes de português no que se refere à sintaxe, à concordância e ao vocabulário.

b) Esse pressuposto é quebrado, na tira, através da leitura de um trecho de um livro português. Embora nele a ortografia já esteja de acordo com as normas ortográficas unificadas, o seu entendimento é comprometido, pois faz uso do vocabulário específico da variante de Portugal da língua. Assim, os quadros indicam que, embora possa se unificar a ortografia, as diferenças entre as variantes linguísticas ainda existem.

O (A) aluno (a) em questão percebeu que o pressuposto expresso pela charge não poderia ser considerado verdadeiro, mas o contrário disso, pois é justamente na quebra da “verdade” do pressuposto que se concentra o humor da tira. Também demonstrou compartilhar das informações acerca do novo acordo ortográfico e, por isso, recebeu uma avaliação positiva.

## LÍNGUA PORTUGUESA E LITERATURA

2010  
vestibular nacional  
UNICAMP

### Exemplo Abaixo da Média

a) O pressuposto que o personagem defende entre o acordo  
pa de países de língua portuguesa é que todos os países  
concordaram com ele. Esse pressuposto está errado pois  
Portugal por exemplo a não aderiu esse acordo.

b) Esse pressuposto é quebrado quando se encontra diversas  
palavras não usadas no Brasil em um livro português (de  
portugal), sendo que de acordo com esse pressuposto, não  
podemos publicar aqui sem problemas, o que não  
é verdade.

Neste exemplo, ao contrário do anterior, o (a) aluno (a) não demonstrou estar inteirado sobre o novo acordo ortográfico e, por essa razão, equivocou-se em afirmar que o pressuposto expresso na charge é de que todos os países concordam com o novo acordo ortográfico. Como a questão afirma que houve “quebra” do pressuposto, o (a) estudante consegue compreender que a padronização da língua não ocorreu, quando afirma que não é possível publicar um livro escrito em Portugal aqui no Brasil sem que haja complicações de ordem sintática e semântica, por exemplo.

Apesar de não ser prioridade, nesta dissertação, o ensino de Língua Portuguesa no Ensino Médio também merece reflexão, pois, como já é sabido, ultrapassa os limites do ensino de gramática ou literatura. A língua não deve ser estudada, analisada, como algo estanque, pois é viva e se atualiza constantemente. Nesse aspecto, o estudo da pressuposição sob um viés semântico-pragmático parece interessante na

medida em que nos leva a uma percepção daquilo que está para além da sintaxe, da palavra, do que é dito. Sob o olhar da produção de sentido, é possível pensar no enunciado como fruto de um momento histórico-ideológico e não apenas como uma expressão sistemática da língua.

Após verificarmos as ocorrências de questões de provas que contemplam a pressuposição, concluímos nosso trabalho refletindo se mesmo com abordagens teóricas tão divergentes é necessário tratar desse conteúdo em salas de aula dos cursos de Letras Português, e como fazê-lo de maneira que o fenômeno seja explorado a contento, abrindo portas para possíveis pesquisas acerca da pressuposição em Linguística.



## 5 CONCLUSÃO

No decurso da realização desta pesquisa, compreendemos que, apesar de ser um conceito instável, a pressuposição é contemplada não apenas nas abordagens didáticas dos livros destinados ao ensino de graduação em Letras Português, mas também nas questões das avaliações aplicadas pelo Ministério de Educação e Cultura (MEC), com o propósito de avaliar o conceito dos cursos de ensino superior. Além disso, percebemos que a pressuposição é palco para embates teóricos e tema para diversas pesquisas de cunho acadêmico. Por essas razões, entendemos que, embora haja divergências teóricas profundas, o fenômeno precisa ser discutido nas salas de aula dos cursos de Letras Português, que visam, além de outras coisas, a formar profissionais capacitados para discutir sobre fenômenos linguísticos nos diversos níveis de ensino.

Contudo, qual seria a abordagem mais adequada sobre pressuposição para ser discutida no âmbito da licenciatura em Letras, que levaria o profissional a trabalhar o conceito também nas salas de aula do ensino básico? Se optássemos pela abordagem fregiana da pressuposição, diferenciando posto e pressuposto e aplicando os critérios da negação e interrogação, incorreríamos no valor de verdade do enunciado. Além de essa abordagem ser referencialista, ela está muito pautada na lógica formal e não daria ao estudante base para observar a pressuposição para além da frase, com um olhar discursivo. Frege representa o início dos estudos acerca da pressuposição, que caminharam muito com o advento da Linguística.

Caso optássemos pela abordagem ducrotiana, depararíamos com várias revisões teóricas acerca da pressuposição (de 1966 a 2008). Recairíamos, portanto, na última fase de sua teoria, já que as anteriores foram questionadas, e o que encontraríamos, então, seria uma diferenciação menos rígida sobre pressuposição e subentendido, um afrouxamento da concepção da pressuposição como um quadro regulador do discurso e uma menor centramento nos critérios de apreensão dos pressupostos. Nas suas últimas reformulações, em 1980, a pressuposição é inserida no quadro de estudos sobre polifonia, dependente de fatores contextuais. Nesse novo momento teórico, a pressuposição surge como um dos elementos de um

quadro conceitual mais amplo, migrando dos estudos do enunciado para os estudos da enunciação. No nosso entender, essas são concepções dificilmente aplicáveis a um curso de graduação.

Por fim, optando por concepções pragmáticas, encontraríamos a pressuposição como conhecimento compartilhado e a observaríamos a partir de contextos específicos. O aluno precisaria ter noção dos conceitos da Pragmática, como as implicaturas e se depararia com uma abrangência do fenômeno aplicada às interações em situações bastante definidas. Nesse quadro, o assunto seria tratado na disciplina Pragmática, mudando o foco enunciativo ou linguístico-formal, próprio da Semântica. No entanto observamos que não há um consenso sobre a reconfiguração do conceito de pressuposição pela via da Pragmática, no âmbito dos estudos linguísticos. Essa seria, portanto, só mais uma opção teórica.

Concluimos, portanto, que não há um conceito estável sobre a pressuposição que possibilitaria uma tranquilidade no trato para com o fenômeno nos cursos de graduação em Letras e sua aplicabilidade à educação básica. No entanto, o fenômeno é de tal modo importante que ocupa debates constantes na Linguística moderna. Inicialmente nosso intuito neste trabalho era o de estudar, com maior rigor, a pressuposição em Ducrot, pois esse autor cuidou de pesquisar a pressuposição em diferentes momentos, sempre dialogando com outros teóricos sobre o assunto. Um dos diálogos mais interessantes para nós foi realizado entre Ducrot e Henry (1992), cuja pressuposição foi discutida sob um olhar linguístico mais discursivo, pelo viés da produção de sentido. Acreditávamos que, por ser uma abordagem estritamente linguística, ela seria privilegiada nos manuais de semântica, mas não foi isso que encontramos nesses livros e sim uma dispersão teórica.

Este trabalho de pesquisa constatou que as concepções sobre pressuposição nos dicionários de linguística e de análise do discurso são variáveis e por vezes controversas. Observou-se, ainda, que há muitos trabalhos entre artigos, dissertações, teses, entre outros, que possuem pontos de vista diversos sobre a temática, alguns de base cognitivista, concepção aqui não abordada. Ao levantar os três principais enfoques sobre o fenômeno, dentro da tradição linguística, este trabalho pode reconhecer as especificidades teóricas de cada qual que marcam

concepções também diferenciadas de linguagem, o que leva o fenômeno da pressuposição para lugares distintos: lógica clássica, o enunciado, a enunciação e o contexto interacional. Nesse momento, não vimos a possibilidade de entrelaçar as três concepções, construindo um ponto de vista homogêneo sobre o fenômeno, passível de ser aplicado ao ensino. Ao contrário, os estudos nos levaram a concepções muito distintas sobre a pressuposição. O mesmo pudemos observar, analisando os livros de Semântica, concluindo que, se os alunos os tivessem como base para responder às questões do Provão, não estariam respaldados para encontrar as respostas corretas. No nosso entendimento, essa foi a causa do abandono da pressuposição nas provas do ENADE.

Este trabalho de pesquisa conclui, portanto, pela dificuldade de se abordar a pressuposição na graduação em Letras, tendo em vista a não homogeneidade no trato do fenômeno, além de inúmeras discussões e revisões próprias dos diferentes campos teóricos. Trata-se de um assunto a ser muito discutido até encontrar as salas de aula. No entanto, pensar a pressuposição apenas como fenômeno linguístico reduz o fenômeno de tal forma que se torna uma tarefa difícil diferenciar pressupostos, subentendidos e implícitos. O próprio critério de descoberta dos pressupostos nos enunciados via negação, interrogação e encadeamento, já foi invalidado pelas recentes pesquisas, pois não dá conta de todos os enunciados, conforme pudemos constatar nas questões do vestibular da Unicamp 2010 e do Provão 2001.

Pesquisar a pressuposição pelo viés empírico-formalista parece dificultar a compreensão da pressuposição como objeto de conhecimento, remetendo-a a concepções referenciais. Segundo Henry (1992), a Linguística precisaria construir seu domínio no campo da complementaridade, assumindo a dimensão histórica, a realidade psicológica e a realidade social.

[...] Nas ciências humanas e sociais há uma tendência manifesta a negar a existência de toda dimensão própria à história e a considerar que ela é apenas o resultado da combinação e da articulação de processos ou de mecanismos de natureza econômica, sociológica, psicossociológica ou psicológica que a análise científica traria de cada uma dessas disciplinas e de sua metodologia [...] (HENRY, 1994, p.30).

Segundo o autor, a Linguística tem a ilusão de que estuda um objeto específico, no caso a pressuposição, no entanto, esse objeto surge a partir da contradição própria da história, como observado nas diferentes abordagens sobre o mesmo objeto. Além disso, as questões de sentido estão envoltas em várias dificuldades teóricas, pois levantam a questão do sujeito, que se encontra imerso na história e na ideologia. Entendemos com Henry (1992), que a pressuposição é um fenômeno complexo que não pode ser analisado fora da história e do sujeito. Isso implica um repensar dos limites da própria Linguística, que tende a vê-la ou como estratégia referencial, ou como estratégia argumentativa, ou como conhecimento compartilhado. Para nós, a pressuposição não se restringe ao contexto da interação nem aos fatores linguístico-formais ou argumentativos. Ela se liga a todas essas condições como fenômeno discursivo complexo.

## 6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAHÃO, Virgínia Beatriz Baesse. A perspectiva da produção de sentido. In: LINS, Maria da Penha Pereira; Yacovenço, Lilian Coutinho (Orgs.). **Caminhos em lingüística**. Vitória, ES: NUPLES – UFES, 2002, p. 218 a 230.

AUSTIN, John Langshaw. **Quando dizer é fazer**. Trad. de Danilo Marcondes de souza Filho. Porto Alegre, RS: Artes Médicas, 1990.

BEZERRA, Sandra Sueli Carvalho. Pressuposição lingüística: uma das bússolas argumentativas do texto telejornalístico. In: SILVA, Joseli Maria da; Espíndola, Lucienne (Orgs.). **Argumentação na língua**: da pressuposição aos topoi. João Pessoa, PB: Editora Universitária, 2004.

CANÇADO, Márcia. **Manual de semântica**: noções básicas e exercícios. 2ª ed. Belo Horizonte, MG: Editora UFMG, 2008.

CAREL, Marion; DUCROT, Oswald. Descrição argumentativa e descrição polifônica: o caso da negação. In: **Letras de hoje**: teorias e ensino. Porto Alegre: PucRS. Jan/mar, 2008.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. Pressuposto / Pressuposição. In: **Dicionário de análise do discurso**. SP: Contexto, 2004. p. 403-405.

CHARGE ON LINE. Disponível em: <<http://www.acharge.com.br/index.htm>>. Acesso em: 19 de agosto de 2009.

CRYSTAL, David. Pressuposição (pressupor). In: **Dicionário de linguística e fonética**. RJ: Jorge Zahar Editor, 1988. p. 209.

DUBOIS, Jean. et al. Pressuposição. In: **Dicionário de lingüística**. 8ª ed. São Paulo: Cultrix, 2001. p. 484.

DUCROT, Oswald. **O dizer e o dito**. Trad. revisada de Eduardo Guimarães. Campinas, SP: Pontes, 1987.

\_\_\_\_\_. **Princípios de semântica lingüística**: dizer e não dizer. Trad. de Carlos Vogt, Rodolfo Ilari e Rosa A. Figueira. São Paulo: Cultrix, 1977.

\_\_\_\_\_. **Provar e dizer: leis lógicas e leis argumentativas.** Trad. de Maria Aparecida Barbosa, Maria de Fátima Gonçalves Moreira e Cidmar Teodoro. São Paulo: Global, 1981.

FERNANDES, Vania Maria Bernardes Arruda. **Pressuposição, argumentação e ideologia: análise de textos publicitários.** 1997. 222 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Unicamp, SP, 1997.

FIORIN, José Luiz. A Linguagem em Uso. In: FIORIN, José Luiz. (org.). **Introdução à Lingüística: I. Objetos teóricos.** 5ª ed. São Paulo: Contexto, 2007.

FLORES, Valdir do Nascimento; Teixeira, Marlene. **Introdução à lingüística da enunciação.** SP: Contexto, 2005.

FREGE, G. Sobre o sentido e a referência. Trad. Paulo Alcoforado. In: **Lógica e filosofia da linguagem.** São Paulo: Cultrix, 1978.

GOLDNADEL, Marcos. Pressuposições: indo além do problema da projeção. In: IBÂNOS, Ana Maria Tramunt; SILVEIRA; Jane Rita Caetano da. (Orgs.). **Na interface semântica/pragmática.** RS: EDIPUCRS, 2002, p. 83 a 109.

GRICE, H. P. Logic and Conversation. In. COLE, P; MORGAN, J. L. (eds.). **Syntax and Semantics 3: Speech Acts.** New York: Academic Press, 1975.

GUERRA, Vânia Maria Lescano. A pressuposição no jogo polifônico e argumentativo do discurso político. **Linguagem & Ensino**, RS, vol. 2, nº2, p. 61 a 90, 1999.

HENRY, Paul. **A ferramenta imperfeita: língua, sujeito e discurso.** Tradução de Maria Fausta P. de Castro. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1992.

\_\_\_\_\_. A história não existe? In: ORLANDI, Eni (Org.). **Gestos de leitura da história no discurso.** Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1994, p. 29 a 53.

ILARI, Rodolfo; GERALDI, João Wanderley. **Semântica.** 4. ed. SP: Ática, 1990.

JOTA, Zélio dos Santos. Pressuposto. In: **Dicionário de lingüística.** 2ª ed. RJ: Presença, 1981. p. 269.

KOCH, Ingedore G. Villaça. **Argumentação e linguagem**. 7. ed. SP: Cortez, 2002.

MARI, Hugo. **Conceitos de pressuposição**: histórico. Disponível em: <[http://www.ich.pucminas.br/posletras/SEMANTICA-conceitos\\_de\\_pressuposicao.pdf](http://www.ich.pucminas.br/posletras/SEMANTICA-conceitos_de_pressuposicao.pdf)>. Acesso em 09/11/2011.

\_\_\_\_\_. **Os lugares do sentido**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2008.

MORAES, Érika. Teorias semânticas e a implicação na língua(gem). **Alfa**, SP, 53 (1), p.261 a 282, 2009.

MOURA, Heronides Maurílio de Melo. Pragmática: uma entrevista com Heronides Moura. **Revista virtual de estudos da linguagem – ReVEL**. Vol.5, nº 8, março 2007. Entrevista concedida pelo Prof. Dr. Heronides Maurílio de Melo Moura.

\_\_\_\_\_. **Significação e contexto**: uma introdução a questões de semântica e pragmática. 3ª ed. Florianópolis, SC: Insular, 2006.

NASCIMENTO, Erivaldo Pereira do; SILVA, Jailma Maria da. A pressuposição: um recurso polifônico na carta pessoal. In: SILVA Joseli Maria da; Espíndola, Lucienne (Orgs.). **Argumentação na língua**: da pressuposição aos topoi. João Pessoa, PB: Editora Universitária, 2004.

OLÍMPIO, Hilda Oliveira. A estratégia de nominalização: pressuposição, memória discursiva e argumentação. **Revista saberes letras**, Vitória/ES, volume 4, nº1, p. 69 a 79, julho/dezembro de 2006.

PROVAS E GABARITOS – ENADE (Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes), disponível em: <<http://www.inep.gov.br/superior/enade/2009/provas.htm>>. Acesso em 26/08/2010.

SOUZA, Heberth Paulo. **A pressuposição lingüística na estrutura da língua portuguesa**. 2000. 211 f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – PUC Minas Gerais, 2000.

TRASK, R. L. Pressuposição. In: **Dicionário de lingüística**. Trad. De Rodolfo Ilari. Contexto: SP, 2004. p. 237-238.

COMVEST (Comissão permanente para os vestibulares). **Provas comentadas 2010**. Disponível em: <[http://www.comvest.unicamp.br/vest\\_anteriores/2011/download/comentadas/portugues.pdf](http://www.comvest.unicamp.br/vest_anteriores/2011/download/comentadas/portugues.pdf)>. Acesso em 09/11/2011.

XAVIER, Maria Francisca; MATEUS, Maria Helena (org.). Pressuposição Pragmática. Pressuposição Semântica. In: **Dicionário de termos linguísticos**. SP: Cosmos, 1990. p. 294-295.